REVISTA BRASILEIRA DE
BIBLIOTECONOMIA E DOCUMENTAÇÃO

VOLUME 15 NÚMEROS 3/4
JULHO/DEZEMBRO
1982

XII CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA E DOCUMENTAÇÃO
CAMBORIÚ

23 a 28 Outubro de 1982

Digitalizado gentilmente por:

Federação Brasileira de
Associações de Bibliotecários

FEBAB

Diretoria 1981/83:

Antonio Gabriel
Presidente

Ronice Maria Albamonte Arruda
Vice-Presidente

Francisca Pimenta Evrard
Secretária Geral

Ana Maria Rodella Corrêa
Primeira Secretária

Maria de Fátima de Castro F. Zanin de Freitas
Segunda Secretária

Pedro Luiz Martinelli
Primeiro Tesoureiro

Satiko Morita
Segunda Tesoureira

Anibal Rodrigues Coelho
Observador Legislativo

Carminda Nogueira de Castro Ferreira
Editora

Associações filiadas:

Associação Paulista de Bibliotecários
Associação Profissional dos Bibliotecários de Pernambuco
Associação Profissional de Bibliotecários do Rio de Janeiro
Associação Riograndense de Bibliotecários
Associação Profissional dos Bibliotecários do Estado da Bahia
Associação dos Bibliotecários Municipais de São Paulo
Associação de Bibliotecários de Minas Gerais
Associação dos Bibliotecários do Distrito Federal
Associação dos Bibliotecários do Ceará
Associação Campineira de Bibliotecários
Associação dos Bibliotecários São Carlenses
Associação Paraense de Bibliotecários
Associação Bibliotecária do Paraná
Associação Profissional de Bibliotecários do Amazonas
Associação Profissional de Bibliotecários do Estado do Maranhão
Associação Profissional de Bibliotecários da Paraíba
Associação Catarinense de Bibliotecários
Associação dos Bibliotecários do Rio Grande do Norte
Associação Profissional de Bibliotecários do Mato Grosso do Sul
Associação Profissional dos Bibliotecários do Espírito Santo
Associação de Bibliotecários do Estado do Piauí
Associação Alagoana dos Profissionais em Biblioteconomia
Associação de Bibliotecários do Estado de Mato Grosso
Associação dos Bibliotecários de Rondônia
Associação Profissional dos Bibliotecários de Goiás
Associação Profissional dos Bibliotecários de Sergipe
Associação Profissional dos Bibliotecários do Estado de São Paulo

**Revista Brasileira de
BIBLIOTECONOMIA
E DOCUMENTAÇÃO**

**Órgão oficial da
Federação Brasileira de
Associações de Bibliotecários**

Editora:

Carminda Nogueira de Castro Ferreira

Secretárias:

**Francisca Pimenta Evrard
Ronice Maria Albamonte Arruda**

Jornalista responsável:

Paulo Arruda Correa da Silva

Tradutora:

Ana M. Martinelli

Em convênio com o
Instituto Nacional do Livro/MEC
Publicação: 4 n.os em 2
Número avulso: Cr$ 1.000,00
Assinatura até 1982 (2 fascículos):
Cr$ 2.000,00
Pagamentos em cheque visado pagável em São Paulo ou ordem de pagamento em nome da Federação Brasileira de Associações de Bibliotecários, ou ao Banco do Brasil S/A.
Agência 9 de julho, conta n.º 70.599-3.
Estrangeiro: US$ 30 dólares

Digitalizado gentilmente por:

REVISTA BRASILEIRA DE
BIBLIOTECONOMIA E DOCUMENTAÇÃO

SUMÁRIO

Editorial

Artigos

7 Doroty Francischelli Mattos
Indexação de Microforma

58 Janeta Zaidman Charatz et alii
PAICE: Projeto de Ação Integrada — Cultura - Educação

70 Silas Marques de Oliveira
Análise Bibliométrica de Dispersão de Artigos sobre Maçadâmia

79 Orlando de Almeida & Teodora M. G. Neves
O Bibliotecário Documentalista e suas Entidades Profissionais

91 Regina Carneiro
Recomendações de Encontro Internacional de CIP

97 Carminda Nogueira de Castro Ferreira
48.ª Conferência Geral da IFLA (Montréal, 1982)

100 Neusa Dias de Macedo
Entrevista

Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação, São Paulo
Volume 15, números 3/4, páginas 1-165
Julho/Dezembro 1982
ISSN 0100-0691

Digitalizado gentilmente por:

112	Rodolfo Tsupal *Entrevista*
117	M. A. Rodrigo Manuel Magalhães *Entrevista*
122	**Legislação**
134	**Noticiário**
159	**Resenha**
161	**Abstracts**
163	**Guia aos Colaboradores**

Toda a correspondência para a RBBD deve ser dirigida à Federação Brasileira de Associações de Bibliotecários

Rua Avanhandava, 40, cj. 110
01306 - São Paulo - SP
Fone: (011) 257-9979

Digitalizado gentilmente por:

REVISTA BRASILEIRA DE
BIBLIOTECONOMIA E DOCUMENTAÇÃO

CONTENTS

Editorial

Articles

7 Doroty Francischelli Mattos
Microform Indexation

58 Janeta Zaidman Charatz et alii
PAICE: Integrated Action Project on Culture/Education

70 Silas Marques de Oliveira
Bibliometric Analysis on Scattering Articles on Macadamia

79 Orlando de Almeida & Teodora M. G. Neves
The Librarian and his/her Professional Entities

91 Regina Carneiro
Recommendations from the CIP International Encounter

97 Carminda Nogueira de Castro Ferreira
Recommendations from the XVIII IFLA Annual Meeting

100 Neusa Dias de Macedo
Interview

Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação, São Paulo
Volume 15, numbers 3/4, pages 1-165
Jul./Dec. 1982
ISSN 0100-0691

Digitalizado gentilmente por:

112	Rodolfo Tsupal *Interview*
117	M. A. Rodrigo Manuel Magalhães *Interview*
122	**Legislation**
134	**News**
159	**Books reviews**
161	**Abstracts**
163	**Guide to the collaborators**

Quarterly publication
Single number - US$ 30.00
abroad (1982) - US$ 15.00
Orders should be placed to

"Federação Brasileira de
Associações de Bibliotecários",
Address - rua Avanhandava, 40, cj. 110
CEP 01306 - São Paulo - SP - Brazil

Digitalizado gentilmente por:

Editorial

Por força de seus afazeres profissionais, Vânia Lando de Carvalho apresentou pedido de demissão do cargo de Editora da RBBD durante a última Assembléia Geral da FEBAB. Reconhecendo a validade de suas razões e louvando a dedicação com que desempenhou o cargo, o Plenário aceitou o pedido e ratificou sua indicação para que a substituíssemos. Consciente da responsabilidade assumida e da impossibilidade de, sozinha, levarmos a bom termo a missão de publicar anualmente quatro números de uma revista especializada que possa equiparar-se ao nível atingido por publicações similares nacionais, solicitamos a colaboração dos colegas através do envio de sugestões e trabalhos.

Incompleto, por ser o primeiro, mesmo assim o 1.º Seminário Brasileiro de Reprografia, promovido pela FEBAB com a colaboração com a Secretaria de Estado da Cultura, evidenciou-se como uma das melhores formas de relacionamento bibliotecários/comunidade empresarial. Patente, de forma iniludível, a intercomplementaridade de nossa profissão: advogados, gráficos, chefes de empresas públicas e privadas, professores de Direito e de Jornalismo, artistas e muitos outros profissionais participaram ativamente das conferências e dos debates. Os Anais publicados não inserem alguns trabalhos nem o conteúdo dos Cursos ministrados pós-Seminário. Pelo interesse despertado, mereceu ser publicado neste número da RBBD o conteúdo do Curso Indexação de Microforma ministrado pela Professora Doroty F. Mattos.

É muito interessante fazer uma edição temática e temas há em nossa área que proporcionariam volumes preciosos quer pela gama variada de assuntos-tema quer pelos prováveis colaboradores-especialistas com os quais poderíamos contar. No entanto, este número da RBBD prima pela diversificação dos assuntos versados em seus artigos. Além do artigo sobre indexação de microformas, apresentamos aos que se interessam pela função social da biblioteca pública o detalhamento do PAICE — Projeto de Ação Integrada Cultura/Educação, executado na Biblioteca Pública "Mário de Andrade"; esse artigo certamente se constituirá em fonte de inspiração para nossos colegas que poderão reproduzir o trabalho que conjuga ação comunitária com educação de usuário.

Aos que se interessam pela Ciência da Informação, apresentamos um trabalho sobre Bibliometria. Aos que se envolvem em movimentos profissionais, apresentamos uma visão panorâmica sobre nossas atividades. Além disso, divulgamos as mais recentes recomendações de encontros internacionais, um selecionado noticiário de maior interesse em nossa área e três entrevistas com personalidades destacadas da Biblioteconomia brasileira e portuguesa.

Esperamos dos colegas a maior compreensão para as falhas que certamente, nos passaram despercebidas.

Carminda Nogueira de Castro Ferreira
CRB-8/874

cm 1 2 3 Digitalizado gentilmente por: Scan System Gerenciamento de Informação FEBAB 11 12 13

Digitalizado gentilmente por:

Indexação de Microforma

CDD - 025.341794
CDU - 778.14:001.815

Doroty Francischelli Mattos
Bibliotecária CRB 8.ª/808

Cada vez mais se evidencia a utilidade e a aceitação da microfilmagem como veículo de armazenamento, recuperação e transmissão da informação.

O aspecto mais importante para assegurar o sucesso de um sistema de microfilmagem é a escolha do sistema de indexação que será usado. Sem um bem definido e apropriado método de indexação nós não podemos realizar a plena potencialidade de nosso investimento em microfilme.

A indexação e codificação da microforma apresentam-se, não só como instrumento de armazenagem e recuperação da informação, mas, também como elo de comunicação entre os Documentos e seus utilizadores.

APRESENTAÇÃO

Aceitando o convite para dar o Curso "INDEXAÇÃO DE MICROFORMA" tivemos, como objetivo, estruturá-lo de forma prática, apresentando Sistemas de Microfilmagem cuja indexação e codificação já em uso, se mostraram eficientes e corretos.

Foram realizadas visitas a Centros de Microfilmagem em Indústrias, Bancos, Escolas, Universidades, Bibliotecas, Instituições e Birôs de Serviços.

Agradecemos a gentileza das pessoas que nos permitiram essas visitas e nos auxiliaram com a sua inestimável colaboração para a apresentação do referido Curso.

Curso ministrado no 1.º Seminário Brasileiro de Reprografia, de 19-24 de Setembro - São Paulo.

Digitalizado gentilmente por:

1. CONSIDERAÇÕES GERAIS

1.1 Definição

Sabemos que a microfilmagem é um processo fotográfico de reprodução e redução fiel de Documentos, que permite o registro de **N** originais em um material flexível e transparente por um custo razoável e a um tempo reduzido de operação.

1.2 Histórico

Historicamente temos conhecimento de que há um início de experiência no campo da fotografia em 1814.

A microfotografia começa a ser desenvolvida na Inglaterra por volta de 1835, mais como curiosidade do que como técnica útil o que aconteceu um século depois.

É atribuída a invenção ao inglês *John Benjamin Dancer* — 1835 quando reduziu um documento, tamanho ofício, a uma micro-imagem, usando uma placa de "Daguerreotipo", placas de prata polida, tratada para fixarem a imagem.

Passamos por nomes envolvidos com o microfilme como os de *René Dragon* (*França* — 1842) produzindo pequenas imagens fotográficas;

Felix Tournachon (Nadar) 1870 — durante a Guerra Franco-Prussiana, enviando diminutas mensagens e utilizando pombos-correio;

George Eastman (*USA* — 1899) encontrando a solução flexível com o plástico;

R. Goldschmidt (*Alemanha* — 1905) propondo pela 1.ª vez a utilização do filme de 35mm para a reprodução de documentos;

George McCarthy (*New York* — 1922) que desenvolveu uma câmara para microfilmar cheques utilizando filmes de 16mm e evidenciando com isso a potencialidade da microfotografia para Bancos e Comércio.

A câmara de McCarthy recebeu o nome de Check-O-Graph. Posteriormente o modelo é aperfeiçoado e inicia-se a comercialização, onde inúmeros bancos norte-americanos passam a adotar o Sistema de Microfilmagem de cheques.

Em **1935** o Governo Federal Americano, através da National Recovery Administration e a Agricultural Adjustment Agency já microfilmam cerca de 300.000 páginas.

Dr. Joseph Goebel — 1939 inventa a microficha;

John F. Langan — 1950 registra a patente para o cartão-janela;

Introdução do COM (Computer Output Microfilm) em **1960**.

E chegamos ao que temos, atualmente, em que, com maior ou menor escala, todas as áreas de atividades humanas estão se beneficiando e utilizando as vantagens proporcionadas pelos Sistemas de Microfilmagem.

1.3 Tanto na Documentação dinâmica, ativa, como na documentação estática (Arquivo de Segurança), ou ainda para os grandes arquivos bem como para os de pequeno porte (Empresa pequenas e médias) é o microfilme um dos suportes mais econômicos e eficientes de arquivamento e registro da informação.

Digitalizado gentilmente por:

2. MICROFORMAS

O termo microforma cobre todas as formas de microfotografia. Podem ser:

— transparentes ou opacas;
— em forma de rolo de várias larguras e comprimentos;
— em forma de tiras;
— em forma de fichas de diversos tamanhos.

A forma física — *material microforma* é diferente da documentação papel, mas é uma reprodução exata e fiel do documento que foi microfilmado e é armazenado também de uma forma diferente do documento impresso.

Todas as microformas são imagens reduzidas dos documentos e precisam de aparelhos apropriados (leitores) para serem lidos e manuseados.

Muitas vezes emprega-se o termo microfilme para designar somente o *Rolo de Filme* de 16, 35, 105mm; e a palavra *microforma* para especificar as outras modalidades de apresentação tais como cartão-janela, jaqueta, TAB-JAC, microficha, etc. porém todos são genericamente microformas.

As diferentes microformas em uso são:

2.1 Rolo de microfilme (Roll-Type Microfilm)
2.2 Jaqueta (Jacket)
2.3 Microficha (Microfiche)
2.4 Ultraficha (Ultrafiche)
2.5 Cartão-janela (Aperture-Cards)
2.6 Jaqueta Tabulável (TAB-JAC — TABulating JACket)
2.7 Microstrip
2.8 Microcartão (Microcard)
2.9 Microprint (Processo Offset)
2.10 Cartuchos (Cartridge); Cassetes; Magazines.

A microforma a ser utilizada vai depender do tipo de documento e da finalidade a que se propõe uma Empresa quando da estruturação de um Sistema de microfilmagem para microfilmar a sua Documentação.

É fundamental, porém, que se faça uma preparação prévia e adequada dessa documentação (ou por pessoa habilitada, ou por uma equipe preparada para esse fim), levando em conta a finalidade e função dos documentos. Cada documento será representado por um fotograma.

A microfilmagem engloba todo um processamento adequado, um rígido controle de qualidade e um pré-estabelecimento de *Codificação* e *Indexação* dos documentos para que haja uma perfeita recuperação (retrieval) da informação.

A Documentação microfilmada vai possibilitar ao usuário a consulta já não em pastas, ou livros, ou arquivos convencionais, mas sim em arquivos com microformas e através de dispositivos apropriados para a sua leitura (visores).

2.1 Rolo de Microfilme (Roll-Type Microfilm)

Forma mais comum e menos dispendiosa de produção de microfilme. São utilizados filmes de 16 e 35mm de largura com comprimento de 30 a 60m.

2.2 Jaqueta (Jacket)

Outra microforma feita com duas folhas de um material transparente

Digitalizado gentilmente por:

(plástico) com aberturas apropriadas, bolsas, que representam canais em vários tamanhos, onde são colocados os fotogramas em tiras.

As jaquetas podem ser para fotogramas de 16mm (o mais usado) para 35mm e também para 105mm.

Possuem uma área na parte superior para a indexação, na qual os dados podem ser escritos, manualmente, ou através da datilografia ou ainda usando fita adesiva com a informação.

Algumas apresentam tarjas coloridas nas bordas superiores (isso é também um artifício usado para a indexação).

O tamanho é mais ou menos padronizado 6-1/16" por 4-1/6". Dependendo do número de canais será a capacidade de fotogramas.

Por ex.:
5 canais — 75 fotogramas de 16mm
4 canais — 48 fotogramas de 16mm

Há jaquetas com 1 canal para 35mm e 2 ou 3 canais para filme de 16mm. A partir da jaqueta podem ser feitas cópias em forma de microfichas. É uma rápida e fácil duplicação através do processo Diazo ou Kalvar.

2.3 **Microficha** (Microfiche)

É uma folha de filme (geralmente de 105mm) que contém fotogramas quadriculados numa seqüência lógica.

Os documentos vão sendo fotografados diretamente, em um determinado espaço do filme numa apresentação de colunas e fileiras, obtendo-se a microficha.

Contém geralmente de 60 a 100 páginas de um documento ou livro.

No método COM (Computer Output Microfilm) — o acoplamento do computador ao processo micrográfico, resultando na utilização não convencional da microfilmagem, as informações produzidas são gravadas em fitas magnéticas e posteriormente transferidas, a uma velocidade 20 vezes maior do que a impressora do computador, para microfichas originais (são as matrizes) que por sua vez, vão gerar microfichas-cópia para fins de consulta.

O COM combina as técnicas eletrônicas, foto-óticas e eletromecânicas com a finalidade de converter as informações geradas pelo computador, e colocadas, a nossa disposição, através da microforma, que é a microficha.

Executa, no seu interior, os passos de gravação, fotografia, revelação, fixação, lavagem e secagem e o produto final é a microforma do tipo microficha de tamanho 105 x 148mm (4" x 6").

Com menor freqüência utiliza também rolo de 16 e 35mm.

Através de um arquivo de entrada de dados pode-se indexar N originais componentes de um arquivo de microfichas.

2.4 **Ultraficha** (Ultrafiche)

É similar à microficha, tem, porém, uma redução muito mais acentuada e contém 3000 páginas em um tamanho de 4" x 6".

2.5 **Cartão-janela** (Aperture-Cards)

Para microfilmes de 35mm. Abertura de 3-1/4 por 7-3/8.

O cartão-janela é um cartão mecanográfico clássico, no qual é fixada uma imagem de filme de 35mm.

Digitalizado gentilmente por:

É uma microforma unitizada, isto quer dizer, que primeiramente o documento é microfilmado em rolo de 35mm e depois as imagens (documentos) que foram microfilmadas e compõem os fotogramas são separadas (unitizadas) e colocadas no cartão-janela.

Os fotogramas são inseridos em uma espécie de abertura, de bolsa, fixada no cartão e protegida por meio de uma película de poliestireno translúcido e que possibilita essa colocação.

Há também cartões-janela nos quais o fotograma é colocado por meio de pressão, pois o cartão possui uma película transparente auto-adesiva.

O cartão-janela é largamente empregado pelas Companhias de Engenharia (que microfilmam suas plantas, desenhos), pelas firmas de peças e acessórios, por hospitais (arquivos de Raio X), Museus (desenhos, pinturas), etc.

É também um cartão tabulável, isto é, os dados podem ser perfurados (55 colunas livres) conjugando o seu uso com a computação eletrônica, selecionando a imagem procurada.

Na indexação dos documentos os dados não só podem ser perfurados nos cartões, mas também escritos à mão ou à máquina ou ainda usando as fitas adesivas.

Veremos, na parte de indexação, o uso dessa microforma nos exemplos apresentados, como é o caso da CESP, micro-Service, Villares, etc.

2.6 **Jaqueta-Tabulável** (TAB-JAC)

É a jaqueta TAB-JAC marca registrada da Empresa Microseal.

É uma microforma semelhante ao cartão-janela, contendo de 1 a 3 canais para a inserção de fotogramas.

É também um cartão, tipo IBM, o que possibilita conter perfurações e assim ser usado com o recurso do computador.

O seu maior uso é para filmes de 16mm de largura, mas há também para os filmes de 35mm.

Pode ser facilmente duplicado pelo processo Diazo.

2.7 **Microstrip**

2.8 **Microcartão** (Microcard)

É uma microficha opaca — tamanho 3" x 5" e 4" x 6".

É também um processo fotográfico onde os documentos estão produzidos em papel fotográfico.

2.9 **Microprint**

Microforma obtida por processo Offset, após os originais terem sido microfilmados; tamanho de 6" x 9".

É semelhante ao microcard, mas não é nem transparente nem produzida em papel fotográfico.

2.10 **Cartuchos** (Cartridges) **Cassetes — Magazines**

São nomes dados a um tipo de embalagem própria para acondicionar o rolo de microfilme. Sua inserção na leitora é feita automaticamente.

3. TERMINOLOGIA

Alguns conceitos básicos que vão interessar na microfilmagem, indexação e codificação.

Digitalizado gentilmente por:

3.1 Multimeios

São aqueles documentos que não se apresentam sob a forma impressa convencional: são os audiovisuais, os visuais, auditivos, as *microformas*.

3.2 Microfilmagem

Técnica de se utilizar a miniaturização da imagem — cópia fotográfica do Documento.

3.3 Microforma

Meio de armazenamento que protege a película e define o visor a ser utilizado para a sua leitura.

São as diferentes formas que podem assumir o microfilme na sua apresentação final (jaqueta, cartão-janela, microficha, etc.).

3.4 Visor

Dispositivo que permite observar em forma ampliada as imagens reduzidas.

3.5 Disco magnético

Dispositivo de alta capacidade de armazenamento e de acesso direto.

3.6 Diskete

Dispositivo de baixa capacidade de armazenamento e de acesso direto.

3.7 O.C.R. — Optical Character Recognition

Reconhecimento de Caráter Ótico.

3.8 Fita magnética

Dispositivo de alta capacidade de armazenamento e de acesso seqüencial.

3.9 COM (Computer Output Microfilm)

Aparelho de alta tecnologia capaz de gravar e efetuar um processo fotográfico. Integração computador-microfilme.

3.10 Arquivo

Coleção organizada de informação dirigida a um propósito específico.

3.11 Indexação

Ação de descrever e identificar um documento de acordo com o seu conteúdo.

3.12 Indice (registro)

É o roteiro ordenado, alfabético ou sistemático dos itens de uma coleção. É a listagem do conteúdo e localização dos documentos que formam um arquivo.

3.13 Coleção

Conjunto de documentos indexados.

3.14 Item

É a unidade autônoma de uma coleção ou das entradas referentes aos documentos existentes, qualquer que ele seja.

3.15 Codificação

Símbolo de identificação (um código) que adicionado a uma microforma permitirá a seleção da unidade desejada.

Digitalizado gentilmente por:

Codificação de 1.ª geração — acesso manual e simplificado.

Codificação de 2.ª geração — acesso por meios automáticos.

3.16 Odômetro

Dispositivo que registra a metragem do filme; possibilita identificar o documento por meio do espaço utilizado dentro do filme.

3.17 Linhas de Código

São linhas colocadas entre os fotogramas, durante a microfilmagem, em posições pré-determinadas.

3.18 Fotograma (Frame)

Área do filme exposta à luz.

3.19 Flash

Símbolo de identificação colocado na ocasião da microfilmagem no início de cada lote de documentos. Algo para chamar a atenção.

3.20 Blips — Codificação por marcas

Durante a operação de microfilmagem, automaticamente, por meio de dispositivos que fazem parte das unidades filmadoras, são produzidas determinadas marcas, de forma retangular, abaixo de cada fotograma.

Essas marcas são percebidas por uma célula fotoelétrica, localizada dentro do aparelho leitor, que conta o número de Blips. Quando esse número coincidir com o n.º digitado pelo operador no teclado do aparelho leitor, automaticamente pára no fotograma desejado.

3.21 Recuperação manual

Não há auxílio mecânico. A microforma é introduzida no visor e examinada até atingir o fotograma com o documento microfilmado que se está pesquisando.

3.22 Recuperação automatizada

Uso conjugado de dispositivos automáticos, que uma vez pressionados exibe automaticamente a informação na tela do visor.

3.23 Recuperação semi-automática

Uso de dispositivos automáticos e interferência também manual.

3.24 Seqüência de filmagem

A ordem em que são microfilmados os documentos, quer seja numérica, alfabética ou cronológica.

3.25 Endereço do Documento

Informações para a precisa localização do documento no arquivo.

3.26 Programação de filmagem

Freqüência de filmagem do arquivo.

3.27 Ordem seqüencial

Seqüência numérica conforme a ordem natural em que os documentos foram microfilmados.

3.28 N.A.M. (Número de acesso da microforma)

Qualquer número, letra ou código que permite a localização do documento no arquivo de microfilme.

Digitalizado gentilmente por:

3.29 Lotes

Documentos que são geralmente microfilmados em grupos e arquivados conjuntamente, como é o caso de notas fiscais, cheques, contas, correspondência, etc.

3.30 Unidades

São aqueles documentos que requerem uma identificação individual para cada unidade, como é o caso de plantas de engenharia, acessórios de indústrias, radiografias, etc.

3.31 Unitizado

Separação de um rolo de microfilme em fotogramas individuais e sua colocação em um cartão-janela ou outra microforma.

4. INDEXAÇÃO DE MICROFORMAS

4.1 Unisist — Definição

Na definição da Unisist, indexação é a representação do conteúdo dos documentos por meio de símbolos especiais, quer retirados do texto original (palavras-chave ou frases-chave extraídos do documento) quer escolhidos numa linguagem de informação.

4.2 Conceito de indexação

É o entendimento concreto ou intrínseco de uma unidade de informação independente de sua expressão lingüística.
são extraídos, através da análise do

Durante a indexação os conceitos documento, isto é, o que representa o documento, e depois traduzidos e registrados como *dados da informação* que serão organizados e armazenados permitindo um fácil acesso na recuperação da mesma.

Indexar portanto seria elaborar uma relação de itens que envolvem um conjunto de Documentos e permite a localização e a recuperação de cada um ou um grupo deles.

Apresenta-se assim a *indexação* não só como instrumento de armazenagem e recuperação da informação, mas também como elo de comunicação entre os documentos e seus utilizadores.

Esses dados coletados vão aparecer em registros (índices) os quais serão determinados de acordo com a finalidade ou o tipo do Sistema que está sendo desenvolvido.

Não há possibilidade de se fixar padrões que correspondam aos diferentes arquivos; (embora padrões mínimos possam ser fixados), pois em cada situação eles terão diferentes enfoques. Somente após um levantamento detalhado do Sistema em pauta e da sua documentação é que deverá ser selecionado o método de indexação mais adequado.

Não havendo um preparo preciso, cuidadoso dos documentos e uma clara e objetiva indexação, a localização e recuperação desses documentos armazenados será ineficaz, imperfeita, difícil e demorada.

O aspecto mais importante para assegurar o êxito do Sistema de microfilmagem, no que diz respeito à re-

Digitalizado gentilmente por:

cuperação da informação é a elaboração de um sistema de índice que se vai usar.

Sem um apropriado e bem definido método de indexação não poderemos usufruir do completo potencial da microfilmagem. A indexação é componente básico para o sucesso de um Sistema de microfilmagem.

As indexações das microformas serão feitas:
— nos próprios filmes;
— nas caixas que os envolvem;
— nas microformas unitizadas;
— nos arquivos;
— nas fichas remissivas;
— nas listagens por computador.

5. ESTÁGIOS DA INDEXAÇÃO

A indexação passa por dois estágios:

5.1 1.º Estágio

Estabelecimento de conceitos tratados em um documento, isto é, o assunto.

Compreende três etapas:

5.1.1 Leitura atenta

a) Análise do Documento: compreensão, delimitação e identificação das idéias nele contidas como um todo;

b) **Tipo de Documento:**

Documentos fundamentais — essenciais para a existência da Empresa; devem ser microfilmados e conservados os originais;

Documentos importantes — facilitam a rotina da Empresa; podem ser microfilmados para consulta e transferidos para um lugar cujo centro de armazenamento seja mais econômico.

Documentos úteis — são de utilidade temporal; devem ser microfilmados e destruídos posteriormente.

Documentos não essenciais — podem ser destruídos depois de serem usados e necessariamente não precisam ser microfilmados.

5.1.2 Identificação dos conceitos

Examinando o Documento o indexador deve identificar os conceitos que melhor expressam o assunto do mesmo.

5.1.3 Seleção dos conceitos

A seleção relaciona-se com a finalidade do índice ou o tipo de Sistema que está sendo desenvolvido.

Dois aspectos envolvem essa seleção:

a) Exaustividade;
b) Especificidade.

a) **Exaustividade** — é a extensão com que é analisado um dado Documento; quando todos os conceitos são identificados e possíveis de interessar os utilizadores do Sistema. Podemos distinguir entre o tema global do Documento e os subtemas que ele pode conter.

b) **Especificidade** — quando são escolhidos os conceitos mais específicos; é o grau de precisão ao especificarmos o assunto do documento. Em muitos casos a indexação deve especificar ao máximo a informação escolhendo os conceitos mais precisos.

Digitalizado gentilmente por:

5.2 2.º Estágio

Representação de conceitos em termos de uma linguagem de indexação.

Há dois tipos de linguagem de indexação:

Linguagem Natural;
Linguagem Artificial.

5.2.1 Linguagem Natural

É a que aparece nos Documentos; formada pela reunião de sinais utilizados e reconhecidos pelo homem.

O *sinal* é um símbolo convencional que se destina a transmitir uma informação. Na linguagem natural utilizamos *Indexação por palavras,* isto é, indexamos documentos empregando simplesmente as palavras como aparecem no texto.

Pode ser feita rapidamente e foi planejada para processamento mecanizado. (Por ex.: o Índice KWIC — Key Word in Context — palavras-chave do título do texto aparece no centro com o restante do título de ambos os lados. É a forma mais rudimentar de indexação.

5.2.2 Linguagem Artificial

Elaborada de acordo com regras, previamente estabelecidas, procurando adaptar-se às necessidades específicas.

Na linguagem artificial utiliza-se a *Indexação por conceitos,* isto é, reconhece-se os assuntos dos documentos, sejam quais forem as palavras em que estão expressos e então escolhe-se a palavra ou as palavras para representá-los.

A indexação por conceito requer um *Vocabulário Controlado* (VC) que relaciona termos utilizados em sistemas de indexação com vistas à uniformidade de armazenamento da informação.

O *VC* é o componente básico da linguagem artificial. É preciso escolher uma determinada palavra ou palavras para cada conceito e fazer remissivas e referências das outras palavras que o leitor possa procurar.

6. TÉCNICAS DE INDEXAÇÃO DE MICROFORMAS

Decidida a indexação os conceitos são registrados como dados da informação e depois organizados utilizando-se nomenclatura variadas, fazendo uso de caracteres tais como: letras, números, símbolos matemáticos e determinados artifícios.

O sucesso de um sistema de microfilmagem está calcado na técnica precisa e adequada desses registros que vão permitir a recuperação da informação contida nas microformas.

6.1 Os critérios adotados para essa indexação podem ser:

— Alfabéticos;
— Numéricos;
— Alfa-numéricos;
— Cronológicos;
— Indexação — coordenada;
— Geográficos;
— Hierárquicos;
— Decimais.

e os determinados **artifícios — técnica de Codificação** que serão vistos em capítulo à frente.

Digitalizado gentilmente por:

6.1.1 Métodos de Indexação Alfabética

Organizados, segundo a seqüência alfabética, por letras, aplica-se a quase todo tipo de Documentação.

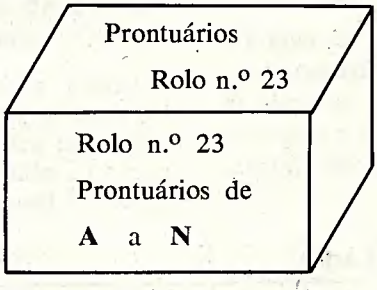
— Documento identificado de A a Z.
— Indexação feita antes de se iniciar a microfilmagem.
— É um sistema direto, não necessitando do complemento de índices.
— O rolo de filme leva um número que o identifica.
— O documento desejado é identificado pela procura, na ordem seqüencial alfabética dentro do próprio microfilme.

Ex.: Indexação de Prontuários

Termo de Abertura	Rolo 23	Prontuários de A a N	Flash	Fotograma

— Flash divide o Lote de Documentos

— Na caixa do filme é a seguinte a indexação



— A microfilmagem é feita em Rolo para Arquivo estático.

6.1.2 Método de Indexação Numérica

— A base numérica é mais fácil para indexar, organizar e arquivar.

— Cada documento é identificado com um número, numa determinada seqüência.

— Requer complementação de um índice remissivo que indica o número correspondente ao documento desejado.

Digitalizado gentilmente por:

Ex.: Indexação de Notas Fiscais — Arquivo Estático

1)	2)	3)	4)	5)	6)
Indexação de N. F.	Arq.	Gav.	Rolo	Flash	Fotograma
Série B 001 à 602	4	2	7	1	n.º de
Série B 603 à 1.059	4	2	7	2	n.º de
Série B 1.060 à 1.910	4	2	8	1	n.º de

1 — Os documentos são numerados, independente de sua ordem alfabética.

2 — n.º do arquivo em que está armazenado o Rolo

3 — n.º da gaveta

4 — indicação do n.º do rolo

5 — n.º do flash em que aparece o lote dos documentos

6 — n.º de fotogramas.

No Sistema numérico há uma variação usando os dígitos terminais — "Terminal Digit System" — onde os documentos são agrupados e ordenam-se em função das unidades, dezenas ou centenas.

Ex.: Os documentos (processos, fichas, Notas Fiscais) de n.º 117, 27, 37, 67 9877 são ordenadas na classe numérica **7**; os documentos 918, 88, 1088, etc. são ordenados na classe **8**.

6.1.3 Método de Indexação Alfa-numérica

Conjuga a ordem alfabética com a ordem numérica. (Veremos o exemplo no Sistema CEPROMAC).

6.1.4 Método de Indexação Cronológica

Utiliza a seqüência cronológica: ano, mês, dia, usando flash para a separação de anos. Os documentos são ordenados pela data de criação ou recepção na Empresa.

Ex.: Arquivamento de Cartas

Indexação	Arq.	Gav.	Código-Sér.	Flash	Fotogr.
1980 Jan. 1 a Jun. 30	14	2	1	1	n.º de
1980 Jul. 1 a Dez. 31	14	2	2	2	n.º de

6.1.5 Sistema de Indexação Coordenada

Sistema proposto por Mortimer Taube e no qual são utilizados vocábulos simples (Unitermos) selecionados do próprio documento e que o identificam. Cada documento terá tantas palavras-chave ou unitermos quantos forem os assuntos correspondentes.

Digitalizado gentilmente por:

Para cada unitermo haverá uma ficha identificada ao alto pelo próprio vocábulo e, no corpo de ficha, colunas numeradas de 0 a 9. Essas colunas numeradas serão marcadas com o n.º correspondente da microforma sempre que o documento inclua em seu texto o unitermo em referência.

(Veremos esse exemplo no sistema da Escola de Engenharia de São Carlos).

6.1.6 Sistema de Indexação Geográfica

Nesse sistema a indexação leva em consideração, em 1.º lugar, regiões, cidades, estados, etc.

Não deixa de ser, porém, um sistema alfabético, já que as entradas são dadas alfabeticamente.

6.1.7 Indexação Hierárquica ou em Cadeia

Quando um conceito está ligado a suas relações diretas, numa hierarquia de assunto.

Ex.: Psicologia
Psicologia aplicada
Behaviourismo
Reflexologia
Teoria do comportamento de Pavlov

Sistemas psicanalíticos
Freud
Adler
Jung

6.1.8 Indexação Decimal

Inspirada no Sistema de Classificação Decimal de Dewey e Classificação Decimal Universal (CDU) é uma indexação numérica, hierárquica, onde os grandes assuntos vão se subdividindo.

Ex.: 500 — Ciências Puras
530 — Física
536 — Calor
536.2 — Transmissão de calor
536.22 — Condução em sólidos

7. CODIFICAÇÃO

Código é qualquer sistema de símbolo usado no processo de comunicação.

Codificar é atribuir um determinado símbolo, uma identificação adicionada ou fazendo parte do documento, e que vai permitir a seleção do fotograma específico no rolo ou na microforma unitizada.

Através dos códigos podemos reduzir a quantidade de símbolos usados na identificação dos documentos.

A codificação para a recuperação da informação é classificada em dois tipos:

Codificação Manual (também chamada de 1.ª Geração)

Codificação Automatizada ou de 2.ª Geração.

7.1 Codificação Manual (1.ª Geração)

É a que permite acesso manual, simplificado.

Digitalizado gentilmente por:

7.1.1 Para as microformas em Rolos, Cassetes, Magazines

— Codificação por flashes (indicadores visuais)
— Codificação Numérica;
— Codificação por Odômetro;
— Codificação por Linhas.

7.1.2 Para as microformas unitizadas: microfichas, jaquetas, cartão-janela

— Codificação através do título;
— Codificação por cores;
— Codificação por perfurações ou ranhuras.

CODIFICAÇÃO POR FLASHES (Indicadores Visuais)

Este é um método que requer pouca codificação; é simples e funcional.

A codificação é feita numa seqüência numérica, pré-determinada, dividindo a documentação em conjunto de informação (Lotes) antes do processo de microfilmagem.

Quando o filme é manipulado na leitora à procura do Lote que contém o fotograma que identifica o documento, antes de cada lote, há um lampejo, em branco e preto, que, ao passar, provoca uma claridade chamando a atenção do pesquisador. Em seguida aparece um indicador com o código do flash referente ao conjunto de informação (lote).

Há necessidade de um índice externo com remissiva para o n.º do rolo, o n.º do lote, código do flash. Essa indicação vai aparecer no cartucho, no magazine, no arquivo.

CODIFICAÇÃO NUMÉRICA

Esta técnica requer que cada fotograma receba um número, em ordem seqüencial, posicionando adequadamente, e durante a operação de microfilmagem, para facilitar o acesso ao documento desejado.

A numeração pode ser anotada manualmente em cada documento, antes da microfilmagem, ou pode ser realizada, automaticamente, durante a microfilmagem, por meio de um dispositivo, acoplado à microfilmadora, que, à medida que microfilma o documento, registra um n.º respectivo. A cada exposição o contador avança um dígito automaticamente.

Requer um índice remissivo externo dando o endereço do documento. Este pode ser feito manualmente ou através de listagem do computador.

CODIFICAÇÃO POR ODÔMETRO

O odômetro é um dispositivo, no aparelho de leitura, que marca a distância dando a localização linear da imagem do filme. Não dá a localização por fotograma, mas por grupos de 10 a 15 documentos.

A indexação pode ser feita após a microfilmagem.

Acompanha um índice com o código determinando o local do filme em que está o fotograma.

Para a consulta coloca-se o filme na leitora e o odômetro é colocado em zero; verifica-se no índice qual o código do documento específico e avança o filme, em velocidade, até

Digitalizado gentilmente por:

que o n.º de código apareça no odômetro.

Depois é verificado fotograma por fotograma até atingir o que se deseja.

CODIFICAÇÃO POR LINHAS

São linhas produzidas, por uma série de lâmpadas, durante o processo de microfilmagem, resultando em um posicionamento, pré-determinado, entre os fotogramas. A codificação está relacionada com a posição relativa dessas linhas.

O acesso ao documento se faz comparando as linhas de código a uma escala ao lado do aparelho leitor.

7.1.2 Codificação para as microformas unitizadas: Microfichas — Jaquetas Cartão-janela

a) **Codificação através do Título**

Essa é uma codificação que vai identificar a microforma unitizada.

É colocada, na parte de cima da microforma, facilmentc legível sem o auxílio da leitora.

O título geralmente especifica o assunto da microforma, inclui o número de seqüência e apresenta um índice, no canto inferior à direita, no lugar do último fotograma.

Há leitoras equipadas com uma codificação na base do aparelho, e que coloca a microficha na posição das coordenadas selecionadas.

b) **Codificação por cores**

Existem jaquetas cujas bordas superiores já vêm, do fabricante, com tarjas em cores diferentes.

— Há alguma vantagem em se utilizar essas microformas coloridas para identificar determinados conjuntos, ou mesmo separar lotes de documentos, seções, Departamentos, etc. no Arquivo.

— Não chega a ser bem uma indexação, nem codificação, mas sim um estratagema visual, cuja função é facilitar a rápida localização da informação; não, porém, o fotograma específico, mas o conjunto de documentos.

c) **Codificação por Perfurações ou Ranhuras**

São técnicas que permitem entalhamentos, perfurações, ranhuras, na base ou no topo de uma microforma, obedecendo a um código de perfuração.

— Cada posição de perfuração estará associada a um código numérico, a um assunto.

— Normalmente requer um índice e equipamento adicional para perfurar a microforma.

7.2 Técnicas que permitem acesso automatizado Codificação de 2.ª Geração

A recuperação deixa de ser manual para ser realizada automaticamente.

Digitalizado gentilmente por:

7.2.1 Codificação por Marcas (Blips) em rolos de microfilme

— **Blips** são pequenas marcas retangulares, que aparecem sob cada fotograma, produzidas, automática ou manualmente, por meio de uma câmara planetária ou COM, durante a operação de microfilmagem.

— Essas marcas serão percebidas por células foto-elétricas, focalizadas na Unidade de Recuperação, que está equipada com teclado e circuito eletrônico.

— A fotocélula conta o n.º de marcas e quando houver a coincidência do n.º com o número digitado, no teclado do aparelho leitor, referente à imagem desejada, automaticamente é acionada a parada do filme.

— É um método de acesso em alta velocidade e recupera exatamente o fotograma desejado.

— Há necessidade de um índice remissivo para o n.º dos fotogramas ou para o conjunto de documentos.

7.2.2 Codificação Binária Foto-ótica

— Essa codificação relaciona os dados dos documentos em formato foto-ótico, produzindo, durante a operação de microfilmagem, um padrão de código binário na forma de retângulos opacos adjacentes à imagem de cada documento ou distribuídos ao longo do filme.

— Através de um teclado da microfilmadora registra-se o código manualmente.

— Para a recuperação do documento microfilmado digita-se, no teclado da leitora, o código relacionado ao documento que se deseja.

— A busca é feita eletronicamente e o filme para na imagem identificada pela coincidência dos códigos.

7.2.3 Codificação por Mini-Computador

— Consiste na utilização de um mini-computador que registra os dados de indexação do microfilme por meio de um terminal teclado/video.

— A busca é feita pelo sistema de Marcas.

— Quando o usuário do sistema deseja a informação, interroga, diretamente, através de um teclado de terminal de computador. Na tela do terminal aparece a informação desejada com o número do rolo e número do fotograma. Basta inserir o magazine indicado no leitor e automaticamente tem-se a imagem desejada.

8. Apresentação de vários Sistemas de microfilmagem, observados, através de visitas feitas aos Centros específicos, fornecendo uma descrição sobre a indexação, codificação e recuperação das informações nas microformas utilizadas nos referidos Centros.

9. MICROFILMAGEM NAS ESCOLAS

9.1 CEPROMAC

Digitalizado gentilmente por:

9.2 SENAI

9.1 MICROFILMAGEM NA CEPROMAC
(Centro de Proeessamento do Mackenzie)

O Centro de Processamento de mierofilmagem do Mackenzie mierofilma e desenvolve os seguintes sistemas:

9.1.1 Sistema Vestibular;

9.1.2 Prontuários ativos dos alunos;

9.1.3 Registros eontábeis;

9.1.4 Sistemas do 1.º e 2.º Graus;

a) Mierofilma os requerimentos de matríeula a eada novo ano (tanto para o 1.º como para o 2.º grau).

b) Boletins de Notas de cada aluno a eada nova etapa (1.º e 2.º graus)

9.1.5 Avaliações da pré-eseola

9.1.6 Documentos históricos

Os prontuários ativos dos alunos são mierofilmados em rolo de 16mm. e montados em jaquetas e são periodicamente atualizados.

9.1.7 Atualmente desenvolve também o projeto que mierofilma a lista de presença do aluno.

9.1.1 Sistema Vestibular

A mierofilmagem para o Sistema Vestibular é realizada em 3 fases:

a) Na 1.ª Fase são microfilmadas as **fichas de inscrição em ordem numérica** de inserição

1.ª FASE

1)	2)	3)	4)
Vestibular/82 Fichas de Inscrição	Data 30/10/81	1-11-22 01-01	00001 00430

1 — Título
2 — Data da Inserição
3 — Código do Curso
1-11 — Administração
22 — Direito
01 — Ordem seqüencial
01 — n.º de microficha
4 — Seqüêneia numériea do n.º de inserição.

2.ª FASE

Microficha com os nomes dos inscritos

1)	2)	3)	4)
Vestibular/82 Alfa-Nome	Data 27/11/81	ABAS H. A. CINTHIA O. Silveira	01

Digitalizado gentilmente por:

1) Título
2) Data
3) Nome dos inscritos em ordem alfabética
4) Ordem seqüencial da microficha

É feita outra microficha com entrada pelo sobrenome, numa relação cruzada com a 1.ª ficha dos inscritos.

E por fim uma relação em ordem numérica que informa a distribuição dos alunos para os diferentes locais (prédios e salas — ambos numerados) para o vestibular.

Ex.:

1)	2)	3)	4)	5)	6)
Vestibular/82	Data	1-11-46	Prédio	Sala	0163
Distribuição	30/12/81	05-001	12	35	

1) Título
2) Data para o vestibular
3) Código
   1-11 — Administração
   46 — Secretaria Geral
4) Número de Prédio
5) Número da Sala
6) Número de código do aluno

3.ª FASE

Nesta fase a **microfilmagem dos Cartões-resposta**

É o cartão quadriculado que o aluno recebe na hora do vestibular e onde marca as suas respostas (teste).

Esses cartões são colocados em caixas lacradas após o exame e enviadas ao Setor de Microfilmagem onde são colocados na ordem seqüencial de n.º de inscrição e são microfilmados em rolo de 16mm.

É utilizado o Sistema Convencional e as microfichas são arquivadas em arquivos comuns.

Na codificação do filme de Cartões-resposta o código de entrada é o n.º do prédio e da sala em que foram realizados os exames.

9.1.2 Microfilmagem dos Prontuários dos Alunos

É a seguinte a ordem dos documentos:

— Certidão de nascimento/casamento
— Cédula de identidade/carteira mod. 19 certificado de naturalização
— Título de eleitor
— Certificado de reservista/Alistamento Militar
— Histórico escolar 2.º grau
— Certificado de conclusão 2.º grau
— Atestado dc análise e desempenho (vestibular)
— Requerimento de matrícula
— Requerimento de dispensa de disciplina
— Histórico escolar da Faculdade
— Currículo da Faculdade
— Tradução juramentada de currículo cursado no Exterior

Na indexação a microficha apresenta:

Digitalizado gentilmente por:

Ex.: **Indexação dos Prontuários**

1)	2)	3)	4)	5) 6)
ALFA-nome	05/82	1-11-38	01-01	04412-8

1 — Nome do aluno
2 — Data da microfilmagem
3 — n.º de código dado aos diferentes cursos
1-11 — Administração
38 — Matemática
4 — Código do sistema
5 — N.º de matrícula do aluno
6 — Dígito de controle do computador para esses números

As microfichas são arquivadas em código de matrícula.

Há duas relações cruzadas, através da listagem do computador:
— Código Alfa (ordem alfabética de nomes de alunos)
— Ordem numérica (código de matrícula do aluno)

Para a microfilmagem, a entrada dos prontuários obedece a uma ordem numérica seqüêncial de matrícula.

9.2 MICROFILMAGEM NO SENAI
(Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial)

No SENAI o chefe do Setor de Microfilmagem Sr. Porfírio Rebouças, obteve, após um trabalho bastante intenso, um programa de microfilmagem de Prontuários Escolares para todas as Unidades do SENAI.

Utilizou Sistema Convencional e programação feita pelo computador.

9.2.1 Fluxo da Programação

Obedece ao seguinte fluxograma

9.2.1.1 Foi dada orientação às Unidades de como proceder para preparar os documentos e enviar para o Centro de microfilmagem.

9.2.1.2 Os documentos são organizados no Setor de Microfilmagem e os dados de cada aluno são passados ao Processamento de Dados.

9.2.1.3 Esses dados são perfurados pelo computador.

9.2.1.4 Após a perfuração volta ao Setor de Microfilmagem para a consistência, isto é, verificação da exatidão das informações.

9.2.1.5 O computador emite um Programa para a microfilmagem dos documentos.

9.2.1.6 Feita a microfilmagem é fornecida ao computador a complementação dos dados.

9.2.1.7 Após essa etapa o computador emite a listagem ou microficha-índice onde contém tods os dados do aluno.

9.2.1.8 A microfilmagem é feita em filme prata, 16mm, para o arquivo de segurança e a cópia em Diazo (rolo) para o manuseio da Administração.

Digitalizado gentilmente por:

As jaquetas em Diazo são enviadas para as Unidades.

9.2.1.9 Os documentos do aluno todos eles levam o mesmo n.º de identificação.

Ex. 270/01 — 270/0$_0$ — quer dizer que o aluno cujo n.º de identificação é **270** tem **9** documentos.

9.2.1.10 O arquivamento é feito pelo N.º de identificação que acompanha toda a vida escolar do aluno.

9.2.1.11 Através da listagem alfabética encontra-se o N.º de identificação e este remete para o microfilme.

9.2.2 Relação de Prontuários Escolares — Exemplo

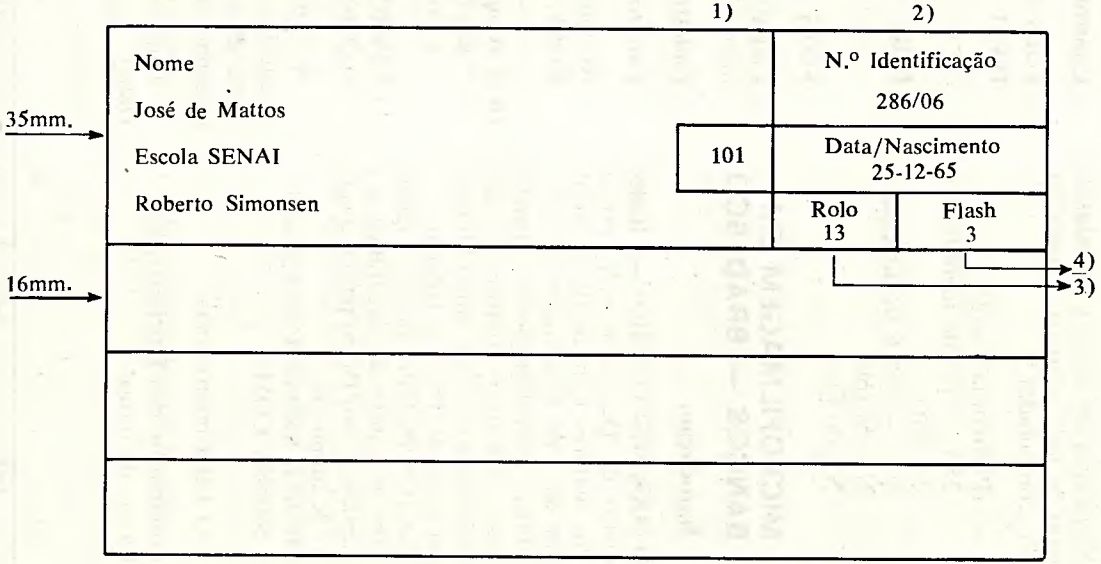
1 — Nome do aluno
2 — N.º de identificação
3 — Coordenadas — São códigos em conexão com a leitora e que permitem a imediata localização do documento na microforma
4 — Código de Curso
CEP — Centro de Especialização Profissional
CAP — Centro de Aprendizagem Profissional
5 — Data/nascimento
6 — Semestre do ano — É o 1.º semestre de 1978
7 — N.º do Rolo
8 — N.º do Flash
9 — N.º do Lote e onde estão arquivados os documentos impressos

Digitalizado gentilmente por:

9.2.2 — RELAÇÃO DE PRONTUÁRIOS ESCOLARES — EXEMPLO

1) Nome do Aluno	2) N.º de Identificação	3) Coord.	4) Cod./Curso	5) Data/Nasc.	6) SEM/Ano	7) Rolo	8) Flash	9) Lote
José de Mattos	2.418	095/D01	07-CEP CAP	12/05/65	1/78	3	13	14

9.2.3 — INDEXAÇÃO NA JAQUETA — EXEMPLO



Digitalizado gentilmente por:

Indexação de Microforma

9.2.3 Foi utilizada jaqueta com um canal de 35mm e os outros canais de 16mm

Na largura de 35mm é introduzido o rótulo de indexação da jaqueta feito pelo computador

1 — Prefixo da Escola
2 — 286 — n.º de identificação do aluno
/06 — são 6 documentos
3 — N.º do rolo
4 — N.º do flash

10. MICROFILMAGEM EM BANCOS — BRADESCO

10.1 Introdução:

O BRADESCO (BBD) — Banco Brasileiro de Descontos S.A., possui um dos maiores Centros de Microfilmagem da rede bancária brasileira.

— Utiliza microfilmadoras planetárias e rotativas conforme a documentação a ser microfilmada, em rolos de 16,35 e 105mm.
— Usa o microfilme prata, original, para o arquivo de segurança e a duplicação em Diazo para o arquivo de manuseio.
— Utiliza o Sistema Convencional e o Sistema COM.

10.2 O BBD microfilma:

— Prontuários dos funcionários;
— Cartas de férias;
— Cartões de ponto;
— Turismo — Obras (folhas de pagamento de funcionários avulsos)
— Controle de contas;
— Guias de Recolhimento:
DARF — Documentos de Arrecadação da Receita Federal;
DIRF — Documentos de Informação da Receita Federal;
FGTS — Fundo de Garantia
— Cadastros Diversos de Financiamento;
— Cadastro de Operações Especiais;
— Extrato mensal;
— Recibos de pagamento de todo o Brasil, etc.

10.3 Alguns exemplos da programação microfilmada e a Indexação e Codificação implantadas.

A) LIVRO DE REGISTRO DE AÇÕES

A implantação é feita através de Relatórios, em rolos de 35mm, por causa da dimensão do documento — tamanho A1

Duplicação em rolo de 35mm Diazo

1)	2)	3)	4)	5)	6)
475 Anhangabaú	330	4010	4010 / BBI		1-500

Digitalizado gentilmente por:

1 — N.º de código da Agência. (Todas as Agências no Brasil levam um n.º de código)

2 — Código do Acionista que é dado pelo Departamento do Acionista

3 — Código do Departamento

4 — Código do Livro — código do Departamento mais a Empresa
4010/BBI — Banco Brasil Investimentos

5 — Código da Empresa

6 — Paginação (esta é uniforme neste caso; todos os livros têm 500 páginas)

— A entrada é dada por n.º de código de acionista

— O Cartucho do rolo leva o n.º do Livro

— O rolo é colocado na leitora pelo código do Livro e procura-se o fotograma com o código do acionista.

B) FUNDO DE GARANTIA DE EMPREGADOS — FGTS

O BBD microfilma as guias de Recolhimento do Fundo de Garantia de Empregados, não só do próprio Banco, como também de outras Empresas, que mantém convênio.

A microfilmagem é feita em dois rolos de 16mm. sendo um conservado para o arquivo de segurança e o outro para a montagem das jaquetas.

1)	2)	3)	4)	5)	6)
701	IAPAS	Jairo Mattos	98	1	GR

1 — Código da Agência ou **Código de Junção** como é chamado

2 — Código da Empresa

3 — Nome do Empregado

4 — N.º do Rolo

5 — N.º do flash — para separar as diversas Empresas

6 — Código — Guias de Recolhimento

GR — Guia de Recolhimento

GRA — Guia de Recolhimento e Anexos

RE — Relação de Empregados

REA — Relação de Empregados em Atraso

— Quando o Empregado vai retirar o seu Fundo de Garantia este é verificado procurando no Rolo do filme (Código de n.º) e na entrada de código da Empresa. Uma vez localizada na leitora copiadora é tirada a cópia do documento e autenticado o mesmo.

C) MICROFILMAGEM DE CHEQUES:

É feito através de uma microfilmadora rotativa que microfilma frente o verso dos cheques (método Duplex) em dois rolos de filme de 16mm; um para o arquivo de segurança e outro para a montagem de microfichas.

Digitalizado gentilmente por:

— **Codificação e Indexação do filme**

Codificação e Indexação do filme

1)	2)	3)	4)	5)	6)	7)	8)
4422/CRS Salvador	115	000/01	267774-3	Jairo Mattos	10/03/80	0001	1

1 — Código de Junção — Centro Regional de Serviço — Salvador
2 — N.º do Rolo
3 — N.º da Série — No caso a série é "Cheques visados"
4 — N.º da conta do correntista
5 — Nome do cliente
6 — Data do movimento
7 — N.º de microfichas que tem esse movimento
8 — N.º de flash que separa as Agências e Ordem de movimento

Há codificação para as diversas séries:

Ex. Cheque visado — série 0000/01
Cheque compensação — série 0000/05
Crédito — série 0000/03
Contratos — série 6000/01
FGTS — série 4600/01, etc.

— O rolo de manuseio é unitizado para a montagem da microficha

— Esta leva, na parte de cima, um cabeçalho com o código da Empresa (número e nome, data do movimento e n.º da microficha

— Esse rótulo é feito na Gráfica, em papel vegetal e depois é passado em ColorKey e aplicado na microficha

Indexação e Codificação na Microficha

Código	Nome	Movimento	n.º de microficha
475	Anhangabaú	01/02/81	04

— As informações para o rótulo da microficha são tiradas do termo de encerramento, que é preenchido na operação de microfilmagem.

— As microfichas são duplicadas em Diazo e enviadas para as respectivas Agências.

D) SETOR DE PESSOAL

Os Prontuários são microfilmados em rolo de 16mm e depois montados em jaquetas.

A documentação, antes da microfilmagem, é sinalizada (codificada) para o caso de inclusão de documentos na jaqueta.

Digitalizado gentilmente por:

Os prontuários são marcados com **n.º 1**, alternadamente, isto é, na medida que muda o nome do funcionário. Depois são microfilmados, na ordem em que estão e os que têm n.º 1 é aberta uma dobradiça, (que aqui age como um alerta — um código) para a apresentação de um novo funcionário com o seu respectivo prontuário.

No caso de nomes iguais aparece ainda a data de nascimento e data de admissão.

Indexação no rótulo da jaqueta

1)	2)	3)	4)	5)
BBD	MATTOS, Jairo	DEM	002	304

1 — Nome Agência

2 — Sobrenome, nome do funcionário

3 — Sigla para demitido ou outra sigla específica

4 — N.º de jaquetas que comporta esse prontuário

5 — N.º do filme

No canto de todos os fotogramas consta o n.º do filme

E) RECIBOS DE AGÊNCIA

Microfilmado em rolo de 16mm.

1)	2)	3)	4)	5)	6)
Agência	Localidade	Data	N.º/Filme	Flash	0000/04
001	Marília	1970	127	1.1	
		1971		1.2	
		1976		1.3	
002	Bauru	1970	127	2.1	
		1971		2.3	

1 — Código da Agência
2 — Nome da localidade
3 — Data por ano
5 — Código do flash
4 — N.º do filme
1 — código para Marília
1 — correspondente ao ano

6) — Série — Departamento a que pertence

— Em cada flash é colocada uma etiqueta com o ano correspondente do flash

— No cartucho o n.º filme.

Digitalizado gentilmente por:

— **Arquivo numérico do Microfilme**

— As gavetas estão em ordem de número dos microfilmes

— Separadamente há um fichário com remissivas para esse arquivo

F) ARQUIVO DE CONTRATO DE FINANCIADORA

Cartão — Controle de microfilmagem

— Microfilmado em rolo de 16mm.

N.º do Rolo	Data da Contabilidade	Controle de Microf./cartão	N.º do Contrato	Financiado Nome - Endereço -	Código da Agência	20/10/81 Contrato Vencimento
58	20/10/80	01	520	Jairo Sé R.B 136 Marília	001	Data de

G) CONTRATO DE OPERAÇÕES ESPECIAIS

— É o mesmo cartão acima, com o mesmo controle; mudando somente alguns códigos para os casos específicos.

H) EXTRATO MENSAL

— Em microficha codificada pelo Sistema COM.

— Microficha de 105 x 148mm (4" x 6")

1)	2)	3)	4)
3004	jan./80	475	267774-3

1 — N.º de codificação do Sistema COM

2 — Data do extrato mensal — mês/ano

3 — Código de junção

4 — N.º de conta corrente

I) RECIBOS DE PAGAMENTO DE TODO O BRASIL

— É feito pelo Sistema COM em microficha de 105 x 148

— Acompanha uma listagem de resumo da Folha de Pagamento.

	1)	2)		
Recibos de Pagamento — 00001				
RG	475	0000/04	13480	José Sá
3)	4)	5)	6)	7)

Digitalizado gentilmente por:

1 — Título da microficha
2 — N.º de código da microficha
3 — Regional a que pertence a Agência ou Departamento
4 — Código de junção
5 — Código de série
6 — N.º de funcionário
7 — Nome do funcionário

10.4 Seção de Indexação

Nessa Seção são rebobinados 5 rolos de filme num só rolo a que dão o nome de **Rolão**.

Esses 5 rolos são emendados e codificados no rolão e na caixa que o comporta. São separados os rolos da Matriz dos das Regionais.

É feita uma listagem dando o n.º do Rolão com os n.ºs dos 5 rolos rebobinados.

Esses Rolões correspondem ao Arquivo de Segurança.

11. MICROFILMAGEM EM COMPANHIAS;

11.1 CESP - COMPANHIA ENERGÉTICA DE SÃO PAULO

Introdução

— A CESP — Companhia Energética de São Paulo tem como função a geração, transmissão e distribuição de Energia Elétrica; envolve-se também com a pesquisa e exploração dos meios não convencionais de Energia (carvão, álcool, metanol, energia solar, etc.)
— Na sua sede na Avenida Paulista acha-se instalado o Setor de Microfilmagem que visitei e tentarei expor o resultado dessa visita, mostrando exemplos de alguns Programas de Microfilmagem e sua respectiva indexação.
— O Setor de microfilmagem foi implantado efetivamente em 1976; está sob a direção do Economista Marcello da Costa e Silva Thut.
— As pessoas que me proporcionaram as informações, de uma forma muito gentil, foram: Luiz Felipe Tarsitano Zogaib (Chefe do Setor de Microfilmagem); Regina Helena Martins (Analista de Sistemas Micrográficos) e na Biblioteca — Maria Lucia Gallera de Sá.
— O Setor possui hoje 303 Programas de microfilmagem implantados para os Sistemas Convencionais, Técnico e COM.
— Realiza também, através de convênios, microfilmagem de Programas para a Fundação CESP e para a CPFL (Companhia Paulista de Força e Luz).
— Cada Programa de Microfilmagem CESP CESP engloba um conjunto de procedimentos administrativos, técnicos e funcionais, tendo em vista a finalidade a que se propõe a Empresa e a especificidade da tecnologia micrográfica a ser utilizada.

Engloba os Sistemas de:

— Administração de Pessoal
— Comunicações
— Prontuários Médicos
— Desapropriações
— Marketing
— Finanças

Digitalizado gentilmente por:

— Compras
— Seleção de Pessoal
— Consumidores
— Ações
— Contratações
— Bibliotecas, etc.
— SISTEMAS DE MICROFILMAGEM
  1 — Convencional
  2 — Técnico
  3 — COM

11.1.1 Sistema Convencional

— A CESP possui mais ou menos 190 Programas de microfilmagem para o Sistema Convencional: 5 Programas para a Fundação CESP e mais ou menos 10 Programas para a CPFL.
— A microfilmagem é feita, a partir do papel até tamanho ofício em microfilme de 16mm.
— Para cada tipo de documento há ou programa específico
— A microforma mais utilizada é a jaqueta para documentos ativos, atualizáveis.

11.1.2 Sistema Técnico

— Microfilmagem em filme de 35 mm, de desenhos, plantas, mapas, gráficos, levantamentos aerofotogramétricos.
— Possui mais ou menos:
  70 Programas CESP
  15 Programas CPFL
— A microforma é o cartão-janela ou jaquetas horizontais com 2 canais para filmes de 35mm.

11.1.3 Sistema COM

— É a geração de microfichas a partir da fita magnética
— Filme de 105mm comportando cada microficha 207 páginas de formulário contínuo, mais o índice que aparece no último fotograma à direita de cada microficha.
— Na parte de cima da microficha a titulação e a indexação para a recuperação dos documentos.

11.1.4 Programas de Microfilmagem

Embora a microfilmagem abranja documentos diversos da Empresa, a ênfase maior recai sobre os documentos ativos, isto é, aqueles que se destinam ao desenvolvimento imediato e normal dos trabalhos da Companhia.

1.4.1 Exemplos de Programas no Sistema Convencional

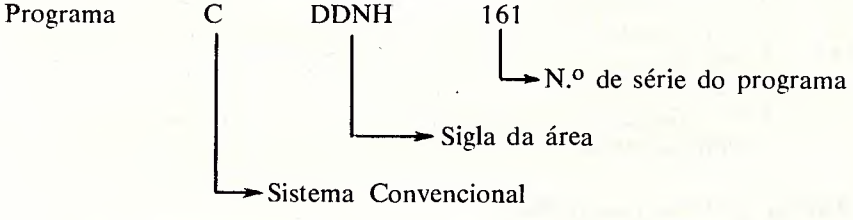
A) **Candidatos Indicados e não Indicados**

Localidade — **Andradina**
— Esse Programa apresenta a descrição de um Prontuário de Seleção de Pessoal.
— Um prontuário de pessoal é o conjunto de documentos referentes aos empregados que desempenham normalmente suas atividades na Empresa.
— O programa mostra todos os passos a serem dados para a microfilmagem dessa documentação:
— Dados referentes à Documentação
— Análise do fluxo da documentação
— Método de preparação da documentação
— Geração de microforma
— Equipamentos de recuperação e arquivo
— Orientações gerais
— Termo de responsabildade
— Destino da documentação original
— Observação

Digitalizado gentilmente por:

— Vai nos interessar o item **Geração de Microforma** onde há o sub-item **Indexação.**

— O programa leva a seguinte Codificação:



Programa	C	DDNH	161
	1)	2)	3)

INDICADO	OSWALDO CUNHA	1/X
NÃO INDICADO	JOSÉ SILVA	1/X

1 — Categoria — se é indicado ou não indicado

2 — Nome da pessoa — ordem pessoal

3 — N.º seqüencial das jaquetas, por prontuários e o total de documentos por candidato

Obs.: Dar 3 espaços entre uma informação e outra;

Datilografar em maiúscula a categoria e o nome

Os documentos que deverão ser devolvidos para o candidato são assinalados com um triângulo verde.

— Quando é um Programa para Pessoal Demitido, a indexação é feita a partir dos **Nomes dos Empregados,** em ordem alfabética e dentro dos prontuários os documentos são agrupados em ordem cronológica (ano, mês, dia).

— Os prontuários são arquivados nas Unidades em que são lotados os empregados aos quais se referem. (São 15 Unidades CESP espalhadas pelo Estado de São Paulo).

— Para o Programa de Empregados Ativos a indexação é em ordem de **Código CESP** (que é um número dado ao prontuário do funcionário).

Digitalizado gentilmente por:

B) **Fichas de Assistência Odontológica**

1)	2)	3)	4)	5)
FAO	00225	Carlos Silva	A	1

1 — Título do Documento
2 — N.º de registro do Associado ou Dependente
3 — Nome do Associado ou Dependente
4 — A = Associado D = Dependente
5 — N.º seqüencial da jaqueta por prontuário. (Quando esse n.º está sozinho é que ainda poderá ser atualizada a jaqueta

C) **Ordem de Obra Encerrada**

1)	2)	3)
OOE	4562036 A 4562048	1/1

1 — Título do documento
2 — N.º da 1.ª e última Ordem de Obra na jaqueta
3 — N.º seqüencial da jaqueta

D) **Pedido de Ligação**

1)	2)	3)	4)	5)
PL	695	Andradina	20	1/1

1 — Título do Documento
2 — Código da Localidade
3 — Nome da Localidade
4 — Razão (É uma codificação da própria Instituição. No caso seria como uma região)
5 — N.º seqüencial da jaqueta (a barra e o outro dígito indica que não será acrescentada mais informação à jaqueta)

E) **Aviso de Pagamento**

1)	2)	3)	4)
AP	78	0001 A 0004	1/20

Digitalizado gentilmente por:

1 — Título do documento
2 — Ano
3 — 1.º e último n.º de registro do empregado em cada jaqueta
4 — N.º seqüencial das jaquetas (por ano)

F) **Prontuários Médicos**

1)	2)	3)	4)
PRONT. MED	36661	Daniel Silva	1

1 — Título do Documento
2 — N.º de registro do Empregado
3 — Nome do Empregado
4 — N.º seqüencial das jaquetas por prontuário

G) **Estatística de Energia Elétrica**

1)	2)	3)
BRAGANTINA	1961 a 1977	1/5

1 — Nome da Concessionária
2 — Período
3 — Número seqüencial por Concessionária

1.4.2 Exemplos de Programa no Sistema Técnico

A-1 — Planta de Referência para Controle de Desempenho de Materiais e Equipamentos. Exemplo à página seguinte.

A-2 — Cartas Sinóticas — Exemplo à frente

A-3 — Projeto Executivo

A-4 — Projeto Padrão

Digitalizado gentilmente por:

A-1 Planta de Referência...

MF n.º 021	DES n.º 027	LOTE 6000

ITANHAÉM
265 Código da Localidade)
03/06/07

A-2 Cartas Sinóticas

MF n.º **001**	DES n.º	LOTE 5200

CS — Título

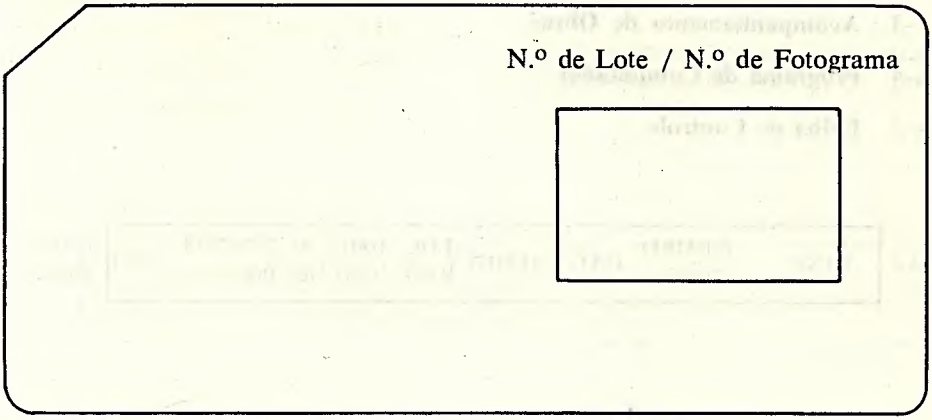
Tipo — xxx
Data — 12/08/81
HORA GNT — xx:xx

Digitalizado gentilmente por:

A-3 Projeto Executivo

N.º Lote = N.º do filme

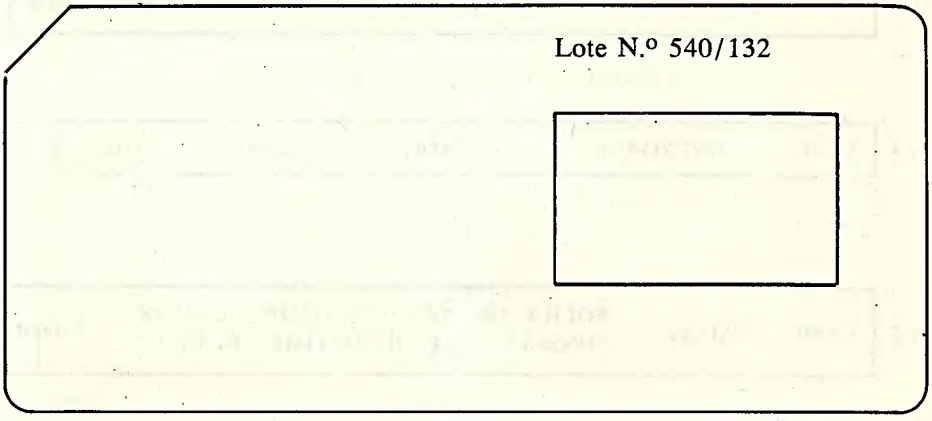
Fotograma — n.º do Doc. dentro do filme



A-4 Projeto Padrão

As mesmas informações:

N.º de Lote e N.º de fotograma



Digitalizado gentilmente por:

1.4.3 Exemplos de Programa no Sistema COM (Computer Output Microfilm)

A-1 **Cadastro de Medidores**

A-2 **Cruzados Medidores**

A-3 **Acompanhamento de Obras**

A-4 **Programa de Computador**

A-5 **Folha de Controle**

A-1

CESP	GEMED JUN/80	CAD. MEDID.	LOC. (001) A: M309348 REG. (00) de: B000280	0001	n.º da microf.

A-2

CESP	GEMED JUN/80	CRUZ. MEDID.	REG. (00) RIO CLARO SEDE	06074271	0001

A-3

CESP	GER. OBRAS JUL/80	ACOMP. DE OBRAS RIO CLARO	DE: 100 A : 400	65312243 65349953	0001 0001

A-4

CESP	ORFROA04	AUG	171981	001

A-5

CESP	SYSLOG	FOLHA DE CONSOLE	DE: 01080 TIME=02.44.18 A : 02078 TIME=06.03.32	0001

Digitalizado gentilmente por:

11.1.5 BIBLIOTECA CESP

Na Biblioteca são microfilmadas algumas coleções de periódicos, Diário Oficial, algumas publicações e Normas Técnicas.

É feita uma listagem por computador para o acervo com entrada por:

— Índice alfabético de autores
— Índice alfabético de títulos
— Índice alfabético de assunto
— Índice numérico de assunto
— Índice alfabético de série
— Catálogo bibliográfico que engloba todas as informações

— A listagem é impressa e semestralmente sai com microficha pelo Sistema COM

1) 2) 3) 4) 9) 10)

Ex.: 003423.1 GUIMARÃES, T.F.G. - Direito usual e legislação aplicada. São Paulo, L.34 G.963D Melhoramentos. 444p., 1968

6) 7) 8) 5)

1 — N.º seqüencial do Sistema
2 — Dígito de Controle
3 — Autor
4 — Título
5 — Local de Publicação
6 — Casa Publicadora
7 — Paginação
8 — Data
9 — Classificação CDU (L - para livro)
10 — Dígito de Cutter

INDEXAÇÃO NA MICROFICHA

1) 4) 5)

MF 620.91 t.76 GOLDEMBERG, José - Energia no Brasil. São Paulo, ACTESP, 1976. 158p. (Publicação ACIESP, n.º 2) 3/3

2) 3) 6) 7) 8) 9)

Digitalizado gentilmente por:

1 — Código para microficha
2 — Classificação
3 — Tombo
4 — Autor
5 — Título

MICROFILMAGEM DE PERIÓDICOS

Indexação na microforma

1) 5)

REVISTA DOS TRIBUNAIS 1/17

São Paulo, v. 123, jan. 1940

2) 3) 4)

1 — Título
2 — Local
3 — Volume
4 — Data
5 — Indicação de quantas microfichas comporta o Documento

11.2 SABESP — Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo

Na SABESP são microfilmados os Documentos constantes de duas categorias:

Documentação Administrativa — Prontuários dos Funcionários

Documentação Técnica — Plantas de Engenharia

6 — Imprenta
7 — Série
8 — N.º de microficha
9 — Quantas microfichas contém esse documento

11.2.1 Administração Administrativa

Há uma lei que regulamenta que Documentos constantes de fotografias só podem ser microfilmados com filme de 35mm.

Desse modo os prontuários dos empregados são microfilmados e arquivados em rolo de 35mm.

A documentação impressa está arquivada em pastas e estas são numeradas independentemente da ordem em que estão os prontuários.

Os Documentos de cada pasta recebem um número seqüencial e ponto (.) até o final de todas elas.

Cada prontuário recebe um n.º de pasta. Quando o documento tem verso este também é microfilmado; é colocado um **V** para significar o verso do documento e é contado na numeração progressiva.

Ex.: Pasta

1.1

1.2 — V (verso do Documento)

Ex.: de Arquivamento dos Prontuários nas Pastas:

Digitalizado gentilmente por:

PASTAS		P.	DOC.
1	José Silva	1.	1-10
1	Mario Sá	1.	11-16
2	Luiz Souto	2.	17-25
2	Jairo Mattos	2.	26-38

Isto quer dizer que o funcionário José Silva está na Pasta de N.º 1 e seu prontuário tem 10 documentos.

A microfilmagem segue o mesmo arranjo e é feito um índice alfabético remissivo para o n.º do rolo. Os rolos também são codificados.

11.3 VILARES

A VILLARES, firma potentíssima, executa no seu Setor Micrográfico, a microfilmagem dos Documentos Contábeis da Empresa, em filme de 16mm. e Projetos de Engenharia em rolo de 35mm.

11.3.1 Documentos Contábeis

Há toda uma codificação que engloba esses documentos.

Ex.:

1 — para Documentos contábeis DC
2 — para Diário Auxiliar de Baixa de Fornecedores DABF
3 — Diário Auxiliar de Baixa de Duplicatas a Receber DABDR
4 — Dividendos DV
5 — Folha de Pagamento, etc. FP

Esses documentos são microfilmados, em filme prata de 16mm, para o Arquivo/Segurança e a duplicação do rolo, em Diazo, para os usuários do Grupo.

Ex.: Indexação e Codificação dos Documentos Contábeis Microfilmados

1)	2)	3)	4)	5)	6)	7)
0001	81	1	1482	02/01/81	001-085	28

1 — N.º do flash
2 — Ano
3 — Codificação do Assunto
4 — Seqüência das Caixas
5 — Data
6 — Seqüência dos documentos
7 — N.º do rolo

— O N.º do Rolo vai aparecer no cartucho do microfilme

— Dentro da Caixa de Arquivo os documentos são agrupados em Lotes

— Cada Lote, na microfilmagem, é separado por um flash.

11.3.2 Documentos — Projetos de Engenharia

São microfilmados em rolo de 35mm e depois unitizados e colocados em cartões-janela.

Esses projetos englobam plantas, desenhos de motores, locomotivas, Escadas Rolantes, Elevadores, Trolleibus, etc.

Digitalizado gentilmente por:

Ex.:

11.643	Código	Nome	003	5298
1)	2)	3)	4)	5)

1 — N.º do Desenho dentro da Empresa

2 — Código-chave para chamar várias peças iguais

3 — Nome a que se refere o desenho

4 — Revisão e formato do desenho original

5 — N.º do cartão-janela

Esse Sistema é compatível com o Sistema "On-line" em todas as Empresas que compõem o Grupo Empresa Villares.

11.4 TV GLOBO

A TV GLOBO realiza um serviço Audi-TV de pesquisa de Audiência de Televisão, baseado na coleta de dados, por meio do aparelho TEVÊMETRO, colocado nas residências que possuem televisão e que foram selecionadas para essa pesquisa.

Esse aparelho — TEVÊMETRO é uma invenção brasileira de Hélio Silveira da Motta.

O Sistema TEVÊMETRO é composto da conjugação de três componentes básicos:

11.4.1 Chave comutadora rotativa combinatória, instalada no eixo do seletor de canais do receptor do televisor;

11.4.2 Transmissor de sinais de rádio-freqüência (RF) com três canais de freqüência, também instalado na televisão;

11.4.3 Aparelho registrador dos estados de sintonia conectado à distância a qualquer ponto da rede elétrica residencial.

11.4.4 O aparelho utiliza fita de papel standard de 5 canais adequados à leitura e decodificações diretas, em computadoers eletrônicos ou equipamentos periféricos do gênero.

Essas fitas perfuradas pelos TEVÊMETRO são recolhidas, semanalmente, por funcionárias, de Audi-TV Ltda., especialmente treinadas para manter o equipamento em perfeitas condições de funcionamento.

As fitas com os dados perfurados são processadas em computadores eletrônicos, que verificam se os dados correspondem ao período de tempo medido e se as perfurações são válidas, antes de aceitar os dados de cada fita.

11.4.5 A partir dos dados recolhidos, Audi-TV produz os seguintes relatórios:

a) Relatório do módulo de 1 minuto

Digitalizado gentilmente por:

b) Relatório do módulo de 15 minutos
— para o total do Universo Pesquisado;
— por classe econômica

c) Relatório de Audiência não Duplicada e de Contagem de Freqüência

d) Relatório do número médio de horas de utilização de TV, por dia, pelas famílias

a) **Relatório do Módulo de 1 minuto**

— Esse Relatório é usado pelas Emissoras de Televisão, para acompanhar o desempenho de seus programas, bem como o desempenho dos concorrentes. Esse relatório permite, por ex., determinar o exato minuto em que ocorreu deslocamento da audiência, de um canal para outro, e correlacionar isso com o que estava no ar naquele exato momento

— Esse relatório não é utilizado, em geral, pelas Agências de Propaganda e nem pelos Anunciantes.

b) **Relatório do Módulo de 15 minutos**

— Esse relatório do módulo de 15' é utilizado pelas Agências de Propaganda e pelos Anunciantes para planejar a compra de espaço.
— Relatórios especiais podem ser encomendados para períodos especiais.

c) **Relatório de Audiência não duplicada**

Destinam-se a avaliar as campanhas de cada anunciante. São utilizadas para analisar os resultados obtidos pelas programações passadas e otimizar investimentos futuros.

11.4.5 A Microfilmagem desses relatórios é feita em rolos de 16mm com a indexação para a duração de 1 minuto e 15 minutos.

11.4.6 IBOPE — Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística.

Também são microfilmados os relatórios do IBOPE Diário e Mensal, por duração de tempo e diferenças Praças.

11.4.7 A revista "Mercado Global", publicação da TV Globo, é microfilmada e indexada por assunto, através de palavras-chave.

12. MICROFORMAS EM UNIVERSIDADES E BIBLIOTECAS

As microformas têm várias funções em Bibliotecas.

— Elas permitem aquisição de livros raros, periódicos, manuscritos e outros recursos de informação que seriam difíceis de obter ou proibitivamente caros na sua forma original.

— A reposição de documentos impressos que estão em uma cópia má ou em papel deteriorado.

— Fornecem cópias de registros raros e frágeis.

— É uma forma compacta de mais fácil manuseio para os grandes

Digitalizado gentilmente por:

formatos de jornais, revistas, etc. E resolve o grande problema de espaço.

12.1 I.P.E.N. Instituto de Pesquisa Energéticas e Nucleares.

Introdução:

— O Arquivo de microfichas do I.P.E.N. compreende microfichas adquiridas através de compra anual do I.A.E.A. (International Atomic Energy Agency).

— O material das Entidades Científicas Mundiais (relatórios, papers, patentes, artigos de periódicos, trabalhos em Congressos, etc.) são enviados para o I.A.E.A., onde são microfilmados e enviados como microficha, através de venda para o I.P.E.N.

— O que é divulgado mundialmente na área de Energia Atômica é publicado pelo INIS Atomindex (International Nuclear Information System); mais ou menos 70% do que é publicado é enviado em microficha.

— A microficha já vem com a sigla da Entidade e o número referente ao trabalho adotado pela Entidade, mais a classificação própria também adotada pela própria Instituição.

— Para a classificação dos assuntos, há uma lista apropriada, preparada através do INIS: — Subject Categories and Scope Description — nas quais os assuntos, chamados de "Categorias de Assunto' já estão descriminados.

— O I.P.E.N. recebe também, por assinaturas, microfichas do DOE — U.S. Department of Energy — U.S.A. referentes às Energias Alternativas: Energia Solar, Heólica, do Carvão, Hidrogênio, Metanol.

— Também o DOE apresenta listas de "Categorias de Assuntos" para Energias Alternativas.

A) INDEXAÇÃO

A Indexação é alfa-numérica, em ordem crescente.

— A entrada é pela **sigla da Entidade,** n.º atribuído ao documento pela própria Instituição e são agrupados dentro das "Categorias de Assunto".

Ex.: **Lista de "Categoria de Assunto" — DOE — Exemplo de Microficha**

1) 2) 3) 4) 5)

BNL — 29243	Relway: a process data...	Autor... Entidade responsável pela publicação, Local, País, data, e páginas.

1 — Sigla da Instituição — Brookhaven National Laboratory
2 — N.º do documento
3 — Título
4 — Autor
5 — Entidade responsável e demais dados

Digitalizado gentilmente por:

Ex.:: **Lista de Categoria de Assunto — INIS — Exemplo de microficha**

AAEC/E — 501	Transient capacitance measurements of deep... Autor... Entidade... Data... páginas.

AAEC/E Australian Atomic Energy Comission Research Establishment.

— As microfichas são recebidas acompanhadas por uma lista de faturas.

— Uma vez feita a conferência são agrupadas, dentro das respectivas "Categorias de Assunto", em ordem alfa-numérica e preparadas para a divulgação, através do Boletim da Biblioteca, — publicação da Divisão de Informação e Documentação científica do I.P.E.N.

— Em seguida é alfabetada novamente, carimbada e arquivada nos arquivos.

— São arquivadas pelas siglas e dentro das siglas ordem numérica seqüencial.

— Há dois tipos de arquivo:
— o tradicional e o
— arquivo eletrônico

— No arquivo eletrônico cada sigla referente às Entidades tem um número correspondente no teclado numerado na mesa do arquivo. Uma vez pressionada a tecla, em seguida o arquivo movimenta-se automaticamente até parar na posição desejada.

12.2 Indexação de microfilme para um Arquivo na Escola de Engenharia de São Carlos — Universidade de São Paulo

— Consta o Arquivo de microfilme de artigo de periódicos, capítulos de livros, monografias, teses, trabalhos de Congresso, relatórios, recebidos através de requisição, feita ao Serviço de Informação e Reprografia da Divisão de Documentação e Biblioteca da Universidade de São Paulo; ao Instituto Brasileiro de Informação, Ciência e Tecnologia (IBICT); aos Centros do Exterior tais como: Library of Congress, Centre National de la Recherche Scientifique (CNRS); National Lending Library for Science and Technology; British Library Lending Division.

— Utilizou-se no sistema de métodos usuais de fichas catalográficas, com algumas particularidades próprias, e sistema de Indexação Coordenada por Unitermos.

— Sua divulgação foi feita mediante a publicação de um **Índice Corrente de Microfilme** o qual possibilita ao usuário a obtenção de cópias microfilmadas ou xerográficas de assuntos de sua especialidade.

— Foi adotada a Classificação Decimal de Dewey.

Digitalizado gentilmente por:

12.2.1 Catálogo

O Catálogo consta de:
— Fichas Matriz
— Fichas de Autor
— Fichas de Títulos de periódico
— Fichas de Assunto/Tombo
— Fichas de Indexação Coordenada
— Fichas Bibliográficas

A Ficha do Assunto/Tombo é a mais importante do fichário: apresenta a indicação da ficha matriz mais o sumário do Documento, e Unitermos alusivos ao Assunto. Referencia a língua em que está escrito o artigo, e data de recebimento do microfilme na biblioteca.

— O arquivamento é feito em ordem crescente de n.º de tombo.

— Todas as fichas levam a sigla de MI, acompanhada do n.º de tombo e a sigla referente à Biblioteca.

— Aqui vamos nos ater somente na Indexação. Esta está calcada no sistema idealizado por Mortimer Taube, de unitermos. É o n.º de tombo dado ao microfilme que irá preencher as colunas da ficha de Indexação coordenada.

12.2.2 Exemplo de Ficha de Assunto/Tombo

624.151
Mi — 1 Zeevaert, Leonardo
Consolidación de la argila de la ciudade de Mexico.
ASIM Special Technical Publication, (232): 18-27, dic. 1957.

EESC
Sumário — Ecuaciones de consolidación. Parametros.
2/3/72 Comparaciones . Bibliográphy on secondary consolidation.
Doação References. Gráficos.
Esp./fot. **Unitermos** — Consolidação. Argila. México (cidade). Mecânica de solos. Sedimentação.

Digitalizado gentilmente por:

12.2.3 Exemplo de Ficha Bibliográfica

MI — 46 TANAKA, Kayako; HIDETARO, Abe; HIRANO, Kenichi. On the mechanism of aging in aluminium silver alloys, III. Variation of the Young'modulus, 10 (6): 455-458, jun. 1955. 5 fot.

EESC

Sumário — Introduction. Specimens and experimental procedures. Experimental results and discussions. References.

Unitermos — Alumínio-prata (liga). Tratamento térmico. Módulo de Young. Envelhecimento.

12.2.4 Exemplo de Ficha de Indexação Coordenada

Argila									
0	1	2	3	4	5	6	7	8	9
	1								

— O Unitermo **Argila** que é o assunto do microfilme n.º 1 vai ocupar a posição **1** na ficha de indexação coordenada.

— O Unitermo **Tratamento Térmico,** em outra ficha de Indexação, com a entrada por esse unitermo, irá ocupar a posição **6** (leva-se em conta sempre a unidade.

Digitalizado gentilmente por:

12.3 Indexação de Teses no Massachusetts Institute of Technology — MIT

Cambridge, Massachusets, USA.

— Durante um estágio realizado no Massachusetts Institute of Technology nos Estados Unidos, pude observar toda a parte referente à microfilmagem de teses.

— São arquivadas em microficha, em arquivos eletrônicos.

— Na Barker Library há o fichário, também em microficha. Após a consulta, o aluno solicita a cópia que é em microficha Diazo, a um preço reduzidíssimo.

— Há várias leitoras para a consulta e também leitoras portáteis para o empréstimo a domicílio.

— O Fichário consta de **ficha de Autor, Assunto** e por **Departamento.**

— O arquivamento é por Ano e dentro do ano ordem alfabética de Autor para as fichas de Dapartamento, e remete para o fichário de Microficha.

12.3.1 Exemplo de ficha de Autor

Thesis	Madera, Gregory Alan
C.E.	Slope stability analysis by limiting
1969	equilibrium. M.I.T. ms. 1969
B.S.	831. diagr., tables 30cm.
	Supervised by John T. Christian
	M.I.T. Dept. of Civil Engineering. Thesis 1969. B.S.
	Bibliography. L.51

C.E. — Dept. of Civil Engineering

B.S. — Bachelor Sciencc

Digitalizado gentilmente por:

12.3.2 Exemplo de ficha por Departamento

Thesis	M.I.T. Dept. of Civil Engineering Thesis. 1969
1969	
	MADDAUS, W.D.
	MADERA, G.A.
	MALONE, D.W.

— Ainda inúmeras Coleções de Periódicos são microfilmadas.

— Também na **Chemistry Reading Room** a coleção toda é só em microficha, havendo vários leitores e leitoras-copiadores.

12.4 — Microfilmagem na New York Public Library

— Somente consultei Catálogo de Microficha, referente aos Programas oferecidos pelas Universidades Americanas, para Cursos de Pós-Graduação na área de Biblioteconomia.

— São arquivados pelas áreas de interesse, e dentro das áreas as Universidades que oferecem determinado curso.

13. BOOKS IN PRINT ON MICROFICHE

— A R.R. Bowker Company realizou um plano Piloto para o "Books in Print" em microforma.

— O formato foi a microficha de 105 x 148mm (4"x6") com 25 colunas de dados por um máximo de 884 linhas por colunas.

— A quantidade foi de 80 microfichas:
40 para índice de autor e
40 para índice de título.
e de 6 a 12 microfichas para livros futuros dependendo da edição.

— A indexação é alfabética por sobrenome de autor.

Ex. R.R. Bowker

Books in Print Microfiche — **Author Section**

Index to Spring 1975 Edition.

Digitalizado gentilmente por:

Fiche	From	To
1	A	Angund, Joan W.
2	Angund, Joan W.	Banton, Michael
3	Banton, Michael	Berkley, M. J.
4	Berkley, M. J.	Boston, Women's Health..

Ex. R.R. Bowker

Books in Print Michoficha — **Title Section**
Index to Spring 1975 Edition

Fiche	From	To
1	A	American Capitalism
2	American Capitalism...	Argyle Papent
3	Arhats of Buddhism...	Battles of Cosing
4	Battles of Labor...	Bonneville Cars...

Ex. R.R. Bowker

Forth Comingo Books Microfiche
Index to January 1975 — **Author Section**

Fiche	From	To
1	A	Gibson, Tony
2	Gibson, Walter	Noll, Edward
3	Noll, Edward	Zyl, P.R. Van

Ex. R.R. Bowker

Forth Coming Books Microfiche — **Title Section**

Fiche	From	To
1	A	Frogmen
2	Frogs	People on the move

Digitalizado gentilmente por:

14. BIRÔ DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EM MICROFILMAGEM

Microservice

— É um Birô de Prestação de Serviços especializado na execução de Microfilmagem técnica, reproduções de plantas, desenhos, projetos para a área de Engenharia.

— Comercializa toda a linha de produtos e equipamentos da Keuffel & Esser.

— Utiliza dois Sistemas micrográficos para Engenharia provados e reconhecidos pelo Governo e Indústria: são os Sistemas 35mm — rolo e cartão-janela e o Sistema 105mm - rolo e microficha.

14.1 Indexação e Codificação

O Birô recebe as plantas para microfilmar, mas as especificações para a indexação já vêm estipuladas pela Empresa que contrata o serviço.

— Basicamente o desenho, mapa, projeto, constante do cartão-janela ou da microficha leva:
— um número que o individualiza
— descrição do assunto (codificação)
— formato do desenho, planta
— medida
— n.º do rolo
— autor do projeto
— código que é próprio de cada Empresa
— Esses dados tanto podem ser manuais como perfurados pelo computador no cartão-janela. Sendo realizado por computador acompanha uma listagem de controle.

15. SISTEMAS AUTOMATIZADOS DE RECUPERAÇÃO

— Conjugando Computador com Microfilmagem, para qualquer relatório que é gerado pelo computador e registrado em microficha, pode-se desenvolver índices usando Programas de Computador, fornecidos pelo próprio fabricante, ou executado pelos usuários.

— Sumariamente, são os seguintes os principais dispositivos de recuperação da informação:

15.1 CARD — "Dispositivo Compacto Automático para Recuperação"

— Sistema de acesso aleatório ao endereço;

— Memória registrada em microfichas internacionais A6;

— As microfichas estão contidas em tambor giratório, comportando 750 microfichas com possibilidade de 96 fotogramas cada uma;

— O endereço da página ou seção é codificado num conjunto de chaves que fica na parte anterior do dispositivo.

15.2 CRIS — "Sistema de Comando de Recuperação de Informação"

— É um sistema de endereço cuja unidade básica é um console contendo mecanismos de posicionamento de rolos e inserção de cassetes.

Digitalizado gentilmente por:

15.3 ECCETRON

— Dispositivo que combina busca e armazenamento usando microfilme em rolo;

— Opera em um sistema de codificação.

15.4 FILESEARCH

15.5 FILMOREX

— Utiliza tiras de filme de 6 x 35mm sob a forma unitizada;

— Cada tira contém micro-texto em uma metade e um código binário-ótico na outra metade.

15.6 IBM 1350 PHOTO IMAGE RETRIEVAL SYSTEM

— É um sistema de endereço inseparável de um computador;

— Sistema de recuperação principalmente para desenhos de Engenharia;

— É descrito como um sistema único, contínuo, em linha, projetado para uso, com formas de informação que não demandam conversão digital, tais como desenhos de engenharia, mapas, diagramas, etc.;

— A saída é em cartão-janela, totalmente perfurada e interpretada a partir dos dados da tira do filme;

— O armazenamento é atualizado apagando antigas imagens e substituindo-as com imagens contidas nos novos cartões-janela introduzidos.

15.7 KODAMATIC INDEX

— É diferente da maioria dos sistemas de recuperação;

— Consiste simplesmente na ajuda para localizar o endereço microfilmado no rolo, usando linhas móveis codificadas;

— No filme processado as faixas aparecem como sólidas linhas pretas de código, as quais progressivamente mudam de posição na tela da leitora conforme o filme é rodado, e para quando as linhas da escala atingem os pontos apropriados.

15.8 MEDIA

— É um sistema de endereçamento;

— O código do endereço é codificado no teclado da câmara;

— O documento é colocado na câmara e a operação de exposição registra ambos, o material original e o código de endereço binário, simultaneamente.

15.9 MINICARD

— Composto basicamente por fragmentos de filme de 16 x 32mm. contendo uma abertura em uma das extremidades, tomando o conjunto um aspecto de cartão os quais são suspensos em uma vareta ou estilete, através dessa abertura.

15.10 — MIRACODE — "Código de acesso para recuperação de informação em microfilme"

Digitalizado gentilmente por:

— Sistema combinado de armazenamento e recuperação;

— Localiza itens através de números ou de descritores;

— A entrada pode ser através de uma das seguintes formas:

a) seleção manual do código e colocação manual do Documento original na leitora;

b) codificação manual com alimentação automática do documento;

c) seleção automática do código, usando cartões perfurados com colocação manual do documento;

d) seleção automática do código com alimentação automática do Documento.

— Os códigos aparecem no filme como códigos binários óticos.

15.11 — RAPID SELECTOR

— Bastante veloz na recuperação;

— A saída vai diretamente para o consulente;

— Cada fotograma tem capacidade suficiente de ser recuperado de várias maneiras;

— A área de codificação e os campos dos documentos não são limitados.

15.12 — SELECTRIEVER

— Possibilita a recuperação de microformas unitizadas ou de outros registros;

— Dispositivo de acesso aleatório a endereçar;

— A saída pode ser através de:

a) documentos exibidos em tela;

b) transmissão via uma ligação com circuito fechado de televisão;

c) micro-duplicação;

d) impressão.

15.13 — WALNUT

— Possui dois sub-sistemas relacionados, porém independentes:

a) computador para indexação e o arquivo de imagem e sistema de reprodução;

b) memória magnética digital de acesso aleatório.

15.14 — TMCL — "The Target Map Co-ordinate Locator"

— Dispositivo separado para recuperação de mapas micro-registrados;

— Consiste de uma única unidade para armazenamento, seleção, projeção, e impressão de mapas, cartase outras informações armazenadas em "slides" de 70mm.

15.15 — VIDEOFILE

— Sistema de endereçamento que usa como seu veículo de informação fitas magnéticas de duas polegadas de extensão, desenvolvido para filmes de televisão.

Digitalizado gentilmente por:

15.16 — FOSDIC

— Dispositivo ótico sensível a filme para entrada em computador;
— São máquinas com sensibilidade fotoelétrica, projetadas para ler e decodificar sinais em documentos microfilmados e para transcrever o dado registrado em fita magnética para entrada em computador.

15.17 — CONCLUSÃO

— Para esta parte de "Sistemas automatizados de recuperação" outras informações poderão ser adquiridas através do trabalho da Analista de Sistema, Sra. Norma Machado Porciúncula — "Indexação de Microformas: técnicas e dispositivos de recuperação".

BIBLIOGRAFIA

1. ABRÃO Junior Latif & MARTINS, Regina Helena - A microfilmagem aplicada aos prontuários de pessoal da CESP. In: CONGRESSO LATINO-AMERICANO DE MICROGRÁFICA, 2, São Paulo, 1980. Anais ... São Paulo, 1980. p. 271.
2. ANDRADE E SILVA, Antonio Paulo de; THUT, Marcelo da Costa e Silva; NAKAMURA, SHIN YA - Microfilme: Tecnologia e aplicações. São Paulo, Associação Brasileira do Microfilme, 1972. 211 p.
3. COLLISON, Robert L. - Indices e indexação. Trad. Antonio Agenor Briquet de Lemos. São Paulo, Polígono, 1971. 225 p.
4. DIAZ, Albert James, ed. - Microforms in libraries: a reader. London, Mansell Information, 1975.
5. GORBEA, Josefina Q. de; GARCIA-DIAZ, Eva S. de; VELA, Olga M. de - Sistemas de arquivos e controle de documentos. Trad. Luiz Aparecido Caruso. São Paulo, Atlas, 1970. 212 p.
6. KENT, Allen - Manual da recuperação mecânica da informação. Trad. Beatriz Berrini. São Paulo, Editora Universidade de Brasília/polígono, 1966. 427 p.
7. KISH, Jr. Joseph L. - Micrographies: a user's manual. New York, John Wiley, c1980.
8. KNIGHT, G. Norman - Training in indexing: a course of the Society of Indexers. Cambridge, The M.I.T. Press, 1970. 216 p.
9. MICROFORM REVIEW, 5 (1): 12-19, jan. 1976.
10. OLIVER, J. C. - A basic look at indexing schemes for microfilm. 1974.
11. PORCIÚNCULA, Norma Machado - Indexação de microformas: técnicas e dispositivos de recuperação. São Paulo, Escola de Comunicações e Artes, 1975. 47 p.
12. RODRIGUES, Ricardo C. - Microfilmagem para bibliotecários. Brasília, Asociação dos Bibliotecários do Distrito Federal, 1979. 24 p.

Digitalizado gentilmente por:

13. SPECIAL LIBRARIES, 61 (1): 33-47, 1970;
SPECIAL LIBRARIES, 62 (2): 94-97, 1971.

14. TEAGUE, S. J. - Microform Librariaship. 2 ed. London, Butterworths, 1979.

15. THUT, Marcelo da Costa e Silva - Indexação. In: Desenvolvimento de Sistemas micrográficos avançados. São Paulo, CENADE 1976. p. 88-101.

16. VELHO, Maria Eduarda - Sistema de arquivo de registros escolares associando recursos de microfilmagem. In: CONGRESSO LATINO-AMERICANO DE MICROGRÁFICA, 2, São Paulo, 1980. Anais... São Paulo, 1980, p. 845.

Digitalizado gentilmente por:

PAICE: Projeto de Ação Integrada Cultura / Educação

*Janeta Zaidman Charatz****
*Rosa Maria Sarti****
*Luiza Espindola Bastos****

O trabalho objetiva transmitir uma experiência vivida, abrangendo a fase conceitual, a preparação de material didático, a aplicação prática e a avaliação dos resultados.

1. INTRODUÇÃO

Cientes de que o sucesso de uma biblioteca não deve ser medido somente por dados estatísticos de freqüência, mas também pelo binômio leitor/informação recuperada, os bibliotecários vêm sentindo a necessidade de instituir programas de treinamento de usuários.

Bibliotecas têm, entre seus muitos objetivos, a plena utilização de seus recursos. Os bibliotecários, em particular os que lidam diretamente com o público, constatam que o usuário não

** Diretora da Biblioteca Mário de Andrade - CRB-8/1067.
** Departamento de Bibliotecas Públicas - Seção de Planejamento e Normas - CRB-8/973.
** Diretora da Divisão de Processos Técnicos do Departamento de Bibliotecas Públicas - CRB-8/1281.

Digitalizado gentilmente por:

se beneficia amplamente do acervo, seja pela dificuldade em manusear corretamente as fontes de informação, seja pela dificuldade em utilizar os elos de ligação com esse acervo.

O PAICE — Projeto de Ação Integrada Cultura/Educação surgiu dessa constatação. Fundamentou-se, para sua elaboração, na necessidade de introduzir o usuário na metodologia de consulta a material documental e de orientá-lo na utilização da biblioteca como laboratório de pesquisa bibliográfica. Foi proposto como um programa de treinamento de usuários integrando as atividades curriculares das Escolas Municipais com os recursos oferecidos pelas unidades de leitura do Departamento de Bibliotecas Públicas, do Município de São Paulo. Esse Departamento é responsável pelo atendimento ao público adulto e jovem a partir de 15 anos (a parcela infanto-juvenil da população paulistana é atendida pelo Departamento de Bibliotecas Infanto-Juvenis).

O trabalho objetiva transmitir a experiência vivida abrangendo a fase conceitual, a preparação de material didático, a aplicação prática, e a avaliação dos resultados.

2. PAICE: ETAPA PRELIMINAR

2.1 Estudo de situação e delimitação de clientela

Cientes de que:

— o universo de freqüentadores da Biblioteca Pública é diversificado e que não se conseguiria atingir a todos;

— todas as unidades de leitura do Departamento de Bibliotecas Públicas contam com um número expressivo de estudantes entre a sua clientela;

— as escolas públicas, municipais ou estaduais, não possuem, na sua maioria, bibliotecas ou mesmo salas de leitura adequadas;

— um órgão municipal deveria se dirigir primeiramente a entidade da mesma esfera governamental;

considerando ainda:

— que as unidades do Departamento de Bibliotecas Públicas possuem um acervo destinado a um público acima dos 15 anos;

— que os usuários com maior dificuldade no manuseio das fontes de informação, são em sua maioria, estudantes do 1.º ano colegial, decidiu-se elaborar um programa de treinamento, integrando os recursos de escola e biblioteca, dirigido a alunos de 8.ª série de 1.º grau das Escolas Municipais, futuros leitores das unidades do Departamento de Bibliotecas Públicas.

2.1.1 Objetivos

— proporcionar o conhecimento do recurso biblioteca, esclarecendo quanto ao uso de seus instrumentos de acesso e materiais;

— apresentar os diferentes tipos de fontes de informação bibliográficas: dicionários, enciclopédias, periódicos, atlas, e sua utilização;

— ensinar o correto manuseio de livro: índices, sumários, texto, identificação de obra, etc.;

— desenvolver uma postura crítica para o reconhecimento de textos e adequação das obras às finalidades para as quais são procuradas;

Digitalizado gentilmente por:

— orientar no uso de uma metodologia para a pesquisa bibliográfica;
— ensinar, através da elaboração de resumos, a utilização crítica da informação.

2.2 Elaboração do programa

A análise da situação na qual se incluiam a delimitação de clientela e os objetivos levou à elaboração do programa de treinamento, encaminhado à Secretaria Municipal de Educação, sob a forma de uma proposta de projeto.

2.2.1 A Secretaria Municipal de Educação, representada pelo Setor de Atividades Escola-Biblioteca do Departamento de Planejamento, Orientação e Controle (DEPLAN) acolheu o projeto denominando-o PAICE — Projeto de Ação Integrada Cultura/Educação e sugerindo a inclusão do treinamento de professores.

2.2.2 Através de reuniões entre os responsáveis pelo projeto das Secretarias envolvidas (Cultura e Educação), decidiu-se pela não inclusão do treinamento para professores, devido a uma série de entraves burocráticos, que poderiam adiar a execução do projeto.

2.2.3 Com o projeto publicado no Diário Oficial do Município, coube ao DEPLAN definir as Escolas participantes. As mesmas foram escolhidas segundo a área de influência de cada uma das Bibliotecas Ramais pertencentes ao Departamento.

2.2.4 Para a consecução dos objetivos propostos considerou-se necessário dividir o PAICE em três etapas. Duas delas sob a forma de módulos informativos e a terceira se constituiria num trabalho prático.

2.2.5 Foram escolhidos, por professores de Estudos Sociais e representantes do DEPLAN, quatro temas básicos para o trabalho a ser apresentado na 3.ª etapa.

3. PAICE: DESENVOLVIMENTO

3.1 Primeira etapa

Essa etapa, realizada na Biblioteca Mário de Andrade, constituiu-se de um dos módulos informativos, abordando o uso da Biblioteca e seus recursos. Os alunos, ao lado de professores e orientadores educacionais, assistiam, no auditório, a uma palestra expositiva sobre o manuseio de catálogos, obras de referência e diferentes tipos de fontes de informação. Com o apoio de álbum seriado, de um audiovisual, e de apostila, todos pertinentes ao assunto desenvolvido, bibliotecários com experiência didática procuravam ilustrar e movimentar a palestra.

Cuidou-se de exemplificar as informações dadas e após um intervalo, os alunos e professores, divididos em grupos pequenos, realizavam uma visita orientada, acompanhados por bibliotecários. Nessa oportunidade manuseavam catálogos, dicionários, enciclopédias, periódicos, microformas, etc. Sumários e índices de livros e obras de referência foram mostrados e ressaltada a sua importância como meio de localizar a informação.

Digitalizado gentilmente por:

3.2 Segunda etapa

Realizada nas salas de aula das escolas inscritas, foi também constituída de um módulo informativo apresentado por bibliotecários com experiência didática. Esse módulo surgiu da necessidade de introduzir o estudante nos procedimentos básicos da pesquisa bibliográfica. Sua apresentação, acompanhada do uso de álbum seriado e apostila, ocorreu, devido a problemas de ordem administrativa, após um intervalo de quinze dias da conclusão da primeira.

Nessa introdução, abordou-se a técnica de pesquisa, destacando-se as fases de delimitação e conceituação do tema, a busca do material nas bibliotecas e a forma de seu arrolamento: levantamento bibliográfico. Enfatizou-se a importância do exame das obras, através das fontes chaves dos documentos: índices, sumários, resumo dos capítulos e o próprio texto, como meio de seleção do que é de real interesse para o trabalho. A leitura dos textos, a importância do seu fechamento e de anotações relevantes para um resumo também foram abordadas.

Ainda nesse módulo mostrou-se a estrutura de apresentação do trabalho — introdução, desenvolvimento, conclusão — e a forma de citar as fontes consultadas.

3.3 Terceira etapa

Essa fase previa a elaboração de um trabalho a ser realizado pelo aluno, como atividade extra-classe, nas bibliotecas de sua escolha, tendo como orientação as noções recebidas nas etapas anteriores e descritas nas apostilas.

Os bibliotecários das unidades procuradas eram responsáveis pela supervisão das pesquisas, auxiliando quando necessário, num trabalho de observação direta do desembaraço ou dificuldade mostrada pelos alunos.

3.4 Material de apoio

Denominou-se material de apoio todo aquele utilizado como orientação para alunos e professores.

3.4.1 Apostilas

Como instrumento de apoio às palestras expositivas, um grupo de bibliotecários com experiência pedagógica anterior, elaborou apostilas ilustradas. As apostilas, distribuídas a todos os participantes, entre alunos, professores e bibliotecários, tinham entre seus objetivos também a fixação dos conhecimentos obtidos.

A da 1.ª etapa, contendo informações sobre bibliotecas, seus recursos e a utilização de todo o material existente. A da 2.ª etapa, trazendo subsídios para a realização de uma pesquisa bibliográfica, orientando quanto à busca do material, fichamento de obras, leitura de textos, claboração de resumos e redação final do trabalho.

3.4.2 Álbuns seriados

Nas etapas realizadas na "Mário de Andrade" e nas escolas participantes, utilizou-se, como auxílio à exposição feita pelos bibliotecários, o álbum seriado. Seu conteúdo destacava os principais pontos abordados, ilustrando-os.

Digitalizado gentilmente por:

3.4.3 Bibliografia básica

Elaborou-se uma bibliografia básica, distribuída aos professores, sobre os quatro temas por eles indicados, listando obras disponíveis em todas as Bibliotecas Públicas envolvidas no Projeto.

3.4.4 Programa de visita

Como primeira orientação aos alunos e professores distribuiu-se o programa da visita à Biblioteca Mário de Andrade (1.ª etapa), com indicação dos setores e horário das atividades a serem desenvolvidas.

3.5 Material complementar

Considerou-se como material complementar todo aquele destinado ao controle administrativo do Projeto.

3.5.1 Roteiro da visita

Os bibliotecários encarregados do acompanhamento dos alunos na visita às dependências da Biblioteca Mário de Andrade receberam um roteiro, indicativo dos pontos a serem destacados, bem como das explicações a serem dadas sobre os materiais e serviços.

3.5.2 Roteiro dos álbuns seriados

Os bibliotecários responsáveis pelas explanações da 1.ª e 2.ª etapas receberam um roteiro para uso dos álbuns seriados, com o intuito de tornar simultâneas a apresentação e a ilustração.

3.5.3 Quadros de controle

Elaboraram-se quadros de controle com a finalidade de permitir aos coordenadores o acompanhamento da execução do projeto.

QUADRO DE CONTROLE ESTATÍSTICO DA PRIMEIRA ETAPA

DIA/MÊS	PERÍODO	N.º DE ALUNOS	N.º DE PROF.	N.º DE BIBLIOT.	TOTAL

Digitalizado gentilmente por:

4. AVALIAÇÃO

Considerou-se necessário efetuar, com vistas a corrigir deficiências e a um possível replanejamento (mantendo-se as condições e os processos satisfatórios), uma avaliação em dois níveis: uma análise da efetividade da aprendizagem, avaliando-se o desempenho dos alunos participantes; uma análise qualitativa do PAICE julgando-se o valor da iniciativa em relação aos seus objetivos e ao próprio sistema de avaliação.

4.1 Primeira etapa

Com o objetivo de verificar se as noções básicas e práticas para o uso da Biblioteca haviam sido assimiladas, optou-se pela aplicação de um questionário, constituído de dez questões:

— seis sobre orientação quanto ao uso da biblioteca (4 práticas e 2 conceituais);
— três sobre o uso do catálogo;
— uma sobre a escolha adequada da fonte de informação.

O questionário foi aplicado quando da ida do bibliotecário às escolas para o cumprimento da 2.ª etapa.

Dos 681 participantes da primeira etapa, 542 responderam ao questionário, o que corresponde a um índice de 20,5% a menos no universo a ser avaliado. As questões práticas registraram um índice de 90% de acerto e as conceituais uma média de 58%.

O aprendizado no manuseio do catálogo mostrou-se satisfatório com 91% de respostas corretas.

A questão abordando a escolha da fonte de informação apresentou um índice de 43,5% de respostas certas. A redução na porcentagem de acerto dessa questão em relação às demais, deve-se à sua estrutura associativa, com opções ligadas entre si. Uma opção incorreta anulava a questão.

Considerou-se satisfatório o rendimento dos alunos com referência à 1.ª etapa. Os dados de desempenho avaliados através do questionário mostraram-se positivos. Como complementação do processo avaliativo dessa primeira etapa utilizou-se também o trabalho de observação direta dos bibliotecários e professores envolvidos, refletido em relatórios e atas de reuniões. Notou-se, por parte dos alunos, uma inibição inicial que desapareceu durante o desenvolvimento dos trabalhos, e um entusiasmo crescente. DEPLAN apontou como ponto negativo dessa etapa uma excessiva repetição de informações. Sua duração foi considerada extensa pelos bibliotecários. Os alunos relutaram em sair da Biblioteca, atraídos que estavam pelos recursos audiovisuais — cursos de línguas, diapositivos, música — e pela programação cultural do momento: "Encontro com escritores".

4.2 Segunda etapa

As características e objetivos dessa etapa — introdução aos procedimentos básicos da pesquisa bibliográfica — exigiam um processo avaliativo de natureza prática; optou-se, em decorrência, por medir a aprendizagem através da observação direta da desenvoltura do aluno quando da sua ida à Biblioteca para a realização da pesquisa, presença que marcaria o início da 3.ª etapa.

Digitalizado gentilmente por:

Essas observações, resultado do trabalho direto do bibliotecário de atendimento, seriam registradas em formulário elaborado de maneira a trazer subsídios para avaliar tanto a 2.ª como a 3.ª etapa. Seus itens abordariam dados relativos ao desembaraço e independência do aluno na maneira de se conduzir na Biblioteca, ao manuseio de catálogos e fontes de informação e à metodologia empregada para a elaboração da pesquisa.

Toda aprendizagem pressupõe condições propícias para o seu pleno aproveitamento. A 2.ª etapa que dependia principalmente do interesse dos diretores e professores das Escolas, teve uma apresentação excelente em algumas Escolas, bastante prejudicada em outras e até não realizada em algumas.

O principal aspecto negativo foi a ausência de participação do elemento docente da própria Escola Municipal. Muitos diretores e professores alegaram desconhecimento quanto à ida de bibliotecários às Escolas no dia previsto para a realização dessa fase. Alguns fatores administrativos foram responsáveis por essa falha de comunicação. Outro senão, devido ao desconhecimento da dinâmica administrativa da escola, foi a convocação dos participantes para um período de três horas. A avaliação da etapa anterior e a apresentação da etapa em curso, além esclarecimentos adicionais que se fizeram necessários, não preencheram o tempo programado.

Compareceram às bibliotecas 202 alunos, o que correspondeu a um decréscimo de 63% em relação aos que assistiram ao módulo informativo da 2.ª etapa. Em relação à primeira, a queda foi de 70%.

Considerando-se que a ida à Biblioteca para a elaboração do trabalho final estava ligada à distribuição de tarefa pelo professor, ao empenho da Escola e do próprio aluno e ao seu tempo livre, atribuiu-se essa queda a diferentes fatores. Constatou-se, entre eles, os seguintes:

— não identificação do usuário como participante do PAICE quando da ida à Biblioteca, embora solicitado que o fizessem;
— grande distância entre a escola e/ou residência do aluno e a biblioteca;
— escolha, por parte do aluno, de bibliotecas mais próximas à sua residência e/ou escola, como as infantis e até de outros municípios;
— escolha, por parte do aluno, da sala de leitura de sua escola;
— tempo excessivo decorrido entre a explanação na sala de aula e o comparecimento do aluno à Biblioteca;
— proximidade de provas e férias;
— conseqüência dos aspectos negativos que cercaram a explanação da 2.ª etapa.

Não se observou, nos formulários, uniformidade nas informações sobre o desempenho dos alunos participantes.

Entre os poucos pontos em comum, notou-se maior aproveitamento nos que compareceram em grupos, organizados pela própria Escola e acompanhados por professores ou responsáveis pelas Salas de Leitura. Também os alunos que receberam,

Digitalizado gentilmente por:

dos professores, bibliografia e orientação quanto à pesquisa a ser feita, apresentaram desempenho superior ao dos usuários da mesma faixa etária e formação equivalente. A grande dificuldade constatada nos alunos foi a falta de capacidade de abstração para, a partir, de um tema, desenvolver a pesquisa de forma ordenada.

A maior utilização do livro como fonte de informação foi uma constante entre todos os participantes, como também o foi a dificuldade na elaboração de resumos e fichamentos de obras.

Alguns alunos não dispensaram a orientação do bibliotecário, demonstrando dificuldade, nas bibliotecas de livre acesso, em localizar as obras nas estantes.

Um elemento de interferência na apreciação foi a modalidade de trabalho em equipe, recomendada pela maioria dos professores. Esse fato impediu que a observação direta do desembaraço de cada aluno fosse completa.

Sentiu-se a necessidade de uma prévia orientação a professores e diretores. O conhecimento teórico do bibliotecário aliado à didática do professor poderiam ter evitado as falhas ocorridas nessa etapa.

4.3 Terceira etapa

A realização da 3.ª etapa foi dificultada devido a diversos pontos críticos surgidos durante o seu desenvolvimento. De acordo com a proposta inicial do projeto a introdução prática do aluno nos procedimentos básicos da pesquisa bibliográfica seria feita através da elaboração de texto dissertivo sobre temas relacionados ao conteúdo programático da disciplina de Estudos Sociais para a 8.ª série. A dispersão na escolha dos temas, que, dos quatro previstos inicialmente, passaram a ser do livre arbítrio de cada professor, tornou inoperante a bibliografia preparada a princípio.

O principal entrave para a realização da 3.ª etapa, segundo relatório de DEPLAN, foi "a supressão dos contatos iniciais entre o Grupo de Trabalho de DEPLAN-46 e os professores de Estudos Sociais".

A avaliação dessa etapa e da aprendizagem no seu todo, dar-se-ia através do exame, pelo professor, dos trabalhos escritos, além do preenchimento de um formulário, a ser elaborado pelo GT do DEPLAN-46 e de um relatório dos bibliotecários.

A avaliação dessa etapa prendeu-se ao exame dos relatórios finais dos bibliotecários, já que a conclusão quanto aos trabalhos e à tabulação dos dados obtidos através dos formulários permaneceu no âmbito da Secretaria de Educação. Os relatórios dos bibliotecários sintetizaram todas as observações já expostas nos itens 4.1 e 4.2.

5. CONCLUSÃO

Mesmo não tendo havido o retorno considerado ideal na 3.ª fase, podemos afirmar ter sido o PAICE uma experiência válida.

A volta expontânea de muitos dos participantes do projeto, o interesse

Digitalizado gentilmente por:

QUADRO DA 1.ª ETAPA: BIBLIOTECA MÁRIO DE ANDRADE

ORDEM	DIA	ETAPA B.M.A.						
		Dia da Semana	Hora	Período	Bibliotecários	Lotação	Função	OBS.

QUADRO DE BIBLIOTECÁRIOS ENVOLVIDOS

BIBLIOTECÁRIOS	FUNÇÃO	DIAS	DIVISÃO/ SEÇÃO

Digitalizado gentilmente por:

de alguns professores em lhe dar continuidade e estendê-lo a classes a partir da 5.ª série, o interesse por parte de outras escolas em participar desse programa e em receber as apostilas, mostraram a importância de se dar prosseguimento ao PAICE.

Estudando-se os pontos positivos e negativos do projeto procedeu-se à sua reformulação.

Decidiu-se por um plano único, de gerenciamento centralizado e realização descentralizada. A inscrição no programa seria de iniciativa do próprio diretor da escola, motivado por visitas do bibliotecário da sua região — o critério a ser usado seria o da proximidade da Escola em relação à Biblioteca. Optou-se por apresentar apenas um módulo informativo, dividido em 2 fases: visita de bibliotecários às escolas e o recebimento de alunos nas bibliotecas.

A biblioteca pública, ao empreender um projeto de treinamento de estudantes, não minimizou o papel da biblioteca escolar como instrumento eficaz para complementação do processo educativo e como laboratório de aprendizagem. Num país em desenvolvimento, onde recursos públicos devem ser somados, justifica-se o fato da biblioteca pública procurar integrar-se à Escola para, em projetos conjuntos, participar do esforço educativo.

Segundo R. A. Davies [1], para que a biblioteca adquira eficiência do ponto de vista pedagógico, seu programa deve desenvolver-se como componente do plano educativo global.

A experiência adquirida com o Paice fundamenta a sugestão de se incluir nas propostas curriculares das Escolas Públicas programas de treinamento no uso de Bibliotecas e em pesquisa bibliográfica para estudantes. Serão assim ampliados os recursos da aula e dos livros de texto, proporcionando aos estudantes o desenvolvimento de um espírito crítico e criativo.

É importante não esquecer de W. Chase [2], que caracterizou a educação tradicional como "educação 2 x 4: aquela que se desenvolve entre as 2 capas do livro de texto e as 4 paredes da sala de aula".

6. BIBLIOGRAFIA

1. DAVES, Ruth Ann. *La Biblioteca escolar;* propulsora de la educacion.
2. Cf. R. Ann Davies. Op. cit. p. 43.

Digitalizado gentilmente por:

QUADRO DE CONTROLE DE HORÁRIO — ENVIADO PARA O DEPLAN E CMTC — COMPANHIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES COLETIVOS. O TRANSPORTE DOS ALUNOS DAS ESCOLAS PARTICIPANTES FOI PREVISTO NO PROJETO, COM VERBA ANTECIPADAMENTE RESERVADA, INCLUÍDA NOS ORÇAMENTOS-PROGRAMA DAS DUAS SECRETARIAS

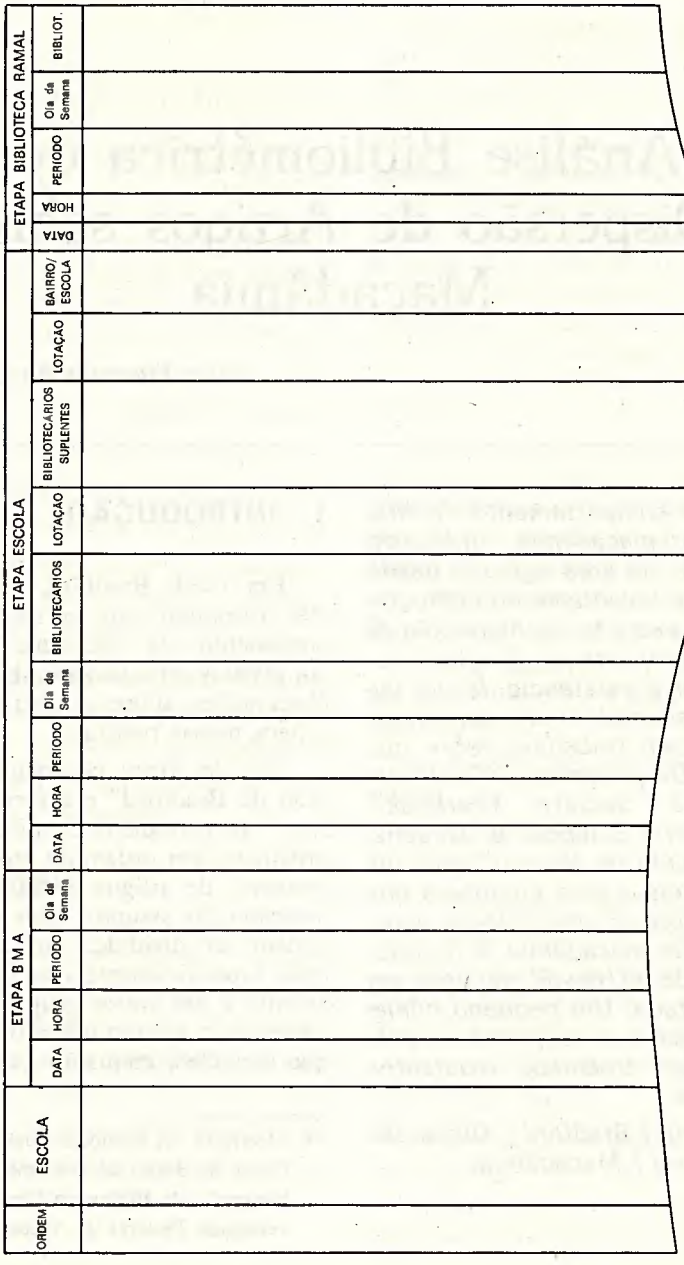
ORDEM	ESCOLA	ETAPA B.M.A.						
		ENDEREÇO	DATA	DIA DA SEMANA	PERÍODO	HORÁRIO		
						Saída Escola	Chegada B M A	SAÍDA B M A

QUADRO POR BIBLIOTECA RAMAL

ORDEM	BIBLIOTECAS	ESCOLAS	NÚMERO PROVÁVEL DE ALUNOS

Digitalizado gentilmente por:

QUADRO DE CONTROLE GLOBAL DO PROGRAMA



Digitalizado gentilmente por:

Análise Bibliométrica de Dispersão de Artigos sobre Macadâmia

*Silas Marques de Oliveira***

Estudo de comportamento da literatura da macadâmia utilizando "abstracts" da área agrícola desde 1950 para o levantamento bibliográfico. Aplica-se a lei de dispersão da literatura proposta por Bradford, para verificar a existência de um núcleo representativo de periódicos que publicam trabalhos sobre macadâmia. Os periódicos "California Macadamia Society Yearbook", "Hawaii Farm Science" e "Queensland Agriculture Journal" são imprescindíveis a uma biblioteca que pretenda formar uma coleção especializada em macadâmia. A literatura publicada no Hawaii não deve ser menosprezada. Um pequeno número de revistas é responsável pela maioria dos trabalhos existentes nesta área.

Bibliometria / Bradford / Dispersão da Literatura / Macadâmia.

1. INTRODUÇÃO

Em 1934, Bradford, químico inglês, formulou uma lei sobre o comportamento da literatura publicada em revistas especializadas baseado em observações sobre a distribuição de artigos nessas revistas.

Esta lei ficou conhecida como a "Lei de Bradford" e é formulada assim: "Se periódicos científicos forem ordenados em ordem de produção decrescente de artigos pertinentes a um determinado assunto, estes periódicos podem ser divididos em um núcleo mais especificamente devotado a este assunto e em vários grupos ou zonas contendo o mesmo número de artigos que o núcleo, enquanto que o núme-

** Mestrado em Biblioteconomia - UFMG. Chefe da Seção de Documentação e Bibliografia da Biblioteca Central da Universidade Federal de Viçosa.

Digitalizado gentilmente por:

ro de periódicos existentes no núcleo e nas zonas secessivas será da ordem de 1:n:n.(1)

A fim de ilustrar esta lei, Bradford propôs um gráfico. Ao longo da abcissa (eixo x) ordenou os números cumulativos de periódicos 1, 2, 3... n em ordem decrescente de produtividade de artigos relevantes a um determinado assunto, numa escala logarítima (log n). Este gráfico começa com uma curva crescente e em determinado ponto continua em linha reta.

Segundo BROOKES(2), para aplicação da Lei de Bradford algumas condições devem ser estabelecidas:

1. o assunto da bibliografia deve ser bem definido;

2. a bibliografia deve ser completa, isto é, todos os artigos e periódicos relevantes devem ser incluídos;

3. a bibliografia deve englobar um período de tempo suficientemente longo para que todas as revistas tenham a mesma oportunidade de contribuir com seus artigos.

2. OBJETIVO

O objetivo deste estudo é analisar a literatura de macadâmia a fim de verificar a existência de um núcleo representativo de periódicos através da Lei de Bradford, tendo em vista que tal noz é uma importante produtora de óleo e explorada extensivamente em outros países e pouco no Brasil.

3. METODOLOGIA

Para o levantamento de trabalhos sobre macadâmia foram pesquisados alguns serviços de resumos na área agrícola. Foram eles: Abstracts on Tropical Agriculture, 1954-1981; Agronomy Abstracts, 1977-1981; Bibliography of Agriculture, 1950-1981; Indice Agrícola de America Latina y el Caribe — AGRINTER, 1966-1981 e Bibliografia Brasileira de Ciências Agrícolas, 1956-1958; 1967-1972; 1975-1980. Foram assim pesquisados 31 anos de produção da literatura pertinente.

Espera-se que a diversificidade de periódicos de resumos pesquisados contribua para a diminuição da margem de erro no que se refere à abrangência do estudo, pois sabe-se que existem falhas nos periódicos de resumos no tocante à sua exaustividade.

Foram adotados os seguintes passos com o objetivo à aplicação da lei de Bradford:

a) Escolha dos periódicos de resumos;

b) Identificação das referências de artigos;

c) Transcrição dos dados bibliográficos em fichas individuais;

d) Contagem de periódicos e artigos e soma dos mesmos a fim de se obter os respectivos totais;

e) Confecção de tabela de distribuição dos artigos;

f) Confecção de gráfico de dispersão de artigos;

g) Definição dos periódicos que farão parte do núcleo e das zonas.

Digitalizado gentilmente por:

4. RESULTADOS

Concluído o levantamento, os títulos de periódicos foram ordenados de acordo com a respectiva produtividade decrescente. O resultado desta classificação é apresentada no Quadro 1.

Os dados coletados foram tratados visando sua descrição ordenada através de gráficos e tabelas a fim de facilitar a compreensão das condições da produção da literatura na área.

QUADRO 1 — Número de Artigos sobre Macadâmia por Periódicos

TÍTULOS DE PERIÓDICOS	N.º DE ARTIGOS	
California Macadamia Society Yearbook	161	
Hawaii Farm Science	20	Núcleo
Queensland Agriculture Journal	14	
Farming in South Africa	13	
Hortos	10	
Hawaii Agric. Expt. Stat.	7	
Plant Desease Reporter	6	2.ª Zona
Avocado Grower	5	
Am. Soc. Hort. Sc. Proc.	5	
Queensland Journal Agr. Anim. Science	5	
Agr. Gazette New South Wales	4	
Florida State Hort. Soc. Proc.	4	
Food Tech. in Austrália	4	
Revista Cafetelera	4	
Rhodesian Journal of Agrc. Research	4	
Ani. Soc. for Hort. Science Journal	3	
California Avocado Soc. Yearbook	3	
Northern Growers Assoc. Ann. Rept.	3	3.ª Zona
Techn. Bull. Hawaii Agric. Exp. Stat	3	
California Citrograph	2	
Chacra	2	
Hawaii Ent. Soc. Proc.	2	
Journal Econ. Entomology	2	

Digitalizado gentilmente por:

TÍTULOS DE PERIÓDICOS	N.º DE ARTIGOS	
Phytopathology	2	
Rev. Interamericana de C. Agrárias	2	
South African Sugar Journal	2	
Tropical Agriculture	2	
Turrialba	2	
Acta Horticulture		
Actividades en Turrialba	1	
Adan Sonia	1	
African Citrus Jornal	1	
Agricultor Costariense	1	
Agroindustria	1	
American Soc. Agric. Engineering	1	
Arnold Arboretum Journal	1	
Boletim de Agricultura	1	
Boletim Técnico do Inst. Agronômico	1	
Boletim Rural	1	
California Agriculture	1	
California Farmer	1	
California Garden	1	
Camara del Agro.	1	
Cambridge Univ. Abst. Diss.	1	
Chemical Soc. Jornal	1	
Citrus Subtropical Fruit Jornaul	1	4.ª Zona
Crédito Rural	1	
Cron. Hort.	1	
Deutche Lebensmittel-Rundsch	1	
Dissertation Abstract	1	
Economy Botany	1	
Farm Management Notes	1	
Fiji Journal	1	
Food Industry in Austrália	1	
Food Inf.	1	
Food Preservation Quarterly	1	

Digitalizado gentilmente por:

TÍTULOS DE PERIÓDICOS	N.º DE ARTIGOS
Fruits	1
Fruit	1
Fruit varieties and Hort Digest.	1
Gardens Chronide	1
GE wasprod. Crop. Prod.	1
Glasnik	1
Good Gardening	1
Hawaii Ant. Soc. Proc.	1
Hawaii Farm & Home	1
Hawaii Sugar Tech. Report	1
Hawaii Univ. Agr. Econ. Rep.	1
Informe del Labores	1
International Fruit World	1
Journal Agric.	1
Journal Agric. Eng. Research	1
Journal Animal Science	1
Journal Australian Ent. Soc.	1
Journal Food Science	1
Journal Science Food Agric.	1
Linn. Soc. N. S. Wales Proc.	1
Mycology	1
Nature	1
Oficina del Café	1
Pacific Islands Monthly	1
Pacific Science	1
Pahla	1
Phytoparasitica	1
Principes	1
Proc. An. Soc. Hort. Science	1
Proc. Trop. Region. An. Soc. Hort. Sci.	1
Queensland Fruit Commow. Bur.	1
Reinwardia	1
Revista de Agricultura Subtropicale & Tropicale	1
Shell Farmer	1

Digitalizado gentilmente por:

TÍTULOS DE PERIÓDICOS	N.º DE ARTIGOS
South African Citrus Journal	1
Tropical Products Institute Crops Letter	1
Tropical Products Institute Reporter	1
US Agric. Res. Serv. Crops Div. Plant	1
West Somoa Dept. Agric.	1
Forest Fish Inf. Cir.	1
World Crops	1
Yearbook Macadamia Society	1

Pode-se, através do Quadro 1, verificar a concentração de artigos num número pequeno de periódicos, bem como um grande número de periódicos publicando um artigo cada um.

A tabela de distribuição dos artigos, idealizada por Bradford é indispensável para o traçado do gráfico que irá definir corretamente o núcleo e as diferentes zonas. (Quadro 2).

QUADRO 2 — Dispersão de Artigos nos Periódicos

R_1	A_1	$\sum (R_1)$	$R_1 . A_1$	$\sum (R_1 . A_1)$
1	161	1	161	161
1	20	2	20	181
1	14	3	14	195
1	13	4	13	208
1	10	5	10	218
1	7	6	7	225
1	6	7	6	231
3	5	10	15	246
5	4	15	20	266
4	3	19	12	278
9	2	28	18	296
71	1	99	71	367

O Quadro 2, apresentado de acordo com o modelo de Bradford, mostra a dispersão de artigos nas revistas analisadas através de freqüência da distribuição dos mesmos.

Digitalizado gentilmente por:

Este Quadro indica as somas acumuladas de periódicos, coluna i = m e as somas acumuladas de artigos, coluna i = m cujos valores

$$\sum_{i=1} (R_1) \qquad \sum_{i=1} (R_1 . A_1)$$

correspondentes serão utilizados, respectivamente, como a variável independente e a variável dependente no gráfico a ser traçado.

Pela inspeção visual do gráfico (Figura 1) verifica-se que "...a última porção da curva aproxima-se consideravelmente de uma reta", e que o primeiro ponto da reta (Ponto P_1 de Bradford) é o ponto de coordenadas (3:195).

O ponto P_1 delimita o núcleo, composto pelos periódicos mais especializados no assunto focalizado. Os limites teóricos das zonas de produtividade (x_1, x_2, x_3, x_4) foram ajustados à realidade do acervo para se obterem os limites reais das zonas.

A determinação das quatro zonas reais para o conjunto dos periódicos pesquisados é apresentada no Quadro 1.

Pelo Gráfico, determinou-se o valor do núcleo que é constituído por três títulos de periódicos que produziram um total de 195 artigos; a zona 2 apresentou 7 periódicos totalizando, conforme o Quadro 2, 51 artigos; a zona 3 apresentou 18 títulos com 50 artigos, e a zona 4, 71 títulos de periódicos com 1 artigo cada.

A relação dos títulos que compõem cada uma das zonas está ordenada no Quadro 1, segundo a produtividade decrescente, notando-se que o número de títulos de cada zona aumenta à medida que sua produtividade diminui.

Um pequeno número de revistas contribuiu para a formação do núcleo.

Nota-se que 53,1% da literatura está concentrada em 3 títulos que representa apenas 3,3% dos títulos que publicaram trabalhos sobre Macadâmia. São eles: California Macadamia Society Yearbook (43,8%), Hawaii Farm Science (5,4%) e Queensland Agriculture Journal (3,8%). A 2.ª zona é composta por 13,8% da literatura concentrada em 18 títulos, 18,1%. A zona 3 é composta por 13,6% da produção e finalmente a zona 4, representada por 71,7% dos títulos apresentados, com apenas 18,3% da literatura publicada sobre macadâmia.

Percebe-se portanto a publicação de trabalhos sobre macadâmia concentrados em poucos títulos, ou seja, 3,3% da literatura publicou 53,1% do total dos trabalhos enquanto que existe uma grande dispersão de outros 46,9% de trabalhos, pois foram publicados por 96,7% do total dos periódicos.

A progressão de Bradford acentuou a dispersão nas duas últimas zonas, onde predominam os periódicos que apresentaram menos de cinco artigos sobre o assunto.

5. CONCLUSÃO

Dentre os títulos que compõem o núcleo, encontra-se carga maior de artigos justamente naquele especiali-

Digitalizado gentilmente por:

zado em macadâmia (California Macadamia Society Yearbook) como seria de se esperar, ou seja, 82,5% do núcleo e 24,1% do total dos artigos encontrados.

Dessa forma, os periódicos que constituem o núcleo e os primeiros situados na zona 2 publicam mais artigos sobre Macadâmia, embora não sejam todos especializados nesse campo.

Pode-se portanto concluir, que além da consulta aos periódicos especializados que compõem o núcleo, os pesquisadores da área de jojoba não podem menosprezar os títulos perifericamente relacionados as suas áreas, que conterão, certamente, artigos úteis para o desenvolvimento de suas pesquisas, e, em especial os da 2.ª zona. É interessante notar, que a publicação do primeiro artigo de Bradford, em uma revista de Engenharia, vem confirmar suas observações sobre a dispersão da literatura especializada por periódicos de outras áreas, "... .de tempos em tempos um periódico dedicado a um assunto específico poderá conter um artigo que interesse do ponto de vista de um outro assunto qualquer". (2)

Os periódicos publicados no Hawaii merecem atenção especial pois sete periódicos deste país representando 7% do total, publicaram 9% dos trabalhos sobre macadâmia, inclusive um deles, o "Hawaii Farm Science" faz parte do núcleo, sendo o 2.º maior publicador de artigos sobre macadâmia, perdendo apenas para o periódico especializado no assunto. Interessante notar que o 6.º periódico que mais publica artigos sobre macadâmia também é o do Hawaii, "Hawaii Agric. Expt. Stat", fazendo parte da 2.ª zona e existe um periódico, o "Hawaii Ent. Soc. Proc." que faz parte da 3.ª zona.

A lei de dispersão de Bradford constitui-se em instrumento válido para a seleção dos periódicos mais produtivos em determinado assunto.

Analisando os resultados desta pesquisa, verifica-se a praticidade da aplicação da lei de Bradford para a composição de acervos em bibliotecas e centros de pesquisa interessados em formar uma coleção sobre macadâmia, onde os recursos são escassos e o material adquirido deve ser portanto, o mais especializado no assunto.

6. BIBLIOGRAFIA

1. BRADFORD, S. C. *Documentação*. Rio de Janeiro, Fundo de Cultura, 1961. p. 202. (Biblioteca do Dirigente Moderno).

2. BRAGA, G. M. Informação, ciência, política científica: o pensamento de Derek de Solla Price. *Ciência da Informação,* Rio de Janeiro, *3*(2):155-77, 1974.

3. BROOKES, B. C. Bradford's law and the bibliography of science. *Nature, 224*:935-6, 1969.

Digitalizado gentilmente por:

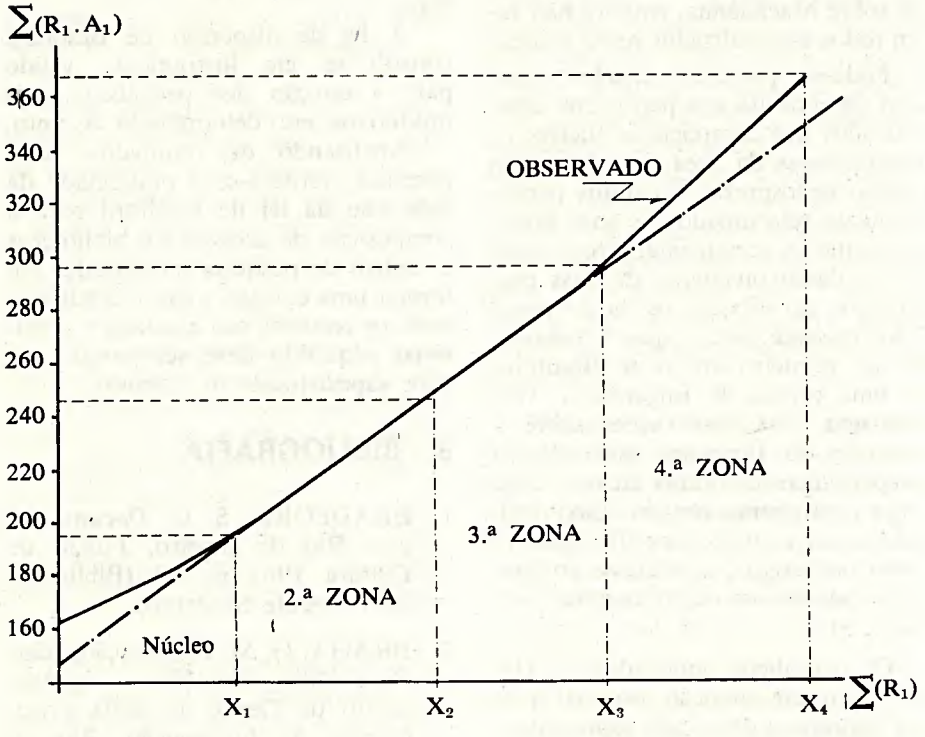


GRÁFICO 1 — Dispersão da Literatura sobre Macadâmia

Digitalizado gentilmente por:

O Bibliotecário e suas Entidades Profissionais

Orlando de Almeida
CRB/7 - 15
Teodora M. G. Neves
CRB/7 - 2218

"É livre o exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, observadas as condições de capacidade que a lei estabelecer". (Art. 153, § 23, da Constituição Federal).

APRESENTAÇÃO

As comemorações promovidas pelo Conselho Regional de Biblioteconomia da 7.ª Região e Associação Profissional de Bibliotecários do Estado do Rio de Janeiro por ocasião dos vinte anos de existência da Lei n.º 4.084/62 que regualmentou o exercício da profissão de Bibliotecário, foi o que nos motivou a elaborar este trabalho.

O painel tem a finalidade de demonstrar as instituições, em particular do Rio de Janeiro, que se vêm destacando na formação e na consolidação da imagem do profissional Bibliotecário e proporcionar uma visão panorâmica do que vem acontecendo no campo Biblioteconômico brasileiro, desde a criação do 1.º curso em 1911, na Biblioteca Nacional.

Esperamos estar contribuindo, desta forma, para o registro dos fatos e acontecimento que fazem a história da Biblioteconomia no Brasil.

Os Autores.

Nota da redação:

Após a redação deste trabalho, enviado à redação em 1981, foram fundadas mais cinco associações e alterados os nomes de membros da Diretoria da FEBAB.

Digitalizado gentilmente por:

1. PREÂMBULO

A Lei Maior inscreve entre os direitos e garantias dos cidadãos o exercício profissional, e autoriza o Estado a fixar condições de habilitação. Assim, obedecidos os preceitos legais, qualquer cidadão pode dedicar-se à profissão que lhe convier.

Entre as profissões regulamentadas por leis especiais encontra-se a do profissional Bibliotecário (Lei 4.084/62), que, para o exercício pleno de suas atribuições, necessita de prévia obtenção de diploma devidamente expedido por estabelecimento oficial de ensino superior e reconhecido pelo MEC, complementado com o devido registro nas Universidades, além de inscrição do profissional no CRB de sua jurisdição.

Aos profissionais registrados nos Conselhos de Biblioteconomia, de acordo com a citada lei e o Decreto 56.725/65, será expedida a Carteira do Profissional Bibliotecário, que servirá de prova para fins do exercício da profissão e de identidade, válida em todo o território nacional, de acordo com a Lei 2.206/75.

A inscrição em concurso público, posse ou exercício no cargo de Bibliotecário dependerá de prévia apresentação da Carteira do Profissional ou protocolo do referido Conselho, conforme legislação em vigor.

Acrescente-se que a Carteira Profissional do Bibliotecário não se equipara à Carteira de Trabalho e Previdência Social expedida pelo Ministério do Trabalho como documento obrigatório para o exercício de qualquer atividade remunerada de trabalho permanente, temporário ou por conta própria (art. 13 da CLT, com nova redação dada pelo Decreto-Lei 926/69). Cada uma dessas carteiras tem finalidades diferentes: a do Profissional Bibliotecário é para a comprovação nos termos da lei específica, do exercício de atividade disciplinada por regulamento próprio, enquanto que a do Ministério do Trabalho é de obrigatoriedade para o exercício de qualquer profissão, com ou sem vinculação empregatícia.

É interessante lembrar, ainda, que o profissional Bibliotecário teve seu dia nacional, 12 de março, instituído pelo Decreto 84.631, de 09/04/80, em homenagem ao dia de nascimento de BASTOS TIGRE, Patrono dos Bibliotecários Documentalistas brasileiros. Engenheiro, jornalista, poeta, escritor, publicitário, teatrólogo, filatelista, conferencista e Bibliotecário por gosto e opção, foi o 1.º classificado no 1.º concurso para Bibliotecário, ocorrido no Brasil.

2. CONSELHOS

"Os Conselhos são órgãos colegiados de natureza permanente, de cúpula. Exercem funções típicas do Estado, supervisionados pelo Ministério do Trabalho, visando a assegurar a realização dos objetivos fixados nos atos de constituição da entidade. É a consolidação do poder extensivo a toda a classe, atuando como órgão técnico, consultivo e fiscalizador. Os Conselhos Profissionais, por assim dizer, podem ser, do ponto de vista de sua abrangência, territoriais, federais e regionais".

Digitalizado gentilmente por:

O Conselho Federal de Biblioteconomia e os Conselhos Regionais, criados pela Lei 4.084/62, são dotados de personalidade jurídica de direito público e autonomia administrativa e patrimonial.

Ao CFB compete orientar, supervisionar e disciplinar o exercício da profissão de Bibliotecário em todo o território nacional, bem como contribuir para o desenvolvimento bibliotecário no País.

Com efeito, o CFB, com sede em Brasília-DF, no exercício das atribuições conferidas pela Lei 4.084/62 e Decreto 56.725/65, já baixou inúmeras resoluções e atos normativos com o fim de orientar os demais Conselhos e os profissionais bibliotecários, para a devida interpretação da legislação vigente.

Aos Conselhos Regionais compete, entre outras atividades, o registro dos profissionais e a fiscalização do exercício da profissão.

O Conselho Regional de Biblioteconomia da 7.ª Região funcionou, de 1966 a 1973, nas dependências da Biblioteca Nacional, por deferência do Romancista e Acadêmico Adonias Filho, então Diretor daquela Casa de Cultura. Anote-se ainda que, desde 1915, já aí funcionava o Curso de formação bibliotecária.

Com uma representação delegada no Estado do Espírito Santo, somos hoje 3.400 Bibliotecários devidamente inscritos no CRB.

A atuação fiscalizadora do CRB/7, no sentido de fazer cumprir as determinações da Lei 4.084/62, se fez notar no momento em que, em recente pesquisa que realizou, nos indicou que a maioria dos órgãos públicos e privados têm em suas bibliotecas e centros de documentação um profissional bibliotecário ocupando os cargos técnicos de sua área específica, assim como também, os de direção.

3. ASSOCIAÇÕES

"Associação Profissional é a que reúne profissionais com atividade ou profissão idênticas, similares ou conexas. Seu escopo pode ser científico, social, de defesa e coordenação dos interesses econômicos ou profissionais da classe. A liberdade de associação para fins lícitos é assegurada pela Constituição, no § 28 do art. 153. A associação profissional pode ser o primeiro passo para a organização de um sindicato, quando representa os interesses da classe, expressado pelo grau de coesão e consciência dos direitos que lhe são comuns... Antes do Decreto-Lei 1.402, de 05/07/39, a expressão "associação profissional" era sinônimo de "sindicato". Entretanto, o referido decreto-lei distinguiu ambas as associações, sendo que a primeira passou a ser o estágio obrigatório por que passa o sindicato antes de adquirir personalidade jurídica como tal e, conseqüentemente, as prerrogativas que lhe são deferidas por lei".

Contamos atualmente com vinte e duas (22) associações profissionais em todo o Brasil. Algumas em pleno desenvolvimento e destacada atuação, como a Associação dos Bibliotecários do Distrito Federal — ABDF, que,

Digitalizado gentilmente por:

entre muitas atividades sociais, empresariais, profissionais e editoriais, publica com regularidade o Boletim ABDF, a Revista de Biblioteconomia de Brasília e, a partir de 1980, vem publicando o "ABCD Resumos e Sumários", além de inúmeros títulos avulsos cobrindo nossa área.

A nossa Associação, ex-Associação Brasileira de Bibliotecários — ABB —, fundada em 1949, com a mudança da capital federal para Brasília, transformou-se na Associação Profissional de Bibliotecários do Estado da Guanabara e, com a fusão dos Estados da GB e RJ, em 1975, passou a denominar-se Associação Profissional dos Bibliotecários do Estado do Rio de Janeiro. Conta atualmente no seu quadro associativo com cerca de 2.000 associados e seis Grupos de Trabalho nas seguintes áreas: Tecnológica, Agrícola, Biomédica, Ciências Sociais e Humanas, Processos Técnicos, Bibliotecas Públicas e Escolares e área Jurídica, destacando-se entre as mais desenvolvidas a biomédica, a agrícola e a tecnológica.

Grande tem sido o esforço da APB-RJ no sentido de otimizar esses Grupos de Trabalho e dinamizar suas atividades, a fim de alcançar seu principal objetivo, que é o de representar efetivamente a nossa classe nos seus anseios e conquistas sociais.

A Federação Brasileira de Associações de Bibliotecários foi fundada em 1959, por ocasião do II Congresso Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação, realizado no Estado da Bahia. De autoria de Laura Garcia Moreno Russo e Rodolfo Rocha Júnior, o anteprojeto pertinente pedia a criação da Federação "com o objetivo de defender a classe nos terrenos técnico, cultural, social e econômico; contribuir para a solução dos problemas atinentes à classe, quer regionais ou nacionais; prestar toda assistência possível às associações filiadas; servir como centro de documentação e informação das atividades biblioteconômicas do País, contribuindo, dessa maneira para o aprimoramento cultural e técnico da classe e desenvolvimento das bibliotecas brasileiras".

A FEBAB é uma entidade de âmbito nacional, não governamental, apolítica e não lucrativa, mantida pelas Associações de Bibliotecários e considerada de utilidade pública pelo Decreto 59.503, de 09/11/66. Dirigida por um Conselho Diretor, Diretoria, Conselho Fiscal e Comissões Permanentes, conta atualmente com 22 Associações filiadas e oito Comissões Brasileiras de Documentação.

4. ESCOLAS (no Rio de Janeiro)

O primeiro curso de Biblioteconomia surgido no Brasil foi o da Biblioteca Nacional, no Rio de Janeiro, criado pelo Decreto 8.835, de 11/07/1911, tendo funcionado somente a partir de 1915. Ministrado durante muito tempo nas dependências da BN, com o advento do Decreto-Lei 773, de 20/08/69, que criou a FEFIEG — Federação das Escolas Federais Isoladas do Estado da Guanabara, foi transformado em Escola de Biblioteconomia e Documentação da citada Federação, posteriormente FEFIERJ, e hoje funciona na Escola

Digitalizado gentilmente por:

de Biblioteconomia e Documentação da Universidade do Rio de Janeiro (UNI-RIO). Desde sua criação até o momento, já graduou 2.362 Bacharéis e teve suas atividades interrompidas durante sete anos, no período compreendido entre 1924 e 1931. A UNI-RIO congrega em seu Centro de Ciências Humanas os cursos de Biblioteconomia, Arquivologia e Museologia. É a Universidade que, na nossa área, se preocupa não apenas com os cursos de graduação, mas também com os de licenciatura e em breve estará oferecendo à classe, cursos de especialização.

Em 1957, através dos Decretos 40.848 e 41.210, teve início o curso de Biblioteconomia e Documentação do então Instituto Santa Úrsula, curso hoje afeto ao Departamento de Biblioteconomia e Ciência da Informação e integrado ao Centro de Documentação e Letras da Universidade Santa Úrsula. Reconhecido oficialmente pelo Decreto 47.734, de 02/02/60, esse curso já formou 1.145 bibliotecários e é o único que oferece o turno da noite.

Em 1963 teve início o curso de Biblioteconomia e Documentação da Universidade Federal Fluminense, tendo sido reconhecido somente em 1970 pelo Decreto 67.199. Assim sendo, três são os cursos atuais de Biblioteconomia no Estado do Rio de Janeiro.

Visão Panorâmica Nacional

1. **Associações Profissionais**

1938 — Associação Paulista de Bibliotecários
1948 — Associação Profissional dos Bibliotecários de Pernambuco
1949 — Associação Profissional de Bibliotecários do Rio de Janeiro
1951 — Associação Riograndense Bibliotecários
1952 — Associação Profissional dos Bibliotecários do Estado da Bahia
1956 — Associação dos Bibliotecários Municipais de São Paulo
1960 — Associação de Bibliotecários de Minas Gerais
1962 — Associação dos Bibliotecários do Distrito Federal
1963 — Associação dos Bibliotecários do Ceará
1963 — Associação Campineira de Bibliotecários
1964 — Associação dos Bibliotecários São Carlenses
1966 — Associação Paraense de Bibliotecários
1968 — Associação Bibliotecária do Paraná
1971 — Associação Profissional de Bibliotecários do Amazonas
1972 — Associação Profissional de Bibliotecários do Est. do Maranhão
1975 — Associação Profissional de Bibliotecários da Paraíba
1978 — Associação Profissional dos Bibliotecários Catarinenses
1978 — Associação Profissional de Bibliotecários do Mato G. do Sul
1979 — Associação Profissional dos Bibliotecários do Espírito Santo
19 — Associação de Bibliotecários do Estado do Piauí
19 — Associação Alagoana dos Profissionais em Biblioteconomia

Digitalizado gentilmente por:

1.1 ASSOCIAÇÃO PROFISSIONAL DOS BIBLIOTECÁRIOS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

End.: Av. Presidente Vargas, 2610 — Centro — RJ
Diretoria atual — Triênio 1981/1983
Presidente — Ivana Campos Mendes dos Santos
Vice-Presidente — Nisicler Moreira Figueira
1.ª Secretária — Sueli Angélica do Amaral
2.ª Secretária — Dalva Saldanha da Gama Lanzelloti
1.ª Tesoureira — Rita de Cassia Pereira Monteiro de Castro
2.ª Tesoureira — Mariléa da Conceição de Souza Barroso
Bibliotecário — Domingo González Cruz
Conselho Fiscal — Elza Lima e Silva Maia, Magda Chieck Chaves Lopes, Marly Peixoto Sóler

1.1.1 Grupos de Trabalho

Grupo de Bibliotecários em Informação e Documentação Tecnológica
Coordenadora: Gilda Massari Coelho

Grupo de Bibliotecários em Informação e Documentação Agrícola
Coordenadora: Sonia Regina Allevato

Grupo de Bibliotecários em Informação e Documentação Biomédica
Coordenadora: Matilde B. Buller

Grupo de Bibliotecários em Inf. e Doc. em Ciências Sociais e Humanidades
Coordenador: João Carlos G. Ribeiro

Grupo de Bibliotecários em Inf. e Doc. em Processos Técnicos
Coordenadora: Elza Maia de Lima e Silva

Grupo de Bibilotecários em Inf. e Doc. em Bibliotecas Públicas e Escolares
Coordenadora: Nancy Nóbrega

Grupo de Bibliotecários em Informação e Documentação Jurídica
Coordenadora: Nylma Tereza Velloso Amarante

1.2 Federação Brasileira de Associações de Bibliotecários — FEBAB

Diretoria Executiva — Triênio 1981/1983
Presidente — Antonio Gabriel
Vice-Presidente — Ronice Maria Albamonte Arruda
Secretária Geral — Francisca Pimenta Evrard
Primeira Secretária — Ana Maria Rodela Corrêa

Digitalizado gentilmente por:

Segunda Secretária — Cormaria Martins Diniz
Primeiro Tesoureiro — Pedro Luiz Martinelli
Segunda Tesoureira — Satiko Morita
Observador Legislativo — Anibal Rodrigues Coelho
Editora — Vânia Lando de Carvalho

1.2.1 **Comissões Permanentes**

1967 — Comissão Brasileira de Documentação Agrícola
Presidente: Ana Flávia M. Fonseca

1971 — Comissão Brasileira de Documentação Biomédica
Presidente: Dinah Aguiar Población

1971 — Comissão Brasileira de Documentação Jurídica
Presidente: Maria Angélica C. Martorano

1971 — Comissão Brasileira de Documentação Tecnológica
Presidente: Elizabeth Maria R. de Carvalho

1973 — Comissão Brasileira de Bibliotecas Públicas e Escolares
Presidente: May Brooking Negrão

1974 — Comissão Brasileira de Documentação em Processos Técnicos
Presidente: Regina Carneiro

1978 — Com. Bras. de Doc. em Ciências Sociais e Humanidades
Presidente: Maria das Graças L. Melo

1979 — Com. Bras. pela Valorização e Divulgação Profissional
substituída pela

1982 — Assessoria de Valorização e Divulgação Profissional
Assessora-Chefe: Lucia Helena Pimenta de Lima

2. **Congressos realizados:**

I CBB — Recife/PE, de 18 a 25 de julho de 1954
II CBBD — Salvador/BA, de 20 a 26 de julho de 1959
III CBBD — Curitiba/PR, de 8 a 15 de janeiro de 1961
IV CBBD — Fortaleza/CE, de 7 a 14 de julho de 1963
V CBBD — São Paulo/SP, de 8 a 15 de janeiro de 1967
VI CBBD — Belo Horizonte/MG, de 4 a 10 de julho de 1971
VII CBBD — Belém/PA, de 29 de julho a 4 de agosto de 1973
VIII CBBD — Brasília/DF, de 20 a 25 de julho de 1975
IX CBBD — Porto Alegre/RS, de 3 a 8 de julho de 1977
X CBBD — Curitiba/PR, ed 22 a 27 de julho de 1979
XI CBBD — João Pessoa/PB, de 17 a 22 de janeiro de 1982

Digitalizado gentilmente por:

3. Conselhos Regionais

CRB-1 — Acre — Distrito Federal — Goiás — Mato Grosso — Mato Grosso do Sul — Rondônia
CRB-2 Amapá — Amazonas — Pará — Roraima
CRB-3 — Ceará — Maranhão — Piauí
CRB-4 — Alagoas — Fernando de Noronha — Paraíba — Pernambuco — Rio Grande do Norte
CRB-5 — Bahia — Sergipe
CRB-6 — Minas Gerais
CRB-7 — Espírito Santo — Rio de Janeiro
CRB-8 — São Paulo
CRB-9 — Paraná — Santa Catarina
CRB-10 — Rio Grande do Sul

3.1 Conselho Regional de Biblioteconomia — 7.ª Região

Rua Senador Dantas, 80/1406-1407 — CEP 20.031 — RJ
6.º CRB-7 — 16.ª Diretoria — Triênio 1982/1984
Efetivos: Nereida Salazar Bergo de Lacerda (Presidente)
Romulo Baptista Morato (Vice-Presidente)
Helena de Miranda Rosa e Souza (1.ª Secretária)
Sergio da Costa Velho (2.º Secretário)
José Tavares da Silva Filho (Tesoureiro)
Maria de Nazaré Ferreira Pingarilho
Marai de Lourdes Vasques da Silva
Orlando de Almeida
Diana Curty Vinha
Myriam Martins Cataldo
Maria Cecilia Malta Valle
Anna Maria de Andrade Rodrigues Nogueira
Maria Virginia Ruas Santos
Marly Jobim Gomes
Suplentes: Lair Rebello de Almeida Souza
Lecy Maria Caldas Torres
Yeda Gappo Vianna de Brito

4. Escolas e Cursos

AM/Manaus
Dept.º de Bibliot. da Fundação Universidade do Amazonas
BA/Salvador
Dept.º de Bibliot. e Doc. da Univ. Federal da Bahia

Digitalizado gentilmente por:

CE/Fortaleza
Curso de Bibliot. da Universidade Federal do Ceará

DF/Brasília
Dept.º de Bibliot. da Universidade de Brasília

ES/Vitória
Curso de Bibliot. e Doc. da Univ. Fed. do Espírito Santo

GO/Goiânia
Curso de Bibliot. e Doc. da Univ. Federal de Goiás

MA/São Luis
Curso de Bibliot. da Universidade Federal do Maranhão

MG/Belo Horizonte
Escola de Bibliot. e Doc. da Univ. Fed. de Minas Gerais

MG/Formiga
Escola de Bibliot. da Fund. do Ens. Superior do Oeste de Minas

PA/Belém
Curso de Bibliot. da Universidade Federal do Pará

PB/João Pessoa
Curso de Bibliot. da Universidade Federal da Paraíba

PE/Recife
Dept.º de Bibliot.da Universidade Federal de Pernambuco

PR/Curitiba
Dept.º de Bibliot. da Universidade Federal do Paraná

PR/Londrina
Dept.º de Bibliot. da Univ. de Educação Estadual de Londrina

RJ/Niterói
Curso de Bibliot. e Doc. da Universidade Federal Fluminense/

RJ/Rio de Janeiro
Escola de Bibliot. e Doc. da Univ. do R. de Janeiro — UNI-RIO
Dept.º de Bibliot. e Doc. da Universidade Santa Úrsula

RS/Porto Alegre
Faculdade de Bibliot. da Univ. Fed. do Rio Grande do Sul

RS/Rio Grande
Curso de Biblioteconomia da Fund. Univ. do Rio Grande

SC/Florianópolis
Curso de Bibliot. e Doc. da Univ. Fed. de Santa Catarina
Curso de Bibliot. da Univ. para o Desenv. de Santa Catarina

SP/Campinas
Fac. de Bibliote. da Pontifícia Univ. Católica de Campinas

SP/Catanduva
Curso de Bibliot. da Fac. de Fil. Ciên. e Letras de Catanduva

Digitalizado gentilmente por:

SP/Lorena
Fac. de Bibliot. e Doc. Tereza D'Avila
SP/Marília
Curso de Bibliot. da Univ. Estadual Julio Mesquita Filho
SP/Mococa
Escola de Bibliot.e Doc. do Inst. de Ensino Superior de Mococa
SP/Santo André
Fac. de Bibliot. das Faculdades Integradas Teresa D'Avila
SP/São Carlos
Escola de Bibliot. e Doc. da Fund. Educacional de São Carlos
SP/São Paulo
Dept.º de Bibliot. da Universidade de São Paulo
Escola de Bibliot. e Doc. Escola de Sociol. e Política de S. Paulo
Faculdade de Biblioteconomia Teresa Martin

4.1 Cursos de Licenciatura e Especialização

SP/Campinas
Fac. de Bibliot. da Pontifícia Univ. Católica de Campinas
RJ/Rio de Janeiro
Escola de Bibliot. e Doc. da Univ. do Rio de Janeiro — UNI-RIO
Curso de Documentação Científica do IBICT (especialização)

4.2 Cursos de Pós-Graduação

Curso de Mestrado em Biblioteconomia — UnB/DF
Curso de Mestrado em Metodologia do Ensino em Bibliot. — PUCC/SP
Curso de Mestrado em Biblioteconomia — UFPb
Curso de Pós-Graduação em Administração de Bibliotecas — UFMG
Curso de Pós-Graduação em Ciência da Informação — IBICT/RJ

5. Publicações especializadas

CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO. V. 1, n.º 1, 1972 — Rio de Janeiro, IBICT, 1972. Semestral.

REVISTA DA ESCOLA DE BIBLIOTECONOMIA DA UFMG. V. 1, n.º 1, 1972 — Belo Horizonte, UFMG, 1972. Semestral.

REVISTA BRASILEIRA DE BIBLIOTECONOMIA E DOCUMENTAÇÃO. V. 1, n.º 1, 1973 — São Paulo, FEBAB, 1973. Trimestral.

REVISTA DE BIBLIOTECONOMIA DE BRASÍLIA. V. 1, n.º 1, 1973 — Brasília, ABDF, 1973. Semestral.

ABCD —RESUMOS & SUMÁRIOS. V. 1, n.º 1, 1980 — Brasília, MEC/CAFES/ABDF, 1980.

REVISTA DO NÚCLEO DE DOCUMENTAÇÃO. V. 1, n.º 1, 1981 — Niterói, UFF, 1981. Semestral.

Digitalizado gentilmente por:

BIBLIOGRAFIA

1. ABCD RESUMOS & SUMÁRIOS. V. 1, 1980 - Brasília, MEC/CAPES/ABDF/, 1980.
2. APB... E VOCÊ. Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, nov. 1969.
3. ————. v. 9, n. 11, maio 1977.
4. ————. v. 10, n. 12, maio 1978.
5. ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. Comissão de Estudos de Documentação. *Normas brasileiras em documentação*. Ed. atual. Rio de Janeiro, 1978.
6. ASSOCIAÇÃO profissional. In: *Enciclopédia Saraiva de Direito*. São Paulo, Saraiva, 1978. v. 8, p. 296.
7. BOLETIM ABDF. Nova Série. Brasília, v. 4, n. 1, jan./mar. 1981.
8. ————. v. 4, n. 3, jul./set. 1981.
9. ————. v. 4, n. 4, out./out. dez. 1981.
10. BOLETIM DO CRB-7. Rio de Janeiro, v. 2, n. 2, jul./nov. 1974.
11. ————. v. 9, n. 3, set./dez. 1981.
12. BOLETIM INFORMATIVO APB-RJ. Rio de Janeiro, n. 1, mar. 1982.
13. BRASIL. Leis, decretos etc. Decreto 8.835 - 11 jul. 1911. Aprova o regulamento da Biblioteca Nacional. *Coleção das Leis,* Rio
14. ————. Decreto 40.848 - 29 jan. 1957. Concede autorização para funcionamento do curso de Biblioteconomia e Documentação, anexo à Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras do Instituto Santa Úrsula. *Coleção das Leis,* Rio de Janeiro, jan./mar. 1957, v. 2, p. 124.
15. ————. Decreto 41.210 - 27 mar. 1957. Retifica o Decreto 40.848, de 21 de janeiro de 1957. *Coleção das Leis,* Rio de Janeiro, jan./mar. 1957, v. 2, p. 660.
16. ————. Decreto 47.734 - 02 fev. 1960. Concede reconhecimento a curso. *Coleção das Leis,* Rio de Janeiro, jan./mar. 1960, v. 2, p. 231.
17. ————. Decreto 56.725 — 16 ago. 1965. Regulamenta a Lei 4.084, de 30/06/62, que dispõe sobre o exercício da profissão de bibliotecário. *Diário Oficial,* Brasília, 19 ago. 1965, Seção 1, p. 8366.
18. ————. Decreto 59.503 — 09 nov. 1966. Declara de utilidade pública a "Federação Brasileira de Associações de Bibliotecários", com sede em São Paulo, Estado de São Paulo. *Coleção das Leis,* Brasília, out./dez. 1966, v. 8, p. 128.
19. ————. Decreto 67.199 — 15 set. 1970. Concede reconhecimento ao curso de Biblioteconomia e Documentação da Universidade Federal Fluminense. *Coleção das Leis,* Brasília, jul./set. 1970, v. 6, p. 412.
20. ————. Decreto 84.631 — 09 abr. 1980. Institui a "Semana Nacional do Livro e da Biblioteca" e o "Dia do Bibliotecário. *Diário Oficial,* Brasília, 14 abr. 1980. Seção 1, p. 6338.

Digitalizado gentilmente por:

21. ————. Decreto-Lei 1.402 — 5 jul. 1939. Regula a associação em sindicato. *Coleção das Leis*, Rio de Janeiro, jul./set. 1939, v. 6, p. 3.
22. ————. Decreto-Lei 773 — 20 ago. 1969. Provê sobre a criação da Federação das Escolas Federais Isoladas do Estado da Guanabara (FEFIEG), e dá outras providências. *Coleção das Leis*. Brasília, jul./set. 1969, v. 5, p. 133.
23. ————. Decreto-Lei 926 — 10 out. 1969. Institui a Carteira de Trabalho e Previdência Social, altera dispositivos da Consolidação das Leis do Trabalho e do Estatuto do Trabalhador Rural, e dá outras providências. *Diário Oficial*, Brasília, 13 out. 1969. Seção I, p. 8603.
24. ————. Lei 4.084 — 30 jun. 1962. Dispõe sobre a profissão de bibliotecário e regula seu exercício. *Diário Oficial*, Brasília, 2 jul. 1962. Seção 1, p. 7149.
25. ————. Lei 6.206 — 7 maio 1975. Dá valor de documento de identidade às carteiras expedidas pelos órgãos fiscalizadores de exercício profissional e dá outras providências. *Diário Oficial*, Brasília, 8 maio 1975. Seção 1, p. 5457.
26. CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA E DOCUMENTAÇÃO, 9. Porto Alegre, 1977. *Anais do 9. Congresso Brasileiro & V Jornada Sul-Rio-Grandense de Biblioteconomia e Documentação, Porto Alegre, 3 a 8 de 1977*. Porto Alegre, 1977.
27. CONSELHO REGIONAL DE BIBLIOTECONOMIA, 7. REGIÃO. *Regulamentação profissional*. Rio de Janeiro, CRB-7, 1971. 63 p.
28. CUNHA, Murilo Bastos. O papel do bibliotecário na sociedade brasileira. *R. Esc. Bibliotec. UFMG*, Belo Horizonte, 7 (1): 7-26, mar. 1978.
29. DIAS, Antonio Caetano. *Formação profissional*: análise da conjuntura. Rio de Janeiro, ABB, 1967. 14 p.
30. FEDERAÇÃO BRASILERA DE ASSOCIAÇÕES DE BIBLIOTECÁRIOS. *FEBAB, estrutura e funcionamento*. 2. ed. São Paulo, FEBAB, 1980. 99 p.
31. FONSECA, Edson Nèry da. *A Biblioteconomia brasileira no contexto mundial*. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro; Brasília, INL, 1979. 112 p.
32. JORNAL DA FEBAB. São Paulo, v. 1, n. 2, jul. 1978.
33. PONTES DE MIRANDA, Francisco Cavalcante. Liberdade de profissão. In: ————. *Comentários à Constituição de 1967, com a Emenda n. 1, de 1969*. 2. ed. rev. São Paulo, Rev. dos Tribunais, 1971. v. 5, p. 535.
34. RUSSO, Laura Garcia Moreno. *A Biblioteconomia brasileira*: 1966. 356 p. *1915-1965*. Rio de Janeiro, INL, 1966. 356 p.
35. USU INFORMAÇÕES. Rio de Janeiro, v. 5, n. 3, maio 1982.

Digitalizado gentilmente por:

Recomendações do Encontro Internacional de CIP

*Regina Carneiro**

Introdução

O encontro Internacional de Catalogação-na-Publicação (CIP), realizado em Ottawa, 16-19 de agosto de 1982, resultou da necessidade de discutir problemas concernentes a esse sistema, levantados em vários e importantes eventos, muitos dos quais não poderiam ser resolvidos apenas com debates e somente em âmbito nacional.

Entre esses problemas foram mencionados: o preparo dos registros CIP e a necessidade de um padrão aceitável internacionalmente, o intercâmbio de registros em formatos legíveis por computador, a determinação da responsabilidade pela criação do registro e a identificação de publicações nacionais, a relação entre esse registro e

* Bibliotecária-Chefe do Centro de Catalogação-na-Fonte, Câmara Brasileira do Livro - S.P.

Digitalizado gentilmente por:

aquele que aparece de forma mais completa e definitiva nas bibliografias nacionais, a importância de auxiliar os editores na apresentação das entradas de CIP, assim como de avaliar o uso e benefícios-custo dos programas.

Patrocinados pela IFLA em associação com a Unesco, o Encontro foi considerado, em certo sentido, um prolongamento do Congresso Internacional da Unesco sobre Bibliografias Nacionais, Paris, 1977, objetivando alcançar recomendações práticas, comparáveis às obtidas nesse Congresso, tais como o estabelecimento de diretrizes para a operação dos programas e de padrões internacionais, aceitáveis por consenso dos países que os mantém ou planejam implantá-los.

Convidadas a participar como representantes das duas entidades brasileiras responsáveis pela centralização da Catalogação-na-Fonte (ou na Publicação como passou a ser designada a partir do 1.º Congresso Brasileiro de Publicações, São Paulo, 1981), Lícia de Albuquerque Medeiros e a autora desta comunicação, consideramos nosso dever prestar informações aos bibliotecários e editores brasileiros, uma vez que o Encontro contou com a participação de 50 pessoas aproximadamente, representando cerca de 12 países com programas CIP em operação ou em planejamento, da IPA (Associação Internacional de Editores) e de algumas editoras.

As sessões tiveram por base o Documento de Trabalho preparado pela IFLA, o qual baseou-se, por sua vez, em trabalhos encomendados e outras contribuições, além da análise de questionários enviados a editores e bibliotecários de vários países.

O tema central, "CIP — o caminho para o futuro", subdividiu-se nos seguintes sub-temas: I. As perspectivas das agências; II. Quem usa, como, por quê?; III. As perspectivas das editoras; IV. Padrões. A V. sessão consistiu na apreciação da minuta de recomendações, sua discussão e aprovação.

Apresentamos a seguir a tradução do texto das recomendações, destacando, no final, alguns pontos que nos parecem importantes para seu entendimento.

Recomendações

Preâmbulo

A Catalogação-na-Publicação — (CIP) — foi criada para fornecer informações catalográficas antes da publicação como um auxílio a bibliotecas e, conseqüentemente, acelerar o serviço aos usuários. Essa assistência tornou-se possível graças à participação de editores no programa, como agentes geradores das informações necessárias. Vários países dispõem, atualmente, de programas CIP. Importantes desenvolvimentos bibliográficos e tecnológicos expandiram, desde o início, o papel da CIP. Esta expansão reflete-se no fato de um registro CIP ser agora disponível, também, em outras formas além da entrada no livro impresso: como parte de bibliografias nacionais em seus vários suportes e, em algumas operações, em formatos legíveis por computador antes da publicação. O programa CIP tornou-se, assim, um assunto importante para os que se acham envolvidos com servi-

Digitalizado gentilmente por:

ços bibliográficos nacionais, para bibliotecários incumbidos da seleção e aquisição, para editores que querem tornar mais conhecidas suas próximas publicações bem como desejam acelerar o processo de encomenda, e também para os livreiros.

O presente encontro reuniu não apenas bibliotecários empenhados na criação de registros CIP e na alimentação de serviços bibliográficos nacionais, mas também editores e outros membros do comércio livreiro Atualmente, os editores, devido aos desenvolvimentos acima mencionados, encaram sua participação na CIP não mais como a de meros fornecedores de informações e expressaram seu interesse pelos processos que realçam a CIP como um incentivo à seleção a aquisição de livros.

O Encontro buscou reconhecer, examinar e rever o operacionamento corrente da CIP, sua adoção e expansão mais amplas, os ajustes desejáveis nos procedimentos e os meios pelos quais sua operação possa refletir melhor as amplicações internacionais da atividade editorial.

O Encontro propõe as seguintes recomendações.

1. O âmbito da CIP

1.1 Cada país deve considerar a possibilidade do estabelecimento de um programa de Catalogação-na-Publicação, organizado por uma agência bibliográfica nacional ou outra organização adequada, observando-se as condições particulares das bibliotecas e da atividade editorial, se receptivas à CIP, e quais os meios a serem adotados para a introdução e desenvolvimento de um programa.

1.2 Ao se estabelecer um programa, as necessidades das bibliotecas é que irão determinar o âmbito inicial de materiais abrangidos.

1.3 Com base nessas considerações, deve ser dada prioridade à inclusão de monografias (livros) e as maiores editoras do país devem ser convidadas como primeiras participantes; igualmente, tão logo seja possível, de acordo com os recursos da agência CIP, deve ser convidado um número maior de outros editores, incluindo os editores não-comerciais como organizações de pesquisa e organizações não-governamentais.

Em estágios mais adiantados de desenvolvimento, a agência CIP deve esforçar-se para introduzir no programa os editores governamentais, na medida em que seja viável a preparação de registros CIP para publicações oficiais. A agência deve considerar, também, a introdução de "materiais não-livro" sempre que sejam incluídos na bibliografia nacional.

1.4 Além disso, a agência CIP deve considerar, de tempos em tempos, a expansão do programa em relação ao número de editores participantes e à inclusão de diferentes tipos de publicações. Essas desejáveis extensões do programa devem ser empreendidas na medida dos recursos e prioridades das agências. Sempre que possível, os editores de publicações seriadas devem ser estimulados no sentido da adoção do Sistema Internacional de Dados para Publicações Seriadas (ISDS) e informados das

Digitalizado gentilmente por:

vantagens do registro dos títulos de publicações seriadas no **Registro ISDS.**

1.5 CIP é um programa de cooperação entre bibliotecas e editores, relacionando-se diretamente com essa cooperação e extensão do serviço até elas. Os editores precisam tomar conhecimento das vantagens de sua participação em um programa e devem ser convidados a dele participar, dependendo essa decisão de seus recursos, planos de trabalho e produção editorial.

1.6 Os editores devem participar de um programa CIP procurando obter das agências autorizadas os dados catalográficos para impressão em cada publicação. Para a escolha da agência é sugerido como critério geral, porém não obrigatório, o "orgulho do lugar", isto é, o local da sede do editor que tenha a responsabilidade principal pela criação e publicação de um título, geralmente onde é feita a editoração. Os editores que têm sede e produção editorial em mais de um país com programas CIP em operação, podem, por sua própria escolha, participar também de outros programas. Nesse caso, porém, eles devem dirigir-se presentemente a cada uma dessas agências, enquanto dependerem da conclusão do projeto estabelecido em 3.2.
(veja também 2.2.4)

1.7 A agência CIP deve preparar e produzir registros para todos os materiais convenientes que lhe forem submetidos e que sejam considerados publicações do país da agência, sem levar em conta o fato de outras agências estarem produzindo também registros para as mesmas publicações.

1.8 As agências CIP devem ser estimuladas a cooperar com o trabalho de outras entidades de controle bibliográfico, tais como os centros nacionais do ISBN e do ISDS.

2. O conteúdo do registro CIP

2.1 A catalogação feita na agência CIP resulta, normalmente, em 2 registros: um que figura no livro e outro disponível em várias fontes anteriores à publicação: uma bibliografia nacional, listas separadas, ou bases nacionais de dados, onde existir automação.

2.2 Para o registro CIP no livro, que funciona principalmente como um auxílio à catalogação, recomenda-se que:

2.2.1 o registro seja tão completo quanto viável mas omita dados que não estejam inteiramente definidos no momento da catalogação;

2.2.2 o registro compreenda três segmentos: a descrição bibliográfica, os pontos de acesso à catalogação e os pontos de acesso aos assuntos;

2.2.3 o segmento descritivo do registro CIP siga as Descrições Bibliográficas Internacionais Normalizadas (ISBDs);

2.2.4 seja estabelecido um grupo de trabalho com a finalidade de estudar o conteúdo, a apresentação e a implementação de um formato normalizado para o registro CIP no livro. Esse formato, usado internacionalmente, responderia de certa maneira às aspirações dos editores quanto a um único registro CIP, indicaria aos usuá-

Digitalizado gentilmente por:

rios em geral o alto grau de unanimidade dentro da biblioteconomia, ajudaria a promover os objetivos do Controle Bibliotecário Universal (CBU) e atenderia a futuros desenvolvimentos visando à harmonização da catalogação de autor/título, bem como da catalogação de assunto;

2.2.5 Enquanto não for ultimado o projeto esboçado em 2.2.4, os editores que escolherem participar em mais de um programa, mas preferirem imprimir somente um conjunto de dados no livro, devem indicar a disponibilidade de dados alternativos da CIP.

2.3 Para os dados da CIP disponíveis separadamente, que funcionam também como um auxílio à seleção e à aquisição, recomenda-se que:

2.3.1 o registro seja tão completo quanto possível e, no interesse da seleção e da aquisição, sejam incluídos de forma aproximada os dados não conhecidos de maneira definitiva (por ex., paginação, preço, ilustrações);

2.3.2 o registro seja claramente identificado como um registro CIP;

2.3.3 o registro seja substituído em uma bibliografia nacional, em listas separadas ou em bases nacionais de dados legíveis por computador, pelo registro definitivo derivado da catalogação da própria publicação, ou que seja omitido dessas listas se a publicação for cancelada;

2.3.4 quando o registro for preparado para uma publicação de editor que tenha escolhido participar de mais de um programa, tal registro deve aparecer em qualquer lista de cada agência CIP, sem levar em consideração o fato de registros da mesma publicação aparecerem, também, nas listas de outras agências.

3. Procedimento operacionais da CIP

3.1 Os procedimentos operacionais das agências CIP podem ser diferentes, uma vez que dependem dos recursos das mesmas e de seus entendimentos com as editoras do país.

Portanto, recomenda-se que:

3.1.1 seja desenvolvida uma série de diretrizes para orientar as agências em seus procedimentos operacionais e, em particular, no estabelecimento de relações com os editores;

3.1.2 os editores forneçam documentação suficiente às agências, bem como as informações suplementares requeridas, a fim de satisfazer às necessidades do processamento;

3.1.3 os editores envidam esforços para manter as agências informadas de todas as mudanças que possam alterar o registro CIP.

3.2 um formulário padronizado para os dados de CIP seja planejado em diferentes versões lingüísticas, com a inclusão de todas as informações necessárias, tanto para o registro no livro como para o disponível separadamente. Tal formulário padronizado, para ser usado internacionalmente, deve satisfazer o desejo dos editores de dirigir seu pedido a uma única agência CIP, se as agências concordarem em enviá-lo depois a outras agências. Com este objetivo, recomenda-se que seja criado um pequeno grupo edito-

Digitalizado gentilmente por:

rial para produzir esse formulário o mais rapidamente possível.

4. O Encontro resolve que as recomendações números 2.2.4, 3.1.1 e 3.2, que requerem trabalho posterior a ser realizado no prazo mais curto possível, sejam apresentadas à IFLA com um pedido para sua implementação pelos meios adequados dentro do programa do Controle Bibliográfico Universal.

19 de agosto de 1982.

Considerações finais

Os propósitos iniciais da Catalogação-na-Publicação evoluíram após sua implantação em vários países, alguns deles com programas operacionais há mais de dez anos.

Podemos dizer que atende, agora, a duas funções:

— o registro no livro como auxílio à catalogação;
— o registro feito separadamente como auxílio à seleção e aquisição.

Essas duas funções relacionam-se com as formas físicas dos registros: **permanente** na publicação, **temporária** nas bibliografias nacionais, catálogos e outras listas correntes, servindo tanto aos sistemas automatizados como aos manuais.

O problema de publicações multinacionais, isto é, lançadas simultaneamente em mais de um país ou destinadas a mais de um mercado, que resulta às vezes em registros múltiplos na mesma publicação e em outras fontes, não foi resolvido em definitivo. Depende sua solução do grupo editorial a ser criado com a finalidade de estabelecer um formulário padronizado, em várias línguas.

Redigido esse formulário, os editores poderão dirigir-se a uma única agência CIP para obtenção dos dados catalográficos, resultando em um registro único na publicação. Essa possibilidade não impedirá, contudo, sua divulgação em registros separados nos países envolvidos.

O estabelecimento de um formato normalizado para o registro CIP na publicação não ficou ainda resolvido. Verificou-se unanimidade quanto à aplicação das ISBDs na descrição bibliográfica mas não quanto à escolha e forma dos cabeçalhos de nomes, bem como quanto à representação temática. Um grupo de trabalho será criado com a finalidade de estabelecer um padrão que possa ser adotado internacionalmente para o conteúdo e apresentação dos dados da CIP.

Foi reconhecida a importância da Catalogação-na-Publicação entre os sistemas internacionais criados com a finalidade de facilitar a identificação e comercialização de publicações, como o ISBN, o ISSN, o ISDS, e a contribuição fundamental que pode dar ao controle bibliográfico nacional assim como ao desenvolvimento do programa mais amplo do Controle Bibliográfico Universal.

Digitalizado gentilmente por:

48ª Conferência Geral da IFLA (Montréal, 1982)

Tradução de
Carminda N. de Castro Ferreira

Os participantes no Seminário Pré-Conferência sobre Educação para a Pesquisa e Pesquisa em Educação, após discutirem os trabalhos apresentados e enaltecerem em grupos os diversos aspectos do trabalho, apresentaram as recomendações que se seguem.

RECOMENDAÇÕES

1. Quanto à formação profissional do pesquisador:

1.1 Com o objetivo de capacitar os professores de Biblioteconomia em métodos de ensino da pesquisa, a administração de projetos de pesquisa e a produção de materiais didáticos sobre este tema, tendo em conta que existem na região diversas experiências e esquemas já provados, **recomenda-se** a realização de uma série de seminários regionais sobre os métodos de instrução, materiais didáticos mais apropriados e práticas de administração de projetos que incorporem plenamente as experiências existentes.

1.2 Considerando a necessidade de que os profissionais da Biblioteconomia e Ciências da Informação se capacitem para dirigir e levar a cabo pesquisas de campo, **recomenda-se:** que as Escolas de Biblioteconomia e

Digitalizado gentilmente por:

Ciências da Informação incorporem em seus Curricula uma área de disciplina dedicada à pesquisa e ofereçam cursos curtos ou optativos sobre administração de projetos de pesquisa.

1.3 Tendo em conta a etapa atual de desenvolvimento dos programas de pós-graduação em Biblioteconomia e Ciências da Informação e que sua evolução futura deveria fazer-se utilizando recursos de maneira racional, **recomendamos** que se fortaleçam os programas existentes como bolsas, materiais e outros recursos, e que se estimule o desenvolvimento daqueles novos programas de pós-graduação de âmbito regional e que não cubram áreas atualmente contempladas nos programas existentes.

2. Quanto à Administração da pesquisa e aos recursos por ela requeridos:

2.1 Tendo em conta a diversidade de esforços existentes na compilação da informação sobre atividades da informação na América Latina e no Caribe, bem como a existência de diversas recomendações e estudos prévios sobre a matéria, em especial a recente proposta preparada pela Universidade Javeriana, da Colômbia, o ALEBCI e as recomendações da Reunião do Grupo Ad Hoc de Especialistas da PGI, ACURIL e outras reuniões regionais, **recomendamos** à IFLA a realização de um estudo de factibilidade sobre a implementação de uma rede regional da Informação na Biblioteconomia e Ciência da Informação, baseada nos mecanismos já existentes na região (tais como ALEBCI, IBICT, CEPAL/CLADES, UNESCO/PGI, CERLAL, IFLA/LAC, FID/CLA) e os esforços realizados por várias escolas, de Biblioteconomia. Este estudo deverá incluir a análise das necessidades de informação que seriam satisfeitas através da rede e um diagnóstico das infra-estruturas da informação existentes sobre as atividades de informação.

2.2 Considerando as dificuldades existentes quanto ao acesso à literatura profissional produzida a nível internacional, e que esta literatura é um recurso indispensável à investigação, **recomendamos:**

2.2.1 O estabelecimento de um programa de traduções da literatura profissional internacional para as línguas vernáculas.

2.2.2 O incentivo a programas que promovam o fortalecimento das coleções especializadas das escolas de Biblioteconomia e Ciências da informação e dos Centros Nacionais de coordenação das atividades de informação.

2.3 Considerando a grande utilidade do **Directorio de Investigación Bibliotecológica Realizada en Escuelas de Bibliotecología de América Latina,** preparado pela ALEBCI em cooperação com a Escola de Biblioteconomia e Ciências da Informação da Universidade de Western Ontario, **recomendamos** às escolas e organismos que realizam pesquisas:

2.3.1 Que forneçam periodicamente a informação necessária para completar, atualizar e continuar essa base de dados, ao mesmo tempo que promovam a utilização da informação nela contida;

Digitalizado gentilmente por:

2.3.2 Que sejam tomadas medidas para estabelecer vínculos de intercâmbio efetivo da informação com o ISORID.

2.4 Considerando que não existem critérios claros para formular propostas de projetos regionais sobre a informação que facilitaria a seleção e avaliação dos mesmos, **recomendamos:** que a IFLA prepare um manual para a formulação de projetos de pesquisa no campo da informação, que, antes de sua publicação deveria ser submetido à apreciação de um grupo aleatório de especialistas da região.

2.5 Considerando o pouco impacto que normalmente têm os resultados da pesquisa, por falta de mecanismos adequados para sua promoção, **recomendamos** aos responsáveis pela definição dos projetos e aos organismos financiadores da pesquisa, incluir nos orçamentos dos projetos um item para implementar estratégias que promovam a utilização dos resultados, tais como publicações, seminários, laboratórios e conferências.

3. Considerando as prioridades da pesquisa no campo da Biblioteconomia e Ciências da Informação:

3.1 Com a finalidade de produzir materiais que auxiliem a aprendizagem da metodologia da pesquisa, e, de servir de apoio às pesquisas em andamento através da análise de exemplos de trabalhos de pesquisa produzidos em cada área da Biblioteconomia e Ciências da Informação, **recomendamos** que se realize um estudo que permita identificar os melhores trabalhos de pesquisa, através de uma consulta aos professores das escolas de Biblioteconomia e Ciências da Informação das Américas, realizado com a colaboração da A.A.L.S. e da ALEBCI.

3.2 Considerando que não foi estabelecido de forma sistemática um conjunto de prioridades de pesquisa no campo da educação biblioteconômica **recomendamos** que a IFLA e a UNESCO/PGI apoiem a preparação e publicação de um estudo que defina as prioridades da pesquisa sobre a educação biblioteconômica na década de 80, utilizando o Método Delphi, conforme os procedimentos adotados em estudo similar por Harold Borko.

Recomendações Gerais:

Os participantes, solicitam à UNESCO, à IFLA, à O.E.A. e ao DIRC que incluam em seus planos a curto e médio prazo, as recomendações acima. E comprometem-se, na medida de seus recursos, a apoiar a execução destas recomendações e a delas fazer uma ampla divulgação.

Digitalizado gentilmente por:

Entrevista

NEUSA DIAS DE MACEDO — professora do Depto. de Biblioteconomia e Documentação da ECA/USP e primeiro profissional a obter título de doutor, por defesa de tese, na USP, foi a responsável, em 1978, pela nova linha editorial da RBBD. Para que possa constituir subsídio à reflexão de como é rica a carreira do bibliotecário, quando galgada com amor à arte, ela própria preferiu tornar esta entrevista numa espécie de "memorial circunstanciado de vida" para trazer a público os momentos mais significativos de sua vida profissional.

RBBD — Você — que já conseguiu alcançar um título de doutora, e sabemos foi uma pessoa tímida — pode-nos contar qual foi o segredo para vencer na vida profissional?

NDM — De fato, fui tímida, já gaguejei bastante e, agora, com descompassos de fala rápida, dei para ser prolixa e agressiva. Cabe a um psicanalista fazer a análise. Mas creio que os próprios leitores poderão me entender melhor após terem tomado conhecimento da prolixidade que foi a minha vida. Se é que venci, o segredo talvez resida no meu forte gosto pelo estudo, na perseverança de ir superando as falhas, em enfrentar a adversidade com um "muito obrigada". Sei que tenho um grave defeito: sempre me queixando e agredindo autocratas, porém tocando o barco sempre em frente.

RBBD — Quando começaram as suas preocupações pela Biblioteconomia?

NDM — Isso vem de longe, dos idos de 1950. Quando era substituta-efetiva do Grupo Escolar José Bonifácio fiz um curso intensivo de Biblioteconomia, com D. Lenyra Fraccaroli,

Digitalizado gentilmente por:

junto às bibliotecas infanto-juvenis da Prefeitura de São Paulo. Fiquei muito entusiasmada com as novidades da matéria, com o estágio, e por isso, juntamente com Norma Pugliesi e Edith Fraga Moreira, iniciei a organização de uma pequena biblioteca nessa escola. Lutei, por todos os meios, para poder oficializar a tal "bibliotequinha", mas foi tudo em vão. Trinta anos são passados, e continuamos sem a almejada "biblioteca escolar" na rede de ensino de 1.º e 2.º graus.

• Até hoje tenho indelével na mente uma figura branca, comprida, que era a fila de meninas de aventaizinhos e tope no cabelo a nos esperar na porta da "biblioteca" para levar um livrinho infantil para ler em casa. Diziam, depois, que muitas pessoas na família também haviam lido o livrinho. Fiz até o meu primeiro artigo para o Jornalzinho do Grupo, com o título "A nossa biblioteca", no qual, muito animada, ressaltava pontos importantes da concepção de uma biblioteca escolar e incentivava a todos paar o hábito da leitura. Mas foi tudo um sonho...

RBBD — **Quais foram as suas experiências como Bibliotecária e as influências recebidas?**

NDM — Foram muitas. E com isto vai ser um balanço de 30 anos de vida — dêem-me espaço para a minha prolixidade. Engraçado, mas parece que o destino traçou uma linha, com variados atalhos, para eu percorrer. Não foi um mar de rosas, e talvez por isso mesmo, a vivência profissional adquirida em vários tipos de bibliotecas e áreas tenha calado bem no meu espírito. Vejamos a novela:

1.º) Depois de não conseguir nada com o curso intensivo, resolvi fazer o curso completo de Biblioteconomia — que, naquele tempo, era de apenas um ano. E a minha primeira experiência profissional aconteceu na antiga Faculdade de Farmácia e Odontologia. Portanto: numa biblioteca universitária, e em fase de reorganização. Já começaram as primeiras dores de cabeça com a organização de um catálogo-sistemático, no qual se utilizava o Dewey e mais uma classificação especial para Odontologia. Pouquíssima coisa havia na literatura sobre catálogo-sistemático, e as coisas se complicavam. Tive de bolar um tipo de índice numérico para poder controlar as entradas classificatórias — e deu certo! Pena que na época não havia oportunidade para se publicar as novas idéias. Mas no 1.º Curso de Pós-Graduação que houve em São Paulo, promovido pela Fundação Escola de Sociologia e Política, por iniciativa de Dna. Adelpha R. Figueiredo (o nosso monstro sagrado), vendi a idéia — e Dna Noemia Lentino, que era professora do curso, passou adiante a idéia para a Biblioteca Municipal.

• Terezine Arantes Ferraz — bibliotecária-chefe da FFO — foi o meu modelo profissional. Já desde essa época era uma administradora e tanto, de uma postura acadêmica invulgar, enfim, uma grande idealista. O seu voto de confiança e os empurrões que dava, a mim e à Fernanda Imparato (hoje Piocchi), as discussões constantes que fazíamos à volta

Digitalizado gentilmente por:

dos problemas de organização da biblioteca, o estreito relacionamento que havia entre professores e bibliotecários, as leituras que já fazíamos em conjunto, tudo isso foi a minha primeira escola-prática de vida profissional.

—o—

• Daí, aconteceu Jânio Quadros na minha vida. Por motivos de economia aos cofres públicos, fez um corte de pessoal do funcionalismo público estadual, e lá fui eu parar numa empresa privada. Antes disso, fiz a 1.ª burrice profissional: tentei introduzir a CDD numa livraria — mas não deu certo.

3.º) Muito válido, principalmente pelo aspecto humano e de realização pessoal, foi o meu trabalho em "Nadir Figueiredo, Indústria e Comércio Ltda.", na Vila Maria. Era uma situação completamente nova, numa época em que não se falava muito em biblioteca especializada e disseminação da informação — pelo menos no Brasil. Tive que criar uma "biblioteca industrial", pondo a cabeça para funcionar — e de tímida, bancar a atiradora.

• Apresentei um planejamento (vendo-o, hoje, como modesto e ingênuo), pedindo Kardex e as respectivas fichas impressas, estantes comuns e especiais para revistas. Ganhei tudo, novinho. Até me assustei! Foi organizada a pequena coleção de livros técnicos e catálogos industriais (nunca tinha visto falar daqueles bichos) e comecei a arrebanhar as revistas, nos diversos setores, mas era uma coleção toda truncada, e de folhas arrancadas sempre que havia uma novidade no ramo da firma. Depois, aos poucos, fui catando uma papelama em gavetas e nos porta-papéis que ficam sobre as mesas dos técnicos e engenheiros. Na verdade, era a documentação "sigilosa" da linha de produção da firma. Eles me olhavam desconfiados — talvez achando graça daquela minha petulância. Mas deixaram que eu organizasse a documentação que, depois de indexada, era arquivada, por assunto, numas pastas sanfonadas. Assim, numa ordem alfabética, a recuperação da informação era fácil e instantânea. Em pouco tempo, angariei a confiança do pessoal.

• Na época, nem se sonhava com "serviço de alerta" e "perfil de usuário", mas eu o pratiquei, instintivamente, sem o saber. Fiz circular as revistas, assinalando os artigos por perfil, controlando-o por meio de uma fichinha que bolei e a inseria no Kardex, junto ao título da revista.

• Aos poucos fui me tornando útil e colaborando com diversos departamentos, no que estava ao meu alcance. O serviço da biblioteca já não era tão grande, vejam que os usuários não ultrapassavam a 10 pessoas, entre técnicos, engenheiros e desenhistas. Traduzia os artigos mais "novidadosos" e até plantas de máquinas e manuais de instrução. Ajudei, muitas vezes, a redigir cartas para o setor de importação, e, em algumas ocasiões, recepcionei visitantes, principalmente estrangeiros.

• Fui me integrando, com isso, no universo da fábrica. Com a colaboração da assistente-social, fiz uma en-

Digitalizado gentilmente por:

quete com os operários a fim de perscrutar-lhes o interesse pela leitura. Detectei que, desde livros de receitas de bolo, de como aprender tal e tal coisa até a romances e "algum livrinho sujo" destacavam as preferências desses operários. Selecionados os assuntos, foi feito um pedido de remessa de caixas-estantes para a Prefeitura de São Paulo. Um dia, num momento solene — documentado fotograficamente no Jornalzinho de Nadir Figueiredo — aparece Dna. Adelfha R. Figueiredo para inaugurar (com fita e tudo) a biblioteca ambulante da fábrica. Comparecem diretores, e um deles e um operário fazem os discursos de praxe. É marcado, então, um horário para a retirada de livros — é logo mais, entra-se na rotina da retirada de livros.

• Outra lembrança, que jamais se apagará de minha retina, são aquelas filas intermináveis de operários que se acotovelavam (quase saindo brigas) para pegar um livro e levar para casa. Sumiram alguns exemplares, mas depois, com mais controle, tudo entrou nos eixos.

• Comecei a colaborar com o Jornalzinho da fábrica e, em pouco tempo, "livro, leitura, biblioteca" era algo que soava bem naqueles ouvidos carentes. Já não tenho mais notícia do que ficou para trás...

• Neste contexto não sofri influência de ninguém, mas da minha própria sensibilidade aos problemas sociais e do meu próprio temperamento adaptável a novas situações.

—o—

• Em 1957, houve oportunidade de eu ser reintegrada na USP, por atenção de D. Maria Luisa Monteiro da Cunha. E fui cair, outra vez, num ambiente complementamente novo: numa biblioteca especializada em cultura portuguesa que servia a professores/pesquisadores do Instituto de Estudos Portugueses, a estudantes da cadeira de literatura portuguesa da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP e a estudiosos em geral da área.

• Não tive coragem de deixar a biblioteca industrial — até conseguindo "um meio-período de trabalho", mas depois precisei optar porque outro desejo mais forte de continuar estudos, assim me obrigou.

3.º) A forte influência recebida neste contexto mudou o rumo da minha vida. Até hoje tenho nos ouvidos as palavras do Diretor do IEP e, então, catedrático de Literatura Portuguesa da FFCL da USP, o Prof. Antonio Soares Amora: — Esta biblioteca é uma criança, ela é sua, tome conta dela!

• Ao iniciar a organização da coleção altamente especializada em cultura portuguesa (fundo doado pela Fundação Calouste Gulbenkian, em 1954, pela ocasião do 4.º Centenário da Fundação de São Paulo) e a coleção de Literatura Portuguesa, tendo como usuários internos especialistas que exigiam respostas rápidas para seus trabalhos de crítica literária, tive os primeiros pânicos de uma formação acadêmica defasada (um curso normal e outro magro curso de biblioteconomia de um ano). Incentivada, pelo Prof. Amora, fiz o "cursinho" e pres-

Digitalizado gentilmente por:

tei vestibular para Letras na FFCL da USP, mas só passei na segunda vez.

• Período duríssimo de estudo em curso noturno, tomando-me cerca de 8 anos — pois fizera o Curso parcelado. Porém a minha "cabeça técnica" teve uma abertura de 180 graus. O curso de Letras e a convivência com os professores e estagiários do IEP — sempre pesquisando e preocupados com a Bibliografia no seu sentido de instrumental imprescindível para a investigação literária, fez-me despertar para as lides de pesquisa bibliográfica. Foi nesse ambiente de pesquisa séria de gabinete que senti ser a bibliografia não um mero levantamento de livros e artigos, por meio de fichinhas, mas uma investigação mesmo.

• Na Escola de Biblioteconomia, não me lembro de ter estudado normalização bibliográfica. E creio que foi no "Simpósio sobre Biblioteconomia" da 10.ª RBPC de 1958, pela comunicação apresentada por Rose Marie Luthold (hoje Appy), que tomei ciência da PNB-76 — Referências Bibliográficas da ABNT, iniciando minha identificação com a normalização documentária. Foi, então, que caí em brios — entrando (muito medrosamente) em competição com os pesquisadores do IEP. Chamei-lhes atenção de que se estava procedendo a uma série de indexações de revistas e levantamentos bibliográficos sem a observância de normas bibliográficas. E houve ressonância — naquela minha chamada.

• Fui, então, convidada a revisar os trabalhos bibliográficos do IEP e a colaborar no *IEP. Boletim Bibliográfico e Informativo*. Em um número de 1959 escrevi "Normas para a Citação Bibliográfica" e em outro de 1960, já tendo "catequisado" o Prof. S. Spina, fizemos em colaboração "Citações Bibliográficas de Rodapé". Reformulados e acrescidos de muitos exemplos, estes dois artigos, se transformaram num outro, de maior fôlego, denominado "Normas para a Referência Bibliográfica", sendo publicado, muito tempo depois, na *Revista de Pedagogia* da USP, em número de 1966.

• O importante a observar é que, através do bibliotecário, pôde haver influência na atitude docente, por exemplo, do Prof. Spina, eminente especialista de Língua e Literatura Portuguesa. Começou, daí por diante, a exigir rigorosa observância de normalização no aparato bibliográfico dos trabalhos discentes. Mais tarde, em 1974, ele escreve um trabalho "Normas Gerais para os Trabalhos de Grau (um breviário para o estudante de pós-graduação)", preconizando a utilização das normas bibliográficas.

• Tive também a oportunidade de revisar e coordenar a pesquisa bibliográfica realizada, durante mais de 5 anos, por Herti H. Ferreira, para a *Bibliografia Crítica da Literatura Portuguesa,* de Massaud Moisés. Somente foi publicada em 1968.

• O meu primeiro labor bibliográfico (planejado e executado por mim mesma) foi a "Bibliografia de e acerca de Fidelino de Figueiredo", quando da minha estada em Lisboa, por 4 meses. Em 1962, essa publicação que a FFCL homenageava o eminente escri-

Digitalizado gentilmente por:

tor e bibliógrafo português — responsável pela formação da cadeira de Literatura Portuguesa na FFCL da USP pelos 50 anos de versátil produção científica — é incluída no *Ideário Crítico de Fidelino de Figueiredo* essa Bibliografia e seu Índice (onomástico, de títulos e de assuntos).

• A fim de trazer para este ponto toda a minha experiência no campo da bibliografia, quero lembrar que, em 1967, elaborei outra Bibliografia (agora com estudo biográfico) de outro eminente escritor e diplomata brasileiro — Oliveira Lima — depois apresentada como dissertação de mestrado, em universidade americana. Diga-se de passagem que nos Estados Unidos não há preconceito de que uma obra de referência possa constituir um trabalho de grau acadêmico.

No Brasil, por coincidência, comemorava-se o centenário de morte desse estadista, e por atenção de Edson Nery da Fonseca o trabalho pôde ser publicado pelo Arquivo Estadual Público do Recife. Sempre preocupada com o problema da falta de orientação bibliográfica ao estudante, escrevo, em 1970, o opúsculo "Orientação Bibliográfica ao Leitor: uma mensagem ao professor secundário". Depois, já na ECA, em 1974, como resultado de uma coleção de textos didáticos, compondo o manual "Orientação Bibliográfica ao Estudante". E como comprovação de que, com o lastro de uma série de trabalhos, e preocupação permanente com um problema de pesquisa, gera em nosso espírito o desejo de encontrar solução para as nossas indagações, observo que abracei estudos à volta do tema "Biblioteca Universitária: Estudante e Trabalho de Pesquisa" — como tópico de tese de doutoramento, em 1980.

• Bem, voltando a 1964, quando terminara minha licenciatura na FFCL, fui incentivada a fazer uma pós-graduação em Brasília por Abner Vicentini — então Diretor da Biblioteca Central da UnB — Sara Correira, Regina Mado, Violeta Cabral e eu, já de malas prontas para embarcar para Brasília, tivemos notícia, no dia anterior, de que estourara a Revolução de 64... — e acontece o primeiro malogro de bibliotecários brasileiros.

• Eu não desisti da idéia. E aguardei. Em 1965, foi-me concedida uma "fellowship" por convênio da UnB e Ford Foundation, conquanto eu ficasse à disposição da Biblioteca Central, por alguns anos.

4.º) Em Brasília/Estados Unidos, outras experiências bem marcantes e doloridas acontecem. Após mil peripécias para conseguir afastamento do IEP, sai o comissionamento da UnB, ficando eu alguns meses na Biblioteca Central para adaptação e preparação dos documentos necessários ao ingresso na Catholic University of America, em Washington, onde iria ficar dois anos para a obtenção do "Master of Science in Library Science".

• Nos States "comi o pão que o diabo amassou", porque lá não havia contemplação para o aluno estrangeiro. Embora obtivesse o "Lower Certificate" da Sociedade Brasileira de Cultura Inglesa, tinha certa defasagem de prática de língua. E foi preciso cursar cerca de 13 disciplinas e o "major

Digitalizado gentilmente por:

comprehensive" (exame de oito horas sobre a compreensão do curso como um todo) e, ainda, apresentar uma dissertação, para alcançar o almejado título de Mestre.

Diga-se de passagem que o currículo do mestrado americano corresponde ao profissionalizante nosso, com a diferença de que o candidato já deve possuir um bacharelato em qualquer área. No meu caso, já tinha uma licenciatura em Letras.

• E a lembrança indelével, agora, é do rigor dos estudos superiores da universidade americana e do disciplinamento mental que desenvolvi: o estudo decorrente dos trabalhos que se devem apresentar.

• Depois dos dois anos de estudos intensos, entremeados de chamados constantes da USP, de cobranças ao meu desempenho acadêmico pela Chefia da Biblioteca Central da UnB, voltei com a cabeça em rodamoinho. De novo, as dificuldades para estender o comissionamento, na UnB. Tinha, porém, a obrigação moral de prestar serviços por algum tempo nessa universidade. E fiquei lá, entre 1967 a 69, enfrentando dois cargos: o de Chefe do Departamento de Auxílio aos Leitores (que abarcava diversas Seções e mais a supervisão do atendimento ao público à noite) e o de Docente, lecionando as disciplinas Bibliografia Especializada em Ciências Sociais e Referência para a Faculdade Biblioteconomia. No entanto, só percebia vencimentos para o cargo de bibliotecária: era o preço da bolsa!

• No tempo passado na UnB, tanto antes da bolsa como depois dela, a receptividade por parte de um grupo de pessoas não foi lá muito calorosa, mas fiz uns poucos amigos que os tenho até hoje. Talvez estivessem "checando" uma paulista que, sem razão de ser, recebera uma bolsa de estudo e, depois, voltava para ocupar uma chefia na Biblioteca Central. Mas, tenho consciência de que paguei muito bem em trabalho, que se estendia do período da manhã, à noite, numa biblioteca central monolítica, ainda em formação, e sobrecarregada de diversas dificuldades.

• Essa biblioteca tinha um acervo descomunal, sendo classificada pela CDU nos seus últimos detalhes, e tendo outra parte para re-classificar. O catálogo sistemático era ultra-específico, em formação; o Serviço de Referência e de Empréstimo atendia — dia e noite — um público enorme (não acostumado a freqüentar biblioteca), o Barracão onde se instalava a biblioteca era imenso, havendo grande dificuldade para supervisão, e com acesso livre! Os móveis e o balcão de empréstimo eram precários — feitos com madeira de caixotes. Que diferença da Biblioteca Central dos tempos atuais!

• A UnB, sendo uma universidade de vanguarda, praticava mesmo o ensino aliado à pesquisa, e a biblioteca, por esse motivo e outros mais, tinha uma atividade intensa. Como não havia centro de vivência, os alunos — sem família — vindos de vários estados, passavam dia e noite na biblioteca, e até dormiam nas mesas compridíssimas. Também, era a época "quente" de efervescência política, com

Digitalizado gentilmente por:

permanentes atritos entre policiais e estudantes. E, muitas vezes, o refúgio era a biblioteca.

• Recebi um saldo muito positivo com a experiência didática de Brasília, onde me iniciei como docente. Tendo livre trânsito na Seção de Referência, tive invulgar oportunidade de trazer alunos para realizarem trabalhos práticos (Bibliografia) e estagiar nesse setor (Referência). O nosso trabalho foi muito facilitado porque a Faculdade de Biblioteconomia se localizava fisicamente junto à Biblioteca Central, e esta possuía uma riquíssima coleção de obrasde referências gerais e fontes de informação especializadas correntes. São as vantagens da biblioteca central monolítica. Alunos daquela época são quase todos eles pontos-chave da biblioteconomia de Brasília: Emir, Kira, Murilo...

—o—

• Já estava na hora de folhear mais uma página do livro de minha vida. Missão cumprida e problemas familiares me levaram de volta a São Paulo, em julho de 1969.

5.º) O progresso urbano paulista a demolir prédios, criando os viadutos, pôs abaixo o prédio do IEP na Rua Frederico Steidel. Transfere-se para a cidade universitária, mas a biblioteca é desmembrada fisicamente do centro de estudos. Passam os áureos tempos do Instituto de Estudos Portugueses.

• Vendo, agora, a biblioteca com olhos mais críticos, me parecia um descalabro a situação das bibliotecas da USP, na área de Humanidades. Acesso fechado, instalações inadequadas, reduzido número de profissionais (uma das bibliotecas da FFCL está nas mãos de leigo), inexistência de serviço de referência (também para que? se o único direito do estudante era consultar o catálogo dicionário).

Os professores dessa área — quase todos têm preciosas coleções particulares — e a natureza do seu trabalho fazem-nos trabalhar sozinhos, num ambiente muito particular, talvez essa razão não os levasse a freqüentar a biblioteca e a sentir o seu drama.

Também, de outro lado, não havia nenhum serviço de disseminação de informação que lhes dissesse respeito, e as coleções sempre desatualizadas por falta de verbas. Era um círculo vicioso. Uma vez alguém da cúpula me disse que as bibliotecas da FFCL tinham "caveira de burro". Será?

A diferença das bibliotecas da FFCL (hoje Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas) com as da área biomédica, por exemplo, me impressionava muitíssimo. Estas últimas, razoavelmente bem instaladas, com o processamento técnico em dia, dando atenção devida ao usuário, até promovendo cursos de orientação bibliográfica; as outras, com feição de museus estáticos. O por que de tudo isso? Daqui originou o meu problema de pesquisa para futura tese de doutoramento.

A Biblioteca do IEP (hoje Centro de Estudos Portugueses) fora do convívio diário dos pesquisadores ficou um tipo de organismo amorfo, ligado fisicamente à Biblioteca do Depto. de Letras. Neste ponto, tive a oportunidade de poder me dedicar exclusivamente

Digitalizado gentilmente por:

ao ensino fui posta à disposição do Depto. de Biblioteconomia e Documentação da ECA/USP e, acumulativamente, exercendo funções docentes, em tempo parcial.

6.º) O CBD, depois de muito empenho e esforços, foi formado por D. Maria Luisa Monteiro da Cunha. Depois, Alfredo Hamar o sedimentou, introduzindo uma disciplina nova de Informática. Por exigências regimentais da USP, o CBD deveria ser coordenado pelo docente de maior título.

Por algum tempo fui a Coordenadora; depois, o CBD foi transformado em Departamento pela constituição do seu Conselho Departamental porque já podia contar com representantes de todas as categorias universitárias: de auxiliar dc ensino a titular. Hoje, mesmo não sendo da área profissionalizante, o Chefe do Depto. é o titular do Conselho: Prof. Dr. Egon Schaden.

• Para os que pensam que só lecionar num regime de tempo integral é moleza, tenho que mostrar também os percalços. São comissões de toda a sorte, principalmente a Comissão de Ensino; representações várias, como por exemplo, a do CRB-8; todas elas implicando em tempo para reuniões e atribuições em si de trabalho; o serviço à comunidade, que não se pode negar; as relações públicas a visitantes, dando mais trabalho os estrangeiros; a organização e coordenação de cursos de atualização, de seminários, de semanas de estudo, etc.; o comparecimento a eventos de classe, e mil coisinhas mais. E o principal, naturalmente: a preparação de aulas (graduação e pós-graduação), o assessoramento a alunos, a correção de trabalhos, e a nossa leitura e pesquisa.

• Não só a universidade exige ascendência à carreira docente, continuamente; mas nós mesmos sentimos um desejo íntimo de passar nossa experiência para diante, através da produção científica. Mas o docente-bibliotecário herdou o hábito das reuniões mil, dos afazeres dispersivos, e pouco tempo lhe sobra para escrever: coisa séria e não redundante. Depois, chega na hora dos formulários e questionários onde está a nossa produção científica?

• Num contexto assim, tive que preparar minha tese de doutoramento, num período de 5 anos, entre 1975 a 1980. Por insistência da Comissão, que Antonio Gabriel criara para reformular a revista da FEBAB, e por eu "ter mais tempo" — fiquei com a direção da revista e a trabalhosa tarefa de reformulá-la. Nunca imaginei quanto trabalho iria dar essa reformulação, que implicou em eu mesma ser redatora, revisora e fazer mil coisas mais. Senão tivesse tido a colaboração de Maria Angélica R. Quemel e Neide de Carvalho, que trabalharam independentemente com as tarefas espinhosas de secretaria, controle e distribuição da revista, não sei o que faria. Tive, também, outras colaborações efetivas de Inês Imperatriz, Laila Gebara, Toshiko e Rui Bianchi. Foi realmente uma parada dura pela falta de infra-estrutura da FEBAB e parcos subsídios financeiros. Mas a experiência valeu a pena, com um novo desafio no terreno da editoração e normalização bibliográfica, e os frutos colhidos compensaram a dor sentida

Digitalizado gentilmente por:

no parto de 6 números da *Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação,* numa moderna linha de comunicação visual.

• A tese, voltando a ela, foi também um capítulo de trabalho espinhoso, a começar pela série de peripécias para conseguir abrigo numa das unidades da USP que tivesse nível de doutorado. Fui aceita como orientanda do Prof. Dr. Segismundo Spina — Professor titular e chefe do Depto. de Línguas Clássicas e Vernáculos da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Embora tivesse que realizar cursos nesse Depto., foi-me permitido apresentar tese com temática de Biblioteconomia. Entremeada de várias digressões, que atrapalhavam, sobremaneira, a redação da tese pude apresentá-la, num parto dolorido — quase a forceps — em 1980, com o título: "A Biblioteca Universitária: O Estudante e o Trabalho de Pesquisa". Não saiu tão boa quanto eu queria, mas está aí nas estantes da ECA.

Suas recomendações finais, por enquanto não receberam eco. É o destino das teses...

• Entretanto, houve uma grande validade na obtenção do meu título de doutora: poder ministrar cursos de pós-graduação na USP e receber orientandos, tanto em nível de mestrado como de doutorado. Somente com as retribuições da USP: no máximo posso receber 8 orientandos, sendo dois, em cada ano. Como a ECA é a única, no momento, a poder oferecer curso de pós-graduação a nível de doutorado, estou tendo a oportunidade de ser a primeira professora de biblioteconomia a ter orientandos nesse nível. Por exemplo, Antonio Miranda e Cecília Oberhofer, do IBICT e Graça Maria Pisa, da Universidade Federal de Londrina.

• Não quero deixar escapar a oportunidade para mencionar as críticas de colegas sobre as facilidades do doutorado da ECA, num regime de aulas "de-fim-de-semana" como elas são taxadas. Na verdade, não existe facilidade, mas, sim, seleção rigorosa: são escolhidas pessoas de real capacidade e com independência intelectual para a pesquisa. Tem ficado bem claro que a minha especialidade recai numa faixa de Referência e Bibliografia e que existem pouquíssimas disciplinas que podem satisfazer as necessidades específicas de cada doutorando, na ECA.

A flexibilidade da USP, e seu interesse em particular, é dar certa liberdade ao doutorando para desenvolver seus problemas de pesquisa, por força de sua real tendência à investigação; pode ele receber outro tipo de orientação específica onde houver precisão, e necessariamente vinda de seu orientador de direito. Desta forma, o doutorando deve cumprir na USP duas disciplinas e outra, se o desejar, fora dela. Portanto, se ele não mora em São Paulo, volta para seu Estado e lá prepara seus seminários, estuda, lê, redige seu trabalho e dá conta das atividades programadas pelo seu orientador. Se ele residir em São Paulo, ou tiver uma bolsa, melhor: os colóquios com o orientador são constantes, as atividades programadas decorrem mais depressa, e ele pode se dedicar exclusivamente para a pesquisa

Digitalizado gentilmente por:

e desenvolvimento da sua tese. O bolsista é um raro felizardo!

• Como professor orientador, agora, as coisas se complicam para o professor universitário. Grande é sua preocupação com o decurso da vida acadêmica de cada orientando: a escolha das disciplinas, as atividades programadas, os exames de língua estrangeira e de qualificação, o acompanhamento da preparação da dissertação e/ou tese, etc. etc. E, por sua vez, ele tem ainda que continuar sua carreira docente. Desta feita, estou novamente empenhada em outra tese — agora, de livre-docência — cujo etma está à volta de "uma busca de modelo metodológico para o serviço de referência em biblioteca universitária".

• Veja-se a importância de um trabalho contínuo à volta de uma temática. Com a preparação da disciplina de pós-graduação "A Biblioteca Universitária e os Serviços aos Usuários", que me levou a intenso levantamento bibliográfico, para as suas várias unidades, acrescido ainda da contribuição da classe com os seminários debatendo temas propostas, tudo isso me deu a convicção de que o assunto merece mais um trabalho de grau. E a vida profissional, como docente continua, não obstante chegue minha aposentadoria, como bibliotecária, em janeiro de 1983.

RBBD — **Já que esta entrevista se transformou em "memórias", quais são as atividades paralelas que julga importante destacar para servir de mensagem a estudantes e bibliotecários?**

NDM — Bem, foram inúmeras e dariam outra novela. Mas vou destacar algumas delas:

1.º) A apresentação de trabalhos em congressos, onde se passa um "medão" de enfrentar o público, mas se desafia a timidez (é uma escola pessoal).

A 1.ª lição que aprendi ao apresentar o meu trabalho, no Congresso do Ceará, em 1963, representando a APB (Formação Integral do Bibliotecário-Documentalista), foi a de que é improcedente redigir um trabalho imenso, sem proposições para serem discutidas com o público. Também, foi importante reconhecer a oportunidade que tive de receber essa representação porque participava de uma Diretoria de associação. Recebi aí a influência de Zenobia de Mattos e Noemia Lentino.

2.º) Ter ministrado um "Curso de Emergência para Treinamento de Auxiliares de Bibliotecas" numa programação do Campus Avançado da USP, em Marabá, PA, em 1973. Foi uma oportunidade ímpar de vivenciar problemas sociais de uma região carente, que fazem despertar a consciência nacional de bibliotecários que somos de uma cidade de asfalto. A biblioteca pública que tive ocasião de criar com o trabalho dos alunos até me pareceu secundária diante de tantos problemas emergentes a serem solucionados nessa região.

3.º) Ter ministrado cursos de "Documentação Jornalística", por convênios da USP com o Maranhão por duas vezes, em São Luís, em 1973 e 1975. Senti que o bibliotecário pode contribuir com muita coisa a outros

Digitalizado gentilmente por:

profissionais. Decorrente das aulas práticas, os estudantes de Jornalismo puderam organizar arquivos de Jornal e TV e se responsabilizaram por revistas de suas repartições. Se incorri contra a profissão — como pensarão muitos colegas — foi por força da necessidade didática. No caso de Marabá, quem é que poderia ir trabalhar na biblioteca pública para ganhar Cr$ 30.000,00? O importante é divulgar conhecimentos bibliotecários. Essas minhas saídas de São Paulo, devem-se aos empurrões de Dna. Maria Antonieta Ferraz — então Coordenadora do CBD.

4.º) Ter criado o "Grupo de Trabalho em Bibliotecas de Ciências Sociais e Humanas (APB), em 1971, passando a conviver com bibliotecários da mesma área. A discussão de problemas comuns e o encontro de soluções para o controle bibliográfico é algo muito importante para o próprio desenvolvimento da biblioteconomia nacional e auto-especialização do bibliotecário. O trabalho associativo, além do maior entrosamento entre colegas, proporciona oportunidade das pessoas mostrarem suas tendências, seu valor, sua garra.

5.º) Ter saído um pouco da minha área de bibliotecas universitárias, enveredando para as bibliotecas infantis, quando aceitei ministrar umas palestras no curso "Em Busca do Jovem Leitor", (A Biblioteca Infantil Ativada), cuja promoção foi da CELIJU e Depto. de Bibliotecas Públicas Infanto-Juvenis da Prefeitura de São Paulo, em novembro de 1979. Daí, surge outra oportunidade de integrar a Comissão de Coordenação do "III Seminário Latino-Americano de Literatura Infantil e Juvenil", evento da VI Bienal Internacional do Livro, em agosto de 1980. Havendo também inspiração para se compor um número especial da RBBD sobre Biblioteca Infanto-Juvenil e Literatura Infantil Brasileira. No entanto, para mim, a melhor experiência foi conhecer bem de perto o profissional da área, não só bibliotecários, mas escritores e editores.

6.º) A oportunidade de participar de Bancas de Concurso, não só para provimento de cargo de bibliotecário como de defesas de teses e exame de qualificação e, ainda, das Comissões de Verificaçãode Cursos de Biblioteconomia (para o CFE), e que me deram amadurecimento para melhor compreender a biblioteconomia brasileira.

—o—

Enfim, tudo o que fiz foi válido, e nunca me arrependo de ter escolhido a biblioteconomia como área de estudos e trabalho.

Digitalizado gentilmente por:

Entrevista

RODOLFO TSUPAL, é Professor do Curso de Biblioteconomia, UNESP, Campus de Marília, S.P. RBBD entrevistou-o sobre a realização de sua pesquisa, na área de Biblioteconomia, em Portugal, nos meses julho, agosto e setembro de 1982.

Por que escolheu Portugal, para sua pesquisa?

Por existirem tantas semelhanças, afinidades e condicionamentos entre esse país e o Brasil, tais como a língua, literatura, história, costumes que, infelizmente, não foram ou não puderam ser explorados suficientemente nas últimas décadas. A literatura brasileira, por exemplo, após a Semana da Arte Moderna, tomou os seus rumos e o Portugal salazarista, por sua vez, não ofereceu condições para um intercâmbio intelectual e editorial. Hoje em dia, há mais interesse por parte de editores e escritores, de reatar os laços culturais. Por exemplo, o editor Sérgio Lacerda, da "Nova Fronteira", Rio de Janeiro, em um depoimento publicado no "Jornal de Letras, Artes e Idéias", Lisboa, julho 1982, analisa os entraves editoriais dos dois lados do Atlântico e aponta soluções para que se possa alcançar uma comunidade de língua portuguesa do futuro, incluindo os mercados africanos de expressão portuguesa.

Veja-se por outro lado, a iniciativa do poeta gaúcho Carlos Nejar que organizou uma antologia intitulada

Digitalizado gentilmente por:

"Poesia Portuguesa Contemporânea", publicada pela editora Ohno-Kempf, este ano, no Brasil.

Ainda uma contribuição recente, que considero de grande alcance é a da série de reportagens, publicada semanalmente, em "O Estado de S. Paulo" a partir de 16 de maio de 1982, intitulada "Escritor Português Hoje". A autora dessas reportagens, Cremilda Medina, entrevistou mais de 30 escritores, poetas, críticos e transmitiu os seus depoimentos para o leitor brasileiro.

Há também instituições que mantém intercâmbio cultural como Biblioteca Nacional de Lisboa, A Fundação Calouste Gulbenkian, por meio de doações de livros e várias outras instituições e associações.

Quanto às afinidades por um lado a falta de intercâmbio na área de Biblioteconomia, responde o bibliotecário português, Rodrigo Magalhães na entrevista que me concedeu em Lisboa, este ano e que está sendo publicada na Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação.

Escolhi, portanto, Portugal, para minha pesquisa por essas razões, acrescidas pela simpatia que nutro, há muito tempo, por esse país. Como também pela convicção de que os estudos de Biblioteconomia Comparada devem ser mantidos também entre os países chamados "em desenvolvimento".

Qual propósito da sua pesquisa em Portugal?

A pesquisa que fiz em Portugal é parte de um projeto sobre o papel cultural de Biblioteca Pública, incluindo relação de Literatura e o Leitor. Coletei dados, nas cidades de Lisboa, Porto e Coimbra.

A realização desse trabalho foi possível graças a concessão de uma bolsa de investigação pelo Instituto de Cultura e Língua Portuguesa/Ministério da Educação, Lisboa; CAPES/MEC, Brasília, e UNESP, São Paulo.

Os portugueses lêem?

Sim. Aliás, foi um dos meus pressupostos que, se o país possui uma literatura rica e profunda, deve também ter leitores, receptores e ecos dessa literatura.

Mas, primeiramente, há de se considerar que em 1970 o analfabetismo estava atingindo cerca de 25 em cada 100 portugueses adultos. Isto consistiu um dos obstáculos aos hábitos de leitura e ao fluxo de idéias. Outro obstáculo representavam os índices de livros proibidos. Depois de Abril 74, os editores começaram a lançar desde a literatura universal à subliteratura, pois havia leitores ávidos para tudo aquilo que antes era proibido ou controlado.

Nestes últimos anos apareceram várias pesquisas na área de sociologia da leitura, incluindo os estudos sobre a relutância do leitor português à leitura.

Resultados interessantes de pesquisa baseada numa amostragem das bibliotecas itinerantes da Fundação Gulbenkian, publicado por José Tengarrinha, demonstraram que, por exemplo, os grupos sócio-profissionais

Digitalizado gentilmente por:

tais como empregados de comércio, de escritório, domésticas, operários industriais e estudantes, lêem com maior freqüência Camilo Castelo Branco, Eça de Queirós e Júlio Diniz. Esta constatação pode ser verificada também nas estatísticas das bibliotecas públicas municipais, ora Eça assumindo o primeiro lugar nessas listas, ora acrescido por Herculano, em alguma região.

Os autores contemporâneos, como por exemplo, Namora, Torga, V. Ferreira, Abelaira são lidos mais pelos leitores de maiores níveis instrucionais.

Perguntei ao Dr. Orlando Vitorino, um dos Diretores das Bibliotecas Itinerantes da Fundação C. Gulbenkian, por que seus leitores liam quase exclusivamente autores portugueses, Resposta: "porque gostam de ler". O Dr. Vitorino, depois acrescentou que existe, em Portugal, e muitas vezes nos lugares afastados, pessoas que pertenciam a uma minoria qeu prima pelo aprofundamento espiritual. Este seria o segredo da raça portuguesa de ser o que ela é. E acrescentou que não há de se desprezar o fato que o país teve, na primeira metade do século poetas como: Teixeira de Pascoaes, Fernando Pessoa e José Régio.

Freqüentemente perguntava a mim mesmo se esse patrimônio literário português poderá ser usado algum dia pelos leitores comuns.

E as Bibliotecas?

O problema que logo senti, ao contactar com bibliotecas públicas, foi este: Como as bibliotecas podem executar a política e programas culturais sem possuir mecanismos ágeis de funcionamento? Em outras palavras, tive que indagar sobre os processos técnicos. Melhor, antes tive que pensar sobre a simples possibilidade de um leitor chegar a uma biblioteca.

O acesso às informações bibliográficas aos livros e documentos é geralmente prejudicado pelo excessivo controle. Os funcionários na portaria ou nas antes-salas das bibliotecas (que às vezes são instaladas em antigos conventos, claustros, palácios) se encarregam de fazer triagens e cumprir as ordens superiores. Parece haver, na estrutura mental dos portugueses, uma preocupação demasiada pela hierarquia. Um bibliotecário, em Lisboa, retrucou-me, ao emitir esta opinião, que não é tanto respeito aos regulamentos, mas medo de perder o emprego.

Os catálogos, destinados ao público, na maioria das bibliotecas públicas, indicam, sumariamente, autores e títulos. Os catálogos de assunto são raros. Pode ocorrer que haja várias formas de catálogos, numa biblioteca, incompatíveis entre si, isto devido à sua herança do passado. Quanto à colocação de livros nas estantes, o tamanho dos volumes ainda é um dos fatores determinantes. Ainda que se introduza uma classificação decimal o "endereço" do livro ainda estaria expresso topográficamente.

Em 1980, por força de lei, começou a ação normativa da ficha catalográfica para o âmbito nacional. Coube à Biblioteca Nacional elaborar e distribuir as fichas catalográficas pelas Bibliotecas públicas do país. Em ou-

Digitalizado gentilmente por:

tras palavras, o "Projeto de Regras Portuguesas de Catalogação" da Comissão Técnica Portuguesa de Normalização de Documentação (1975), representou um passo para fortalecimento da infraestrutura técnica das bibliotecas.

Quanto à classificação e à indexação, ainda não há um consenso nacional.

Uma grande parte dos acervos das bibliotecas as quais contactei está fora do alcance do usuário. Há poucos instrumentos de busca, o que dificulta a pesquisa bibliográfica e limita as opções do leitor. Falo sobre pesquisa bibliográfica, pois a grande maioria dos utentes das bibliotecas públicas são estudantes.

A prática do livre acesso às estantes parece impossível para a maioria dos responsáveis das bibliotecas públicas, especialmente aquelas beneficiadas pelo Depósito Legal. O retrato, às vezes, é triste: sala de leitura, rodeada de estantes altas, fechadas, graves. Os livros, assim, perdem sua significação, sua identidade, sua proximidade para com o leitor.

As bibliotecas das autarquias têm maior liberdade administrativa, tanto no angariar fundos financeiros para aquisição, de novas obras, como para conseguir a participação da comunidade na determinação da política cultural e educativa da biblioteca.

Por outro lado, desenvolvem-se serviços e programas tais como: empréstimo domiciliar; bibliotecas móveis; bibliotecas itinerantes; doações de pequenas coleções aos asilos, prisões, escolas; bibliotecas infantis, biblioteca Braille, salas exclusivas para os estudantes. Existem fatores positivos no ambiente bibliotecário português, como por exemplo, o nível intelectual do bibliotecário formado, o respeito na biblioteca manifestado pelo silêncio, participações nas programações dos eventos culturais, exposições e outras atividades comunitárias.

Entrevistando o Dr. Thomás Machado, Diretor do Instituto Português do Patrimônio Cultural, órgão que fornece diretrizes da política cultural, do qual dependem tecnicamente todas as bibliotecas municipais, estatais e privadas, resumiu a problemática das bibliotecas desta forma: (a) recursos humanos, (b) espaço físico, (c) insuficiência de verbas e (d) herança do passado (acervo antigo, técnicas antiquadas). Refiro-me ainda que, atualmente, está em processo um levantamento da infra-estrutura bibliotecária, em todo o país. É um trabalho de grande vulto que permitirá, após o estudo-diagnóstico, dar subsídios para formulações políticas de informação e traçar planos de desenvolvimento para as bibliotecas de todos os tipos. Esta pesquisa é patrocinada pelo Instituto Português do Patrimônio Cultural, e executado pela dinâmica Associação Portuguesa dos Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas, assessorada pela consultoria do Dr. J. S. Parker da Library Development Consultants, Inglaterra.

A Formação do Bibliotecário em Portugal é semelhante à do Brasil?

Um bibliotecário formado em Portugal, terá que passar por um Curso Superior de Bibliotecário e Arquivis-

Digitalizado gentilmente por:

ta, após a conclusão de licenciatura em qualquer área do ensino superior Para nós no Brasil, seria uma espécie de especialização. Este curso iniciou-se na Faculdade de Letras em Coimbra, em 1930, e atualmente está em transição tanto para uma nova denominação, que será "Curso de Ciências Documentais", como também em transição para um novo local em Lisboa. Os créditos são integralizados em dois anos, no regime de 8 horas semanais.

A Associação Portuguesa de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas, sediada na BN, Lisboa, que praticamente cuida de todos os setores da vida bibliotecária, orienta esse curso superior, como também promove cursos a nível de 2.º grau de Técnico Auxiliar, com duração de 3 meses, com 4 horas de aula por dia.

Se considerarmos o número de associados, aproximadamente 600 sócios, incluindo Bibliotecários, Arquivistas, Documentalistas e Técnicos Auxiliares, e considerarmos que a população do País é de aproximadamente 9 milhões de habitantes, e que o número de bibliotecas existentes (de acordo com o Anuário Estatístico de Portugal — 1979) é de 1.169 Bibliotecas, podemos sentir o problema da carência de recursos humanos. Os bibliotecários portugueses têm, entretanto, uma facilidade de obter a colaboração dos técnicos e especialistas europeus, notadamente ingleses, para ministrar cursos, proferir conferências, fornecer literatura especializada, a fim de se influir na sua formação, também.

Termino aqui, ciente da possível parcialidade no omitir os juízos e da fragmentação dos assuntos tratados.

Digitalizado gentilmente por:

Entrevista

(Entrevista concedida a Rodolfo Tsupal, em Lisboa, em setembro de 1982)

RODRIGO MANUEL MAGALHÃES, M. A. (Biblioteconomia) pela Escola de Biblioteconomia de Leeds, Grã-Bretanha. Bibliotecário do British Council, Lisboa. Membro do Conselho Directivo Nacional da Associação Portuguesa de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas, onde é responsável pela Comissão Editorial.

Diga-nos algo sobre o intercâmbio entre Portugal e o Brasil no campo das publicações de literatura técnica, em biblioteconomia.

Em primeiro lugar, quero agradecer-lhe esta oportunidade que me dá para eu me dirigir aos colegas brasileiros, pelos quais tenho muita admiração, pela maneira notável como conseguiram fazer desenvolver a profissão, nas últimas décadas. Em segundo lugar, devo dizer-lhe que esta entrevista vai ser um pouco "magra" de substância, mas, infelizmente, o facto é que o tema escolhido — relações entre Portugal e o Brasil no campo da biblioteconomia e documentação — não tem, por enquanto, muito para dizer...

O intercâmbio de literatura técnica que até agora tem havido, resume-se quase exclusivamente às Actas de Congressos ou Encontros e à permuta de algumas publicações periódicas. Contudo, é um intercâmbio automático e sem intenção de estabelecer laços de cooperação.

A Comissão Editorial da actual direcção da Associação de Bibliotecá-

Digitalizado gentilmente por:

rios, Arquivistas e Documentalistas (BAD) tem planos para iniciar um intercâmbio muito mais intenso. Já pedimos à Associação dos Bibliotecários do Distrito Federal, em Brasília, o favor de nos enviar uma lista de todas as escolas de biblioteconomia/documentação, bem como de todas as Associações de Bibliotecários do Brasil, a fim de começarmos o envio regular do boletim informativo da nossa Associação — NOTICIA BAD — e todo o material publicitário da nossa actividade editorial. Por outro lado, a Comissão Editorial da BAD vai rea reactivar a publicação do periódico Cadernos de Biblioteconomia Arquivística e Documentação, até agora editados por um grupo de bibliotecários da cidade de Coimbra, mas que, por razões de vária ordem, não saía desde 1977. Esta quebra certamente que não ajudou à manutenção e fortalecimento do intercâmbio de literatura técnica entre Portugal e o Brasil, pois Cadernos BAD tinham já alguma penetração no mercado profissional brasileiro. Posso dizer-lhe, desde já, que é nossa intenção fazer uma grande campanha publicitária, por altura do reaparecimento de Cadernos BAD sob a nova direcção e que, grande parte dessa campanha será dirigida para o Brasil, onde esperamos vir a encontrar ou reencontrar um forte grupo de assinantes.

Quais as contribuições de autores portugueses e brasileiros em publicações especializadas de ambos os países?

Nos últimos anos não me lembro de qualquer contributo de um autor português publicado no Brasil. Há já alguns anos o Dr. Jorge Peixoto publicou aí alguns trabalhos, mas além disso, penso que não houve mais contribuições significativas. Quanto à contribuição de autores brasileiros, ela resume-se às comunicações apresentadas nos Encontros de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas. Em 1979, altura do último Encontro B.A.D., tivemos duas comunicações de bibliotecários brasileiros — Nylma Thereza S. Velloso Amarante e António Gabriel — que são um contributo importante, para dar a conhecer aos profissionais portugueses, as linhas gerais da organização da biblioteconomia e documentação no Brasil.

Bom, nesta altura e graças à sua vinda a Portugal, vamos ter mais um contributo de um autor brasileiro na nossa literatura periódica. Refiro-me ao artigo que o Rodolfo Tsupal escreveu, baseado nas visitas que fez a algumas bibliotecas públicas em Portugal e que amavelmente cedeu para publicações em NOTICIA BAD.

A produção literária na área da biblioteconomia / documentação, no Brasil é muito mais vasta do que em Portugal, quer no que respeita a traduções ou a trabalhos originais. Assim, eu penso que, do tanto que se publica no Brasil, muita coisa deve interessar certamente aos profissionais portugueses. Mas uma condição essencial para começar este intercâmbio, é nós sabermos aqui, exactamente o que se está a publicar no Brasil e, até agora, esse fluxo de informação bibliográfica não se tem verificado.

Nos últimos meses, contudo, parecem ter-se aberto algumas portas para um princípio de intercâmbio de

Digitalizado gentilmente por:

publicações. O Professor Briquet de Lemos autorizou a BAD a traduzir uma pequena monografia de sua autoria e publicada originalmente nos Estados Unidos da América. Trata-se de "A Portrait of Librarianship in Developing Countries", que esperamos fique pronta para publicação e distribuição em princípios do próximo ano. Além disto, a Comissão Editorial da BAD estabeleceu contacto com uma editora em Lisboa, mas com uma forte representação no Brasil, para serem editadas, em regime de cooperação, algumas obras no campo da biblioteconomia e documentação. Esta iniciativa vai já arrancar com a tradução de um livro intitulado "The Chaning Context of Information" de Kevin McGarry.

Quais as restrições portuguesas quanto à redacção de textos brasileiros?

Este assunto é um pouco delicado e eu devo dizer que vou responder com uma opinião muito pessoal e que não pretende representar, de modo nenhum, uma opinião generalizada.

Eu sinto que existe uma atitude quase tradicional, em Portugal, de se "torcer o nariz" perante a redacção de um texto brasileiro, especialmente no que concerne a traduções. Uma opinião é a de que as traduções feitas no Brasil, (particularmente do inglês dos EUA) são de leitura difícil pois empregam uma terminologia técnica pouco controlada, dando origem a significações ambíguas. Uma outra opinião refere-se ao pouco cuidado com que são editados certos textos brasileiros, apresentando construções gramaticais difíceis de entender. Todavia, acho que os colegas brasileiros sabem bem distinguir os bons dos maus textos publicados no Brasil e que com a colaboração deles, nós em Portugal poderíamos deixar de comprar aquilo que não é bom. Acho mesmo que, certos pruridos relativos à "defesa da pureza da língua" deveriam ser deixados para segundo plano, se não for por outras razões, ao menos pela extrema carência de literatura técnica na área da biblioteconomia e documentação, que vivemos em Portugal.

Tem havido, ultimamente, um certo movimento em Portugal, no sentido de se promover uma muito maior aproximação entre os dois países no campo das letras (ver, por exemplo, "Jornal de Letras", n.º 39 de 17-8-82, inteiramente dedicado à cultura brasileira) que espero vir a ter uma influência decisiva em áreas técnico-profissionais, como a nossa.

Qual a imagem da biblioteconomia brasileira em Portugal?

Uma resposta rápida a esta pergunta seria que, não me parece existir um consenso entre os profissionais portugueses sobre uma "imagem" da biblioteconomia brasileira. Isto deve-se, exclusivamente, à enorme falta de contactos entre os profissionais de ambos os países.

Sobre este assunto, devo referir um artigo de Maria Isabel Férin "Biblioteconomia no Brasil e em Portugal: uma aproximação", publicado no boletim Informaciones FID/CLA de Outubro 81 — Março 82 e reproduzido no NOTICIA BAD de Julho-Setembro

Digitalizado gentilmente por:

82, o qual reflecte uma opinião de uma bibliotecária portuguesa sobre os seus pares brasileiros. Considero-o um artigo importante porque abre mais uma porta para um conhecimento melhor da profissão em ambos os países. A questão da "imagem" liga-se necessariamente ao tipo de formação e, conseqüentemente, com a "sociologia" da profissão, num dado local ou país. Conforme explica Isabel Férin, a formação do bibliotecário no Brasil é muito mais técnica e virada para a resolução de problemas imediatos o que, em termos da profissão em Portugal, talvez torne o bibliotecário brasileiro um técnico mais especializado do que o português, o qual tem, por sua vez, uma formação geral mais alargada.

Há perspectivas de cooperação entre os dois países?

Há dois campos distintos, em que a cooperação é possível e deve, a meu ver, começar a ser encarada seriamente, desde já, pelas pessoas com poder de decisão nos dois países. Primeiro, no campo editorial, como já havia referido acima, a Comissão Editorial da BAD já começou a explorar alguns caminhos, mas, do lado português existem outras instituições directa ou indirectamente ligadas à biblioteconomia/documentação, como por exemplo as universidades, que podem explorar outras vias para trazer para Portugal aquilo que de melhor se está a publicar no Brasil.

As co-edições são uma área que deve ser estudada, pois interessaria aos dois países, por diversas razões, das quais as mais importantes são (a) a oportunidade para uma troca de experiências entre biblioteconomias com influências diferentes (americana no Brasil e europeia em Portugal) e (b) uma maior viabilização econômica das edições. Esta última razão será, porventura, mais importante para Portugal em virtude da pequenês do nosso mercado interno para publicações técnicas. O mercado potencial para tais co-edições passará ainda pela necessidade crescente de literatura e informação técnica dos novos países africanos de expressão portuguesa, com os quais Portugal tem já estabelecidas relações de cooperação.

A outra área de possível cooperação entre Portugal e o Brasil é, sem dúvida, a do ensino. O curso de formação em biblioteconomia/documentação da Universidade de Coimbra está a ser reestruturado, com a introdução de um programa de estudos muito actualizado e prevê-se para muito breve a criação de um curso semelhante na Universidade de Lisboa. Por outro lado, o programa de cursos de curta duração para reciclagem e especialização, organizados pela BAD, tem vindo a alargar-se ano após ano. Para toda esta actividade formativa são necessários técnicos competentes e actualizados. Em Portugal, há uma grande falta de docentes com experiência e essa falta terá que ser suprida, em parte, por pessoal vindo do estrangeiro. Com a proliferação das escolas de biblioteconomia no Brasil, certamente que aí haverá professores interessados em prestar a sua colaboração, em esquemas que poderiam ir desde a contratação de um professor por um ou dois anos lectivos para uma só escola, até a contratos de muito

Digitalizado gentilmente por:

mais curta duração — três ou quatro semanas — para a realização de seminários de preparação dos professores portugueses. Esta última modalidade teria a vantagem de beneficiar mais pessoas, de vários pontos do país.

A cooperação entre o Brasil e Portugal nas áreas da biblioteconomia e documentação é possível e é necessária, pois tenho a certeza que seria benéfica para ambas as partes. Assim, é preciso que os profissionais nos dois lados do Atlântico e dentro das suas esferas de acção e influência façam com que a cooperação aconteça — troca de publicações, intercâmbio de pessoas a todos os níveis, convites para participação em congressos, reuniões e seminários, bolsas de estudo e tudo o mais que possa promover um crescimento conjunto dentro desta nossa área de trabalho.

Digitalizado gentilmente por:

Legislação

Reclassificação dos Bibliotecários

A exposição de motivos n.º 243/82 referente ao anteprojeto de Real Classificação dos Bibliotecários, foi encaminhado pelo Gabinete Civil da Presidência da República à Secretaria de Planejamento — SEPLAN — em data de 29 de outubro p. passado através do aviso n.º 593 de 27 do mesmo mês.

No Ofício — Circular CFB N.º 036/82, o Coordenador da Comissão de Divulgação do CFB, ressalta que cabe agora trabalharmos junto à Assessoria do Sr. Ministro Delfim Neto no sentido de agilizar a tramitação desse processo de máximo interesse de nossa classe junto àquele órgão.

CFB — Resolução n.º 289/82

Anuidades e taxas a serem cobradas pelos Conselhos Regionais de Biblioteconomia

O CONSELHO FEDERAL DE BIBLIOTECONOMIA, no uso das atribuições que lhe conferem a Lei n.º 4.084, de 30 de junho de 1962, regu-

Digitalizado gentilmente por:

lamentada pelo Decreto n.º 56.725, de 16 de agosto de 1965, CONSIDERANDO que a Lei n.º 6.994, de 26 de maio de 1982 dispõe sobre a fixação do valor de anuidades e taxas devidas aos órgãos fiscalizadores do exercício profissional;

CONSIDERANDO ser atribuição do Conselho Federal de Biblioteconomia a fixação desses valores;

CONSIDERANDO o decidido pelo Plenário em Sessão realizada no dia 29 de outubro de 1982, resolve:

Art. 1.º — O valor de anuidade de pessoa física, no ano de 1983, será de Cr$ 12.000,00 (doze mil cruzeiros)

Art. 2.º — O valor da anuidade para pessoa jurídica será cobrado nos termos da Lei n.º 6994/82, de acordo com as seguintes classes de capital social:

até 500 MVR	2 MVR
acima de 500 até 2.500	3 MVR
acima de 2.500 até 5.000	4 MVR
acima de 5.000 até 25.000	5 MVR
acima de 25.000 até 50.000	6 MVR
acima de 50.000 até 100.000	8 MVR
acima de 100.000 MVR	10 MVR

Parágrafo Único — A anuidade para filiais ou representações de pessoas jurídicas, instalada em jurisdição de outro Conselho Regional que não o de sua sede, corresponderá a 50% (cinqüenta por cento) do valor devido pela matriz.

Art. 3.º — O pagamento da anuidade poderá ser efetuado, nos termos da Lei n.º 6.994/82, até 31 de março, com desconto de 10% (dez por cento) ou em 3 (três) parcelas iguais sem desconto, vencíveis em 31 de março, 30 de abril e em 31 de maio.

Art. 4.º — Em caso de atraso, e nos termos da Lei n.º 6.994/82, serão observados os seguintes acréscimos: a) correção de acordo com os índices da ORTN; b) multa de 10% (dez por cento); c) juros de 12% (doze por cento), calculados sobre o valor corrigido.

Art. 5.º — Quando do primeiro registro, tanto de pessoa física, como de pessoa jurídica, a anuidade correspondente será a tantos duodécimos quantos forem os meses não vencidos do exercício.

Parágrafo Único — É facultado ao Conselho Regional conceder isenção da anuidade do respectivo exercício, quando do registro do profissional comprovadamente carente.

Art. 6.º — Os valores das taxas correspondentes aos serviços relativos a atos indispensáveis ao exercício da profissão, restritos à pessoa física serão os seguintes:

a) Inscrição — 30% do valor da anuidade;

b) Expedição de Carteira Profissional — 10% do valor da anuidade;

c) Expedição da 2.ª via da Carteira Profissional ou sua substituição — 30% do valor da anuidade;

d) Certidões — 10% do valor da anuidade.

Art. 7.º — Os valores das taxas correspondentes aos serviços relativos a atos indispensáveis às atividades das

Digitalizado gentilmente por:

pessoas jurídicas serão os seguintes:

a) Inscrição — 1 MVR

b) Certidões — 0,2 MVR

Art. 8.º — Esta resolução entrará em vigor no dia 1.º de janeiro de 1983, revogadas as disposições em contrário, notadamente a Resolução n.º 288/82.

Brasília, 29 de outubro de 1982.

MARIA LUCIA PACHECO DE ALMEIDA
Presidente do CFB
CRB — 2/4

MARIA LUCIA V. COELHO
1.ª Secretária do CFB
CRB — 2

CURRÍCULO MÍNIMO DE BIBLIOTECONOMIA

Foi aprovado em 01/09/82, pelo Conselho Federal de Educação — CFE, novo Currículo Mínimo para o Curso de Biblioteconomia. A proposta de reformulação do Curíículo Mínimo quc fora homologado em 1962, tevc por base os trabalhos das Comissões de Currículo da ABEBD composta por professores de várias Escolas de Biblioteconomia do país. Por ocasião do Seminário de Currículo do Projeto OEA/1979, coordenado pela professora Nice Figueiredo na Universidade Brasília, a então presidente da ABEBD, professora Regina Célia Montenegro de Lima, procurou a SESU/MEC para dar encaminhamento a proposta das Comissões de Currículo da ABEBD presididas pela professora Relinda Kohler. Com esta finalidade foi criado um Grupo de Trabalho com elementos da SESU/MEC e com professores de várias Instituições de Ensino Superior — URGS, UFPr, UFSC, UFMG, UFPb, USP, NnB, IBICT. A proposta encaminhada pela SESU/MEC ao CFE, resultou de amplo, cuidadoso e criterioso trabalho deste grupo incorporando as sugestões das trinta IES e procurando compatibilizar idéias. Esta proposta com modificações, que não alteraram suas diretrizes e objetivos tramitou na sessão Plenária do CFE no início de setembro, tendo sido aprovada para entrar em vigor no prazo máximo de dois anos a partir da data de sua publicação no Diário Oficial da União. O prazo mínimo de conclusão do curso passa a scr de quatro anos, com carga horária mínima de 2500 horas/aula, o que levará o DASP a reclassificar o bibliotecário de NS1 para o nível inicial NS5. A professora Esther de Figueiredo Ferraz, Ministra da Educação e Cultura, homologou o novo Currículo Mínimo, que foi aprovado no dia 01/09/82, em reunião a que esteve presente a professora Cléa Dubeux Pinto Pimentel, atual presidente da ABEBD.

Anteprojeto de Lei de Reclassificação de Cargos da Classe Bibliotecária

O Conselho Federal de Biblioteconomia, o Conselho Regional de Biblioteconomia — 1.ª Região, a Associação dos Bibliotecários do Distrito Federal e o Departamento de Biblioteconomia da UnB, há muito, vêm lutando junto ao DASP para a revisão dos níveis salariais do Bibliotecário, no serviço público.

Digitalizado gentilmente por:

Após a aprovação do Currículo Mínimo de Biblioteconomia, pelo Conselho Federal de Educação, e homologação pelo Ministério da Educação e Cultura, foi possível agilizar junto ao DASP aquela reivindicação.

No dia 25 de outubro, foi encaminhado à Presidência da República, através de Exposição de Motivos n.º 243, de 22/10/82 o Anteprojeto de Lei de Reclassificação de Cargos da Classe Bibliotecária, tendo como carreira inicial, o NS-5 e terminando no NS-25.

O referido anteprojeto será encaminhado da Presidência da República à SEPAN, onde receberá pronunciamento, retornando então à Presidência da República que o enviará à Câmara dos Deptuados, onde terá tramitação ordinária de Lei.

PARECER N.° P-220

N.º P-020, de 21 de julho de 1982. "Aprovo. Em 02/08/82."

CONSULTA: *10/C/82 (P.R. n.º 2.842/82.)*

ASSUNTO: *Pedido de reexame do Parecer CGR H-382, formulado pelo Conselho Federal de Biblioteconomia.*

EMENTA: *"A Lei n.º 4.084, de 1962, não tornou* privativas *dos bacharéis em Biblioteconomia as funções de direção dos serviços de documentação. É aconselhável, entretanto, o recrutamento entre aqueles que tenham a qualificação de que trata a referida Lei."*

— Confirmação do entendimento.

PARECER N.º P-020

Em ofício dirigido ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República e que o Senhor Ministro Chefe do Gabinete Civil encaminhou, de ordem, a esta Consultoria Geral, solicita a Presidência do Conselho Federal de Biblioteconomia

> *"... o reexame do Parecer CGR-382-H de 18/08/1966, no sentido de ser exigida a apresentação do diploma de Bacharel em Biblioteconomia nos atos da posse, sejam em cargos de direção ou de carreira de bibliotecário, nas bibliotecas, serviços e centros de documentação do país."*

II

No referido Parecer 382-H, emitido em 18 de agosto de 1966 e aprovado por despacho presidencial de 2 de setembro subseqüente, com publicação no *"Diário Oficial"* de 8 dos mesmos mês e ano, o então Consultor-Geral da República, insigne Doutor Adroaldo Mesquita da Costa, examinou representação que a Associação dos Bibliotecários do Distrito Federal oferecia contra a nomeação, para os cargos de Diretor do Serviço de Documentação do Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP) e do Ministério da Saúde, de funcionários não qualificados como *"Bacharéis em Biblioteconomia"*, o que, no

Digitalizado gentilmente por:

entender daquela Associação, infringia o disposto no artigo 6.º da Lei n.º 4.084, de 30 de junho de 1962, *verbis:*

> *"São atribuições dos Bacharéis em Biblioteconomia, a organização, direção e execução dos serviços técnicos de repartições públicas federais, estaduais, municipais e autárquicas e empresas particulares concernentes às matérias e atividades seguintes:*
>
> . . . . . .
>
> d) *a organização dos serviços de documentação."*

O DASP se manifestava pela improcedência daquela representação, argumentando:

> *"Como se pode verificar, a Lei 4.084/62 não estipula que o provimento dos cargos de Direção de Serviços de Documentação seja* privativo *dos portadores do diploma de Biblioteconomia, conforme o faz o art. 3.º em relação ao preenchimento dos cargos da série de classe de Bibliotecário e Documentarista. Para esses casos sim, não se poderia, após a data da Lei, permitir o ingresso, sem a apresentação do diploma mencionado. No entanto, o mesmo não acontece para o provimento dos cargos em comissão de direção intermediária de Diretor do S.D.; nesse caso a Lei* apenas *diz que será uma das* atribuições *dos portadores daquele documento o exercício do cargo de Direção do S.D. Observe-se, portanto, que a Lei, usando a expressão da forma que o fêz, veio* apenas *evidenciar que do exercício do cargo em comissão aludido não se origina qualquer desvio de atribuições e, por outro lado, nos casos de requisição, que existe perfeita correlação entre o cargo de Bibliotecário ou Documentarista e o em comissão, de Diretor do Serviço de Documentação."* (os destaques são do original).

Acolhendo a interpretação do DASP, o então titular desta Consultoria Geral aduziu razões de convencer-se, valendo destacar:

> *"5. O diploma legislativo em causa, regulamentador de profissão, em seu art. 6.º, relacionou os encargos atribuíveis aos Bacharéis em Biblioteconomia, incluindo, entre outros, os referentes à organização e direção dos serviços de documentação. Não deu exclusividade aos ocupantes de cargos de Bibliotecário e Documentarista, pelo menos isso não ficou expresso na Lei e, como é sabido, onde a Lei não distingue, ao intérprete não será lícito distinguir.*
>
> *6. Vê-se do próprio diploma legislativo em questão que, quando quis estabelecer norma nesse sentido, o fêz expressamente, como, por exemplo, no art. 1.º, ao declarar ser a designação profissional de Bibliotecário,* privativa *dos bacharéis em Biblioteconomia, ou como no art. 3.º, em relação ao preenchimento dos cargos da série de classes de Bibliotecário e Do-*

Digitalizado gentilmente por:

cumentarista, em que exige peremptoriamente o diploma para aquele fim.

7. Demais disso, como bem salienta o Senhor Diretor-Geral do DASP, em sua Exposição de fls., as tarefas afetas ao dirigente do Serviço de Documentação, muitas vezes envolvem conhecimentos que excedem às atribuições próprias daqueles cargos, como, aliás, acontece em relação àquele Departamento consoante normas do Regimento baixado com o Decreto n.º 41.955/57."

Finalizou aquele Parecer por, tendo de recusar a pretendida exigibilidade de diploma de Bacharel em Biblioteconomia para a direção de Serviços de documentação, admitir apenas aconselhável aos órgãos de Administração Pública *"sempre que possível"* investirem em cargos de direção da especialidade servidores com o referido título.

Ao postular o reexame dessa orientação normativa, o CFB diz tratar-se de *"uma questão de semântica"* e alega que

> *"A lei não distinguiu credenciamento no artigo 6.º, porque no artigo 3.º e, porque, segundo os Léxicos, o vocábulo* "atribuições" *significa prerrogativos, privilégios, competências, direitos e poderes (Dic. Caldas Aulete, 1958, v. I, p. 533). Além do mais, é pacífico o entendimento de que o Presidente da República não iria promulgar uma Lei e regulamentá-la, para tornar os elemntos de uma classe subalternos de leigos, por mais cultos que sejam. Técnicas são aprendidas em cursos, cultura é adquirida durante a vida de qualquer cidadão, não é apanágio de nenhuma classe e ela só não basta para dirigir entidades técnicas e científicas, em nenhuma parte do mundo civilizado."*

III

Importa, para o exame do alegado em oposição ao Parecer H-382, transcrever o disposto no artigo 3.º da Lei n.º 4.084, reguladora da profissão:

> *"Para o provimento e exercício de cargos técnicos de Bibliotecários e documentaristas, na Administração pública, autárquica, paraestatal, nas empresas sob intervenção governamental ou nas concessionárias de serviço público, é obrigatória a apresentação do diploma de bacharel em Biblioteconomia, respeitados os direitos dos atuais ocupantes efetivos.*
>
> *Parágrafo único. A apresentação de tais documentos não dispensa a prestação do respectivo concurso, quando este for exigido para o provimento dos mencionados cargos."*

Esse dispositivo da Lei surgida em 1962, reservando aos bacharéis em Biblioteconomia os **"cargos técnicos** *de Bibliotecários e documentaristas"*, referiu-se desenganadamente a cargos de provimento efetivo ou empregos permanentes, como, **v.g.,** os cargos das séries de classe de Bibliotecário e de

Digitalizado gentilmente por:

Documentarista então existentes nos Quadros da Administração Federal Direta e Autárquica, de provimento efetivo, não aos cargos de confiança, como já o eram de direção, inclusive os de Direção de Serviços de Documentação.

Por isso, obviamente, cuidou a Lei, no particular, de ressalvar os direitos dos então *"ocupantes efetivos"* daqueles cargos.

Quanto à *"direção dos serviços de documentação"*, coube figurar no elenco do artigo 6.º da Lei n.º 4.084, relativo a *"atribuições"* dos bacharéis em Biblioteconomia, por eles exercitáveis, *mas não deles privativas* como as dos cargos efetivos por força da expressa preceituação do artigo 3.º

Para preenchimento das funções de **Direção e Assistência Intermediárias,** em unidades dos serviços de documentação da Administração Federal direta e autárquica, o requisito de ser o servidor bacharel em Biblioteconomia ou amparado pela ressalva do artigo 3.º, **in fine,** da Lei n.º 4.084, veio a decorrer de, na implantação do sistema da Lei n.º 5.645, de 1970, o Decreto n.º 72.912, de 10/10/1973, ter vinculado tais funções à titularidade de cargos efetivos, da Categoria Funcional correlata (art. 12 do Dec. cit.).

Mas, quando se trate de cargos em comissão ou funções de confiança de **Direção e Assessoramento Superior,** o Decreto n.º 71.235, de 10/10/1972, não subordina seu preenchimento à apresentação de diploma, nem à titularidade de cargo ou emprego efetivo, respeitando a discricionariedade do Presidente da República e demais autoridades competentes para a escolha sob o critério da confiança, em harmonia com a diretriz do artigo 3.º, I, da Lei n.º 5.45, de 1970:

"Art. 3.º Segundo a correlação e afinidade, a natureza dos trabalhos ou o nível de conhecimentos aplicados, cada grupo, abrangendo várias atividades, compreenderá:

I — Direção e Assessoramento Superiores: os cargos de direção e assessoramento superiores da Administração cujo provimento deva ser regido pelo critério de confiança, segundo for estabelecido em regulamento.

. . . . . "

Essa discricionariedade só pode se estreitar, relativamente a tais cargos ou funções, de confiança, se ocorre uma como que auto-limitação em texto regimental, do que não se tem notícia em caso qualquer de Direção de Serviços de Documentação, pelo menos na Administração Federal.

E é facilmente compreensível que nem a lei nem os instrumentos regulamentares tenham imposto ao Presidente da República ou demais autoridades competentes escolher necessariamente dentre bacharéis em Biblioteconomia quem deva dirigir os Serviços de Documentação, pois a complexidade cultural, administrativa e política dos encargos inerentes à direção superior desses órgãos, consideradas as peculiares finalidades das instituições, em cada caso, exige atribu-

Digitalizado gentilmente por:

tos pessoais diversos dos dedutíveis da só obtenção do diploma de Bibliotecário.

IV

Em conclusão, improcede o pedido de revisão do Parecer n.º H-382, desta Consultoria Geral.

Sub censura.

Brasília, em 21 de julho de 1982.

PAULO CESAR CATALDO
Consultor Geral da República.
(D.O.U., de 4-8-82)
P. 14451.2

Projeto de Lei Complementar N.° 21, de 1982

Dispõe sobre a alteração, reorganização e criação de cargos do Quadro da Secretaria do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo. Nos artigos 4.º, 5.º e 6.º os cargos de bibliotecários, chefe e encarregado, passam a denominar-se respectivamente Pesquisador de Biblioteconomia e Pesquisador de Documentação.

Portaria N.° 091, de 27 de Julho de 1982

O Secretário de Informática, em conformidade com o disposto no art. 3.º, do Decreto n.º 84.067, de 08 de outubro de 1979,

RESOLVE:

Art. 1.º — Alterar a periodicidade do Concurso Nacional de Monografias sobre Informática, instituído pela Portaria n.º 03, de 30 de março de 1981, estabelecendo a sua realização de dois em dois anos.

Art. 2.º — Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

OCTAVIO GENNARI NETTO
Secretário de Informática
(Of. n.º 485/82).
(D.O.U., de 29-7-82, p. 14089)

Mensagem N.° 78, do Sr. Governador do Estado

De acordo com a Constituição do Estado, o Sr. Governador vetou totalmente, por inconstitucional, o Projeto de Lei Complementar n.º 30, de 1981, que altera a denominação e a amplitude dos vencimentos de cargos e funções-atividade do Quadro da Secretaria do Tribunal de Alçada Criminal.

Os artigos 1.º, 2.º, 3.º e 4.º do Projeto alteravam a denominação e elevavam os vencimentos dos vários cargos entre eles o de Bibliotecário-chefe (que passaria a denominar-se "Escrevente").

(D.O.E., Seção I, de 17-6-82, 38).

LEI N.° 6.994 - 26/maio/1982

Dispõe sobre a fixação do valor das anuidades e taxas devidas aos órgãos fiscalizadores do exercício profissional, e da outras providências.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta, e eu sanciono a seguinte Lei:

Digitalizado gentilmente por:

Art. 1.º — O valor das anuidades devidas às entidades criadas por lei com atribuições de fiscalização do exercício de profissões liberais será fixado pelo respectivo órgão federal, vedada a cobrança de quaisquer taxas ou emolumentos além dos previstos no artigo 2.º desta lei.

§ 1.º — Na fixação do valor das anuidades referidas neste artigo serão observados os seguintes limites máximos:

a) para pessoa física, 2 (duas) vezes o maior valor de referência — MVR — vigente no País;

b) para pessoa jurídica, de acordo com as seguintes classes de capital social:

até	500	MVR		2 MVR
acima de	500	até	2.500 MVR	3 MVR
acima de	2.500	até	5.000 MVR	4 MVR
acima de	5.000	até	25.000 MVR	5 MVR
acima de	25.000	até	50.000 MVR	6 MVR
acima de	50.000	até	100.000 MVR	8 MVR
acima de	100.000	MVR		10 MVR

§ 2.º — O pagamento da anuidade será efetuado ao órgão regional da respectiva jurisdição até 31 de março de cada ano, com desconto de 10%, ou em até 3 (três) parcelas, sem descontos, corrigidas segundo os índices das Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional — ORTN — se forem pagas após o vencimento, acrescidas de multa de 10% e juros de 12%, calculados sobre o valor corrigido.

§ 3.º — As filiais ou representações de pessoas jurídicas instaladas em jurisdição de outro Conselho Regional que não o de sua sede pagarão anuidade em valor que não exceda à metade do que for pago pela matriz.

§ 4.º — Quando do primeiro registro, serão devidas, apenas, as parcelas da anuidade relativas ao período não vencido do exercício, facultado ao respectivo Conselho conceder isenção ao profissional comprovadamente carente.

Art. 2.º — Cabe às entidades referidas no art. 1.º desta Lei a fixação dos valores das taxas correspondentes aos serviços relativos e atos indispensáveis ao exercício da profissão, restritas aos abaixo discriminados e observados os seguintes limites máximos:

a) inscrição de pessoas jurídicas	1 MVR
b) inscrição de pessoa física	0,5 MVR
c) expedição de carteira profissional	0,3 MVR

Digitalizado gentilmente por:

d) substituição de carteira ou expedição de 2.ª via 0,5 MVR

e) certidões

Parágrafo Único — O disposto neste artigo não se aplica às taxas referentes à Anotação de Responsabilidade Técnica — ART, criada pela Lei n.º 6.496 (1), de 7 de dezembro de 1977, as quais poderão ser fixadas observado o limite máximo de 5 (cinco) MVR.

Art. 3.º — É vedada a aplicação do produto da arrecadação de anuidades, taxas e emolumentos previstos nesta Lei, para o custeio de despesas que não sejam diretamente relacionadas com a fiscalização do exercício profissional, salvo autorização especial do Ministro do Trabalho.

Art. 4.º — No final do exercício, as entidades a que se refere o artigo 1.º desta Lei recolherão ao Ministério do Trabalho, em conta especial, 70% do saldo disponível para ser aplicado (vetado) em programa de formação profissional (vetado) na área correspondente à origem do recurso, em forma a ser disciplinada por regulamento.

Art. 5.º — Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6.º — Revogam-se as disposições em contrário.

João Figueiredo
Presidente da República

Murillo Macedo

SOBRE ESTA LEI, O JORNAL "O GLOBO", PUBLICOU O SEGUINTE EDITORIAL:

'Os Conselhos de fiscalização profissional estão sob dupla ameaça: a de serem vítimas de um tributo indireto inconstitucional e a de serem submetidos a um controle, igualmente ilegal, por parte do Ministério do Trabalho. Ambos os problemas surgiram em lei já sancionada pelo Presidente da República; a questão agora será levada ao Supremo Tribunal Federal, por iniciativa dos 18 conselheiros Federais de Fiscalização Profissional.

O objetivo inicial do Projeto de Lei era dar segurança jurídica às contribuições de profissionais liberais às suas Corporações. Mas um substitutivo se incumbiu de lhe acrescentar duas determinações absurdas.

A primeira delas é a proibição, de despesas, pelos Conselhos, além do custeio da "atividade estrita de fiscalização", a não ser com autorização expressa do Ministro do Trabalho. Isto significa subordinar ao governo, por exemplo, a realização de todas as conferências e reuniões de entidades com a Ordem dos Advogados do Brasil. Por mais democrática que seja a ação do Executivo, não há justificativa, nem base jurídica, para que a Lei limite o direito de reunião de corporações profissionais.

A segunda é a exigência do recolhimento ao Ministério do Trabalho por parte das entidades, de 70% do saldo disponível ao final de cada exercício, "para ser aplicado na área correspondente à origem do recurso".

Digitalizado gentilmente por:

Deve-se lembrar que os Conselhos não recebem qualquer verba federal; seus recursos provém integralmente da contribuição dos profissionais filiados.

E mais: trata-se de órgãos autárquicos, que executam serviço público autônomo; suas funções são regidas pelo artigo 166 da Constituição que proíbe "desviar-se a receita pública de um órgão autárquico para outro".

Na prática, o recolhimento dos 70% representa um tributo indireto destinado a financiar, com contribuições que não têm essa finalidade, programas e projetos do Ministério do Trabalho.

Profissão: Bibliotecário

Em ofício Circular 022/82 de 24-08-1982, a Presidente do CFB, Maria Lucia Almeida, solicita que, quando for designado o profissional de Biblioteconomia, seja feito como BIBLIOTECÁRIO, pois a Lei 4048/62 regulamenta a profissão de bibliotecário. É errado designar o profissional como biblioteconomista, bibliotecário-documentalista ou bibliotecário-documentarista. No ofício, lembra que, o Decreto 72.493/73 de 10-07-73, extinguiu a carreira de documentalista no Serviço Público Federal.

RESOLUÇÃO CFB N.º 284/82

— Altera dispositivos da Resolução 206/78.

Art. 1.º — O material para confecção das Carteiras de Identidade Profissional especificado no art. 3.º da Resolução 206/78, deste Conselho Federal, será substituído por couro.

Art. 2.º — Na contra-capa posterior interna será impressa a seguinte legenda: "A carteira de Identidade Profissional de Bibliotecário é válida em todo o Território Nacional, como prova de identidade para qualquer efeito. Art. 1.º da Lei Federal n.º 6.206 de 07-05-75 e art. 20 da Letra "a" da Lei 4.084, de 30-06-1962.

Art. 3.º — A confecção e distribuição das Carteiras de Identidade Profissional de Bibliotecário será de responsabilidade do CONSELHO FEDERAL DE BIBLIOTECONOMIA, mediante encomenda e ressarcimento das despesas.

Parágrafo Único — As solicitações dos Conselhos Regionais de Biblioteconomia, deverão ser feitas com um prazo de, no mínimo, 120 (cento e vinte) dias.

RESOLUÇÃO CFB N.º 285/82

— *dispõe sobre medidas desburocratizantes*

Art. 1.º — A autenticação de cópias de documentos apresentados ao CFB e aos Conselhos Regionais de Biblioteconomia, poderá ser feita mediante cotejo com os originais perante o interessado, pelo servidor a quem os documentos apresentados, se não houver sido anteriormente, feito por tabelião.

§ 1.º — Verificada, em qualquer época, a ocorrência de fraude ou falsificação em documentos públicos ou particulares, a exigência será conside-

Digitalizado gentilmente por:

rada como não satisfeita e sem efeito o ato praticado, em conseqüência de sua apresentação ou juntada, devendo o Conselho interessado dar conhecimento do fato à autoridade competente, no prazo de cinco dias, para instauração de processo criminal.

§ 2.º — Se a ocorrência de fraude ou fiscalização se verificar, em qualquer CRB, o fato deverá ser comunicado imediatamente ao CFB, independentemente das medidas estabelecidas no parágrafo anterior.

Art. 2.º — A emissão de segunda via de documentos, pelo CFB e pelos CRBs, será feita com a dispensa de publicação de avisos na imprensa, ficando assegurada a cobrança da respectiva taxa de segunda via.

Art. 3.º — Revogam-se as disposições em contrário, notadamente as constantes dos textos da Resolução 154/76, art. 193; Resolução 206/78, art. 7.º; Resolução 207/78, art. 197 e Resolução 231/79, art. 199.

RESOLUÇÃO CFB N.º 286/82

— Revoga a Resolução n.º 88/72, que dispõe sobre a expedição de diplomas aos Conselheiros Federais e Regionais de Biblioteconomia, ao término dos seus respectivos mandatos.

RESOLUÇÃO CFB N.º 287/82

— Reformula o Orçamento do CFB para 1982.

Digitalizado gentilmente por:

Noticiário

I SEMINÁRIO NACIONAL SOBRE BIBLIOTECAS ESCOLARES

Promovido pelo INL, CERLL e pelo Departamento de Biblioteconomia da Universidade de Brasília, realizou-se em Brasília a 8 de outubro o 1.º SNBE. Cumprindo o extenso programa, os participantes apresentaram as seguintes **sugestões e recomendações:**

1 — Que sejam estabelecidas resoluções dos Conselhos Estaduais de Educação que enforcem o cumprimento da Lei n.º 5.692 no que se refere à obrigatoriedade de construção de espaço para bibliotecas nos prédios escolares, através de medidas que garantam não só a instalação, mas a manutenção e desenvolvimento;

2 — Que os livros percam a característica de material permanente dentro do plano de classificação;

3 — Que as bibliotecas escolares sejam dimensionadas de modo a atender tanto ao desenvolvimento curricular quanto aos interesses e necessidades de atividades de educação não formal;

Digitalizado gentilmente por:

4 — Considerando os Planos Nacionais e Estaduais de Educação, no que tange a cultura, educação e ensino;

— considerando a importância e a necessidade da biblioteca no desenvolvimento e apoio aos programas de Ensino, na promoção do lazer e na divulgação da cultura:
Recomenda-se

— Que seja criada em cada Secretaria de Educação uma Coordenação de Bibliotecas, responsável pelo planejamento e implantação, coordenação e supervisão de Bibliotecas;

5 — Que os Sistemas Educacionais, em todos os seus níveis, definam as diretrizes para a implantação e implementação de Bibliotecas Escolares;

6 — Que seja estudado pelo INL o estabelecimento da vinculação formal do Sistema Estadual de Bibliotecas Públicas com o de Bibliotecas Escolares;

7 — Que o INL proceda a recomendações às Secretarias Estaduais de Educação e Conselhos Estaduais de Educação, que incluam desde propostas alternativas de estrutura dos Sistemas Estaduais de Bibliotecas Escolares, sua criação através de decreto — de modo a garantir que se constituam em unidade orçamentária — até o detalhamento de mecanismos de implantação e implementação, a serem analisadas por comissão mista composta por:

— técnicos de seções de currículo;
— representante estadual do INL e/ou Coordenador do Sistema de Bibliotecas Públicas;
— especialistas em bibliotecas escolares;
— representante do Conselho Estadual de Educação;
— representante da Escola de Biblioteconomia;
— representante da FENAME;
— Bibliotecários;
— Professores.

8 — Que seja criado junto à Secretaria do Ensino do Primeiro e Segundo Graus/MEC um Programa Nacional de Bibliotecas Escolares que vise a melhoria da qualidade dos dois primeiros níveis de ensino;

9 — Que a SEPS (Secretaria de Ensino de 1.º e 2.º Graus do MEC) FENAME e INL, numa reunião de esforços, apoiem, com acervo bibliográfico a implantação e a manutenção das Bibliotecas Escolares ou Escolares Comunitárias sob a Coordenação das Secretarias de Educação de cada Estado;

10 — Que o INL assuma a coordenação das ações de organização e implementação dos Sistemas Estaduais e/ou Municipais de Bibliotecas Escolares;

11 — Considerando o INL ser o órgão **legalmente** responsável pela política de bibliotecas, que seja formalmente estruturado para assumir a política do Sistema Nacional de Bibliotecas Escolares, com a participação da FENAME, da SEPS e de outros órgãos afins.

Digitalizado gentilmente por:

12 — Que o INL redefina a sua atual política editorial no sentido de atender também as necessidades das Bibliotecas Escolares;

13 — Que a ação da Biblioteca Escolar como elemento de elevação do nível sócio-econômico-cultural, integre os futuros Planos Nacionais de Desenvolvimento;

14 — Que sejam estabelecidas diretrizes nos documentos emanados pelo MEC (Plano Setorial de Educação e Cultura), referentes à organização e ao funcionamento de bibliotecas escolares como um componente na melhoria da qualidade do ensino;

15 — Que em cada Delegacia de ensino ou Órgão equivalente seja criado o cargo de bibliotecário, para coordenar e supervisionar os serviços bibliotecários daquela jurisdição, em consonância com a Coordenadoria ou Sistema de Bibliotecas da Secretaria de Educação;

16 — Que nas Delegacias de Ensino ou Órgão equivalente tenha uma equipe formada por bibliotecário e pedagogo, para planejar, executar e supervisionar, juntamente com a Coordenadoria de Bibliotecas da Secretaria de Educação, o programa de Biblioteca Escolar ou Escolar Comunitário da respectiva jurisdição;

17 — Que os Cursos de Biblioteconomia incluam, em seus currículos plenos, disciplinas relacionadas a Bibliotecas Escolares;

18 — Que nos Cursos de Pedagogia e Formação de Professores sejam incluídas noções sobre objetivos e funcionamento de Bibliotecas Escolares;

19 — Qualquer sistema de Bibliotecas Escolares que for implantado deverá contar com profissional bibliotecário na supervisão, orientação, planejamento e assistência técnica;

20 — Em termos ideais deverá atender à Biblioteca Escolar um profissional com formação em Biblioteconomia e Educação.

Levando em consideração a nossa realidade, recomenda-se que o atendimento da Biblioteca Escolar, até que se alcance os termos ideais, seja feito por um professor, preparado através de Cursos e/ou treinamentos específicos, que o habilitem a exercer satisfatoriamente sua função.

Sugerimos ainda que, a Coordenação do Sistema Estadual de Bibliotecas Escolares, responsável também pela promoção de Cursos e/ou treinamentos, seja integrada de uma equipe formada por especialistas em biblioteconomia e educação;

21 — Que seja proposto aos Governos Estaduais a criação de Cargos de Bibliotecário para atuarem no sistema de Bibliotecas Escolares;

22 — Que seja oferecido treinamento, ministrado por Bacharel em Biblioteconomia, ao professor responsável pela Biblioteca Escolar, objetivando capacitá-lo para melhor desempenho de sua função;

23 — Que sejam propostos às Escolas de Biblioteconomia, cursos de extensão, especialização ou de licenciatura para bibliotecários escolares;

24 — Que seja criado e/ou regularizada a situação do cargo de Bi-

Digitalizado gentilmente por:

bliotecário em todas as Secretarias de Educação, por recomendação do MEC/INL, MEC/SEPS, Conselho Federal de Educação, CFB e FEBAB, de modo a que tenha as mesmas possibilidades de acesso funcional a exemplo de outras categorias profissionais;

25 — Que sejam criados planos de carreira dentro das Secretarias de Educação para que os Bibliotecários, já efetivados em outras categorias (como por exemplo, professor primário) tenham acesso mediante concurso;

2 — Que seja formalmente estabelecido intercâmbio com organismos internacionais como CERLAL, OEA, UNESCO, que garanta o conhecimento de serviços bibliotecários de outros países, bem como o acesso à assistência técnica, cooperação, recursos financeiros, objetivando o enriquecimento do Sistema Nacional de Bibliotecas Escolares.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO

1.º ENCONTRO PERNAMBUCANO DE BIBLIOTECONOMIA E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO — Recife — 29 de novembro a 03 de dezembro de 1982. — Com o apoio da Universidade Federal de Pernambuco, da CAPES, do CNPQ, da SUDENE, do Governo do Estado de Pernambuco, da Prefeitura da Cidade do Recife, da FEBAB e, não somente dos órgãos oficiais, mas também das empresas especializadas em materiais para bibliotecas e sistemas de informações que se fizeram presentes na grande EXPOSIÇÃO Técnico - Científica - Demonstrativa, que funcionou em paralelo ao ENCONTRO, realizou-se no Centro de Convenções de Pernambuco, no Complexo Salgadinho, o 1.º EPBCI;

ASSOCIAÇÃO INTERNACIONAL DE BIBLIOTECAS ESCOLARES (IASL)

20.ª Conferência Anual — Agosto 10/15, 1983.

Tema: Biblioteca Escolar: Centro de Comunicação.

Local: Bad Segeberg, pequena e típica cidade do norte da Alemanha (a duas horas de Hamburgo, de automóvel).

Informações: Anke Matthies — Stadbücherel — Europaallee, 36 — 2000 Norderstedt — W. Germany.

BOLSAS DE ESTUDOS NO JAPÃO

Em nível de pós-graduação, nas áreas de Ciências Humanas, Sociais, Puras e Aplicadas. Os candidatos deverão ter pleno conhecimento da língua japonesa. Informações junto à Embaixada ou aos Consulados do Japão existentes no País.

COMISSÃO ESPECIAL DE DIRETRIZES DA FEBAB

No dia 5 de outubro de 1982, às 18h30 min, na Sede da FEBAB, rua Avanhandava, 40, 1.º, reuniram-se as bibliotecárias: May Brooking Negrão, Dinah Aguiar Población, Maria Angélica Martorano, Amélia Maria Moreira, Carminda Nogueira de Castro Ferreira, escolhida como secretária, Ronice Maria Albamonte Arruda e

Digitalizado gentilmente por:

Francisca Pimenta Evrard. As duas últimas Vice-Presidente e Secretária da FEBAB, respectivamente, apenas participaram do final da reunião por sua colaboração ter sido solicitada. A necessidade desta reunião fora sentida durante a Assembléia Geral da FEBAB realizada a 18 e 19 de setembro p.p. quando se levantou a questão de sobrevivência financeira da entidade. De início foi feito um levantamento sobre as fontes de renda da FEBAB: pagamento de sócios (média de Cr$ 6.000,00), venda de publicações, subvenções, produtos da realização de eventos. Como algumas associações não pagam regularmente, constatou-se que as fontes de renda eram extremamente precárias e inseguras. Sentiu-se a necessidade de divulgar os estatutos e os regulamentos da Federação, das Associações, das Comissões e dos Grupos de Trabalho, de forma que as atividades ou trabalhos desenvolvidos em cada uma das partes da estrutura organizacional estejam conformes ao que neles é prescrito. Os problemas levantados pelas análises e observações práticas foram tornando as questões mais complexas e encadeadas, deliberando-se então estabelecer as seguintes atividades prioritárias:

1 — Elaborar Manuais ilustrados, explicativos dos Estatutos (e do Regimento-Padrão das Comissões e de Normas de procedimento para apresentação do relatório final das atividades das associações);

2 — Padronizar as informações a serem apresentadas na Reunião Anual da FEBAB, mediante a confecção de um formulário ou modelo de Relatório Anual;

3 — Promover a elaboração de um diagnóstico das necessidades das associações;

4 — Promover junto às Associações a realização de Cursos em convênio com entidades de ensino e pesquisa orientando-as sobre a forma de realizar o convênio;

5 — Designar uma comissão composta por três elementos, sendo um da Diretoria da FEBAB, outro da Comissão Brasileira de Ciência e Tecnologia e outro da Comissão Brasileira de Biomédica para levar até o IBICT os objetivos das Comissões, os trabalhos efetuados, os programas passíveis de serem desenvolvidos e as demais informações que se façam necessárias sobre as atividades desenvolvidas ou a desenvolver pelas oCmissões e Grupos de Trabalho.

Foi também apresentada a proposta de instalação de Escritórios Regionais da FEBAB nas cinco regiões do Brasil, nada tendo ficado resolvido sobre o assunto.

VI ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDANTES DE BIBLIOTECONOMIA E DOCUMENTAÇÃO

Conclusões finais

O VI ENEBD, realizado de 9 a 12 de outubro de 1982, em Belo Horizonte, com representantes das Escolas de Biblioteconomia e Documentação da Universidade de Minas Gerais, da Fundação Universidade Oeste de Minas, da Universidade Federal Fluminense, da Universidade Federal da Bahia, da Universidade Federal do

Digitalizado gentilmente por:

Rio Grande do Sul, da Universidade Federal do Espírito Santo, da Universidade Paulista "Júlio de Mesquita Filho", da Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo, da Universidade Santa Úrsula, da Pontifícia Universidade Católica de Campinas, da Universidade Federal de Goiás, da Fundação Universidade do Amazonas, a Universidade do Rio de Janeiro, das Faculdades Integradas Tereza D'Avila, da Universidade de São Paulo, do Instituto de Ensino Superior de Mococa e da Fundação Universidade de Brasília, chegou às seguintes decisões:

1 — Tendo em vista a aprovação do Projeto de Resolução que fixa os mínimos de conteúdo e duração do Currículo Mínimo do Curso de Biblioteconomia e Documentação, com substanciais alterações na sua redação final proposta, principalmente na substituição da matéria PSICOLOGIA SOCIAL por HISTÓRIA DA CULTURA, e na mudança na epígrafe da matéria INFORMAÇÃO, BIBLIOTECA E USUÁRIO, tendo sido aprovado em seu lugar INFORMAÇÃO APLICADA À BIBLIOTECONOMIA, decidiu:

— repudiar a alteração feita à revelia dos interesses dos profissionais, professores e estudantes;

— exigir das escolas a inclusão no currículo pleno das matérias tal como a redação final proposta;

— exigir a participação de representantes dos estudantes nas decisões à nível de escola e/ou faculdade, no que tange a todos os assuntos que tenham influência direta ou indireta na comunidade estudantil;

— exigir que as tarefas desempenhadas durante o estágio remunerado, desde que iguais às exigidas pelo estágio obrigatório, sejam consideradas válidas para fins curriculares;

— alertar aos profissionais e professores que nem a supervisão nem a obrigatoriedade de estágio curricular são garantias de qualidade do mesmo.

2 — Tendo em vista o uso do estagiário como mão-de-obra barata, substituindo o profissional em benefício da instituição, decidiu:

— exigir fiscalização efetiva dos Conselhos quanto ao uso de estagiários de Biblioteconomia e Documentação e, principalmente, de estagiários e profissionais de outras áreas em funções e cargos específicos de bibliotecários;

— exigir dos profissionais e professores um posicionamento e esclarecimento dos alunos e estagiários de Biblioteconomia e Documentação, quanto às implicações deste problema;

— exigir a divulgação pelos profissionais e professores, junto aos alunos, da legislação sobre o estágio;

— exigir a observação da proporção de dois estagiários por bibliotecários.

3 — Tendo em vista que a proteção da classe de bibliotecário no que tange à valorização profissional salarial, e no que tange à legislação, e

Digitalizado gentilmente por:

por ser a única entidade legalmente reconhecida quanto ao estabelecimento de salários, decidiu:

— apoiar a formação de sindicatos de bibliotecários e documentalistas;
— exigir a participação efetiva dos profissionais e estudantes nas associações de classe e nos conselhos regionais.

4 — Tendo em vista que bem ou mal as Uniões Estaduais de Estudantes (... UEEs) e a União Nacional dos Estudantes (UNE) nos representam, decidiu:
— apoiar e exigir reconhecimento destas entidades como nossos representantes efetivos e legais.

5 — Tendo em vista o potencial de influência da biblioteca em particular e da Biblioteconomia e Documentação em geral, decidiu:
— exigir um posicionamento dos professores e dos profissionais quanto às questões políticas e sociais de nosso país;
— repudiar a formação excessivamente tecnicista dos bibliotecários e documentalistas que é impingida em detrimento de uma formação humanística;
— reivindicar que o curso esteja voltado para uma reflexão sobre o conceito e campo de atuação da Biblioteconomia e Documentação;
— exigir a concessão de um espaço nos congressos de Biblioteconomia e Documentação, para a efetiva participação dos estudantes.

6 — Tendo em vista a definição de **arquivo** constante em Ante-projeto de Lei (Portaria 0381/81), tramitando nos canais competentes, e considerando que tal definição invade o conceito de Biblioteconomia e Documentação, restringindo o seu campo de atuação, decidiu:

— repudiar a inoperância e desinformação das entidades de classe, no que diz respeito a este assunto;

— exigir um posicionamento contrário à aprovação desta definição, por parte dos profissionais bibliotecários e documentalistas.

7 — Tendo em vista os benefícios da ação coletiva organizada, decidiu:

— apoiar todas as tentativas de criação, e efetivas atuações de Diretórios Acadêmicos ou Centros Acadêmicos, nas Escolas e Faculdades de Biblioteconomia e Documentação.

8 — Tendo em vista a atual situação social, política e econômica do país, decidiu:

— repudiar a Lei de Segurança Nacional;

— apoiar a formação de uma Assembléia Nacional Constituinte.

Finalizando, lançou a toda a classe as seguintes questões:

— qual o perfil do bibliotecário necessário ao país hoje?

— as escolas estão formando este profissional?

— se não estão formando, por quê?

Os participantes aguardam as manifestações de seus colegas estudantes de todo o País.

Digitalizado gentilmente por:

A DECLARAÇÃO DE LONDRES

PARA UMA SOCIEDADE QUE LÊ

1 — Nós, escritores, tradutores, editores, impressores, livreiros, bibliotecários, educadores, funcionários públicos e membros da grande comunidade intelectual, provenientes de 92 nações, reunidos em Londres por ocasião do Congresso Mundial do Livro 1982, convocado pela UNESCO, reafirmamos nosso apoio aos princípios e aos objetivos definidos, há dez anos, durante o Ano Internacional do Livro;

2 — Cremos que os livros continuam a ser os veículos predominantes do saber, da educação, da recreação e dos valores culturais da sociedade humana; eles servem tanto ao desenvolvimento quanto ao enriquecimento de cada indivíduo. Propiciam uma melhor compreensão entre os povos e reforçam o desejo de paz na mente dos homens, princípios fundamentais da UNESCO;

3 — Passados dez anos do Ano Internacional do Livro, o balanço do decênio nos leva a reafirmar a validade da **Carta do Livro,** adotada, por unanimidade, em 1972, pelas associações profissionais internacionais e da meta **"Livros para todos",** ainda não alcançada, mas que merece novos esforços neste sentido;

Os dez princípios enunciados na **Carta do Livro** afirmam o direito de todo homem à leitura; o papel insubstituível dos livros na educação; a obrigação específica que tem a sociedade de permitir ao escritor o exercício de sua atividade criadora; o caráter vital das indústrias do livro no desenvolvimento das nações; a necessidade de os livreiros e bibliotecários estabelecerem uma ligação eficaz entre editores e leitores; a importância fundamental da livre circulação dos livros entre as nações; a utilização dos livros como meio de servir e de promover a compreensão e a cooperação internacionais, em prol da paz;

4 — Para o futuro, almejamos um mundo onde os livros sejam mais acessíveis ao maior número de pessoas e no qual a capacidade de ler, bem como a vontade e o desejo de usufruir os frutos da leitura, sejam amplamente buscados por todas as sociedades;

5 — Homens e mulheres têm direito ao ensino e à educação; têm direito de adquirir o saber e o conhecimento, bem como a experiência de outras nações, de outras culturas e de gerações anteriores. Homens e mulheres também têm neecssidade de deixar a marca de suas idéias e de suas experiências. Os livros desempenham um papel particularmente importante para se criar uma sociedade na qual todos participem plenamente e onde todos possam aspirar a uma vida mais enriquecedora. Além do mais, graças à palavra escrita e impressa, os escritores exprimem, exploram e desenvolvem, de maneira criativa, os valores e as aspirações das sociedades a que pertencem, ao mesmo tempo que alargam a consciência e enriquecem a imaginação dos seus leitores;

6 — A leitura ultrapassa barreiras nacionais e culturais. Entretanto, alguns leitores em potencial são priva-

Digitalizado gentilmente por:

dos das vantagens que a leitura poderia trazer-lhes em virtude do seu baixo nível de instrução, da falta de familiaridade com a prática da leitura e dos obstáculos que se opõem à difusão dos livros de qualidade. Fazemos um apelo a todas as pessoas e instituições interessadas para que promovam a produção e difusão dos livros e incentivem escritores e leitores, especialmente os leitores jovens, tanto na escola quanto no lar;

7 — Apelamos a todos os interessados, e sobretudo aos governos, para que se esforcem para eliminar os obstáculos de todos os tipos que se opõem à criação, à produção, à publicação e à distribuição dos livros dentro de um país e através de suas fronteiras. Vemos a existência e a aplicação de leis nacionais de direitos autorais, desde que compatíveis com as convenções internacionais, como de interesse para os escritores, tradutores, editores, mestres e leitores de todos os países;

8 — Tendo por meta chegar a uma sociedade onde os livros serão de acesso mais fácil e de uso mais largo, o Congresso estabeleceu uma série de objetivos que tendem a criar um clima no qual a leitura seja, ao mesmo tempo, natural e desejável, onde ela seja considerada como uma atividade vital, devendo ser estimulada por estratégias nacionais oficiais, formais e conscientizantes e que, com ajuda da ação internacional e da cooperação entre os países, possam expandir, no futuro, o papel do livro;

9 — Apelamos aos governos e a todos aqueles que estão profissionalmente ligados ao livro que aceitem estas linhas de ação.

Procuramos construir um mundo onde, efetivamente, haverá livros para todos mas, também, onde todos possam ler e aceitar livros e leitura como bens necessários e desejáveis a sua vida cotidana.

Desejamos um mundo não somente que saiba ler, mas esperamos chegar a uma SOCIEDADE UNIVERSAL DA LEITURA.

UNESCO.
Congresso Mundial do Livro (1982: Londres)

COREL — CONGRESSO REGIONAL DO LIVRO PARA A AMÉRICA LATINA E O CARIBE

Rio de Janeiro, 6-9 dezembro 1982

Origem

Dez anos após a comemoração do Ano Internacional do Livro (1972), promovido pela UNESCO, realizou-se em Londres, de 7 a 11 de junho de 1982, o Congresso Mundial do Livro para fins de análises e avaliação dos progressos alcançados nesse decênio e os problemas ainda remanescentes relacionados com o livro, sua produção e utilização pelas diferentes comunidades, inclusive o acesso da população a esse veículo de transmissão de conhecimentos.

Reuniram-se nesse encontro os profissionais diretamente ligados ao livro e à indústria livreira (autores, bibliotecários, educadores, editores, tra-

Digitalizado gentilmente por:

dutores, livreiros, autoridades governamentais e/ou privadas) para discutir o documento apresentado pela UNESCO — "Para uma Sociedade que lê": metas a serem alcançadas na década de 80. Essas metas procuram atingir todos os aspectos de importância para o livro, desde a necessidade do estabelecimento e formulação de uma estratégia nacional, passando pelos problemas próprios à indústria do livro, até a criação de um ambiente propício à leitura. Essas realidades refletem-se nas recomendações feitas durante o Congresso Mundial do Livro e na Declaração de Londres, aprovada pelo Congresso, para alcançar uma Sociedade universal da leitura.

Entre as providências necessárias à execução dessas recomendações e da Declaração já aprovadas em Londres, encontra-se a de realização de congressos regionais, de maneira a atingir todos os países, industrializados ou não, visando mobilizar os esforços da comunidade internacional direcionados para essa meta.

Temário

Analisar as metas aprovadas no Congresso Mundial do Livro (Londres) tendo em vista a criação, desenvolvimento e execução de planos de ação, a nível nacional e regional, para a promoção do livro e desenvolvimento da indústria livreira na América Latina e no Caribe com ênfase nos seguintes temas:

a) Formulação de uma estratégia nacional para o livro;

b) Reconhecimento da indústria do livro como setor vital;

c) Introdução de novas tecnologias na cadeia do livro;

d) Criação de um ambiente favorável à leitura em todos os tipos e níveis da sociedade.

e) Estímulo à cooperação internacional para desenvolver a produção nacional do livro;

f) Incremento do intercâmbio de livros entre países.

Participação

Com vistas a manter a interdisciplinaridade dos trabalhos do Congresso, as discussões serão feitas exclusivamente em sessões plenárias, prevendo-se a participação de 200 especialistas entre editores, livreiros, autores, tradutores, bibliotecários e educadores, convidados por seu notório saber e/ou por exercerem cargos de direção ou gerenciais. A participação ao Congresso é por meio de convite individual. Cada participante deverá preencher uma ficha de inscrição (anexa), devolvendo-a à Biblioteca Nacional para o endereço indicado. A UNESCO e o CERLAL colocaram à disposição da Biblioteca Nacional recursos para promover a vinda de especialistas dos países da América Latina e do Caribe que não obtenham financiamento para sua participação no Congresso. Os demais participantes deverão financiar seu próprio atendimento, existindo uma pequena possibilidade de financiamento para nacionais.

Digitalizado gentilmente por:

Línguas de Trabalho e Documentos

As línguas de trabalho do Congresso serão português, espanhol e inglês e haverá interpretação simultânea durante as sessões. Os documentos serão também distribuídos nesses três idiomas.

As discussões serão pautadas pelos documentos preparados pela UNESCO e o CERLAL, não havendo apresentação de trabalhos individuais. Uma série de documentos de referência serão distribuídos aos participantes durante o Congresso.

Transporte e Hospedagem

Um programa social e de visitas profissionais será oferecido aos Congressistas. Solicitações para organização de viagens paralelas ao Congresso ou decorrentes da participação poderão ser tratadas pela Agência Kontik à Avenida Presidente Vargas, 330 — Rio de Janeiro, RJ — Telefones: 239-0593 e 274-5105.

Para o conforto dos Congressistas, o Hotel Sheraton oferece condições especiais descritas na ficha de reserva, também anexa, que deverá ser assinalada de acordo com a conveniência do interessado a fim de se providenciar a reserva. A Transportadora Oficial do Congresso é a Companhia VARIG.

Após o recebimento da ficha de inscrição pela Secretaria do Congresso, serão remetidos o documento básico para estudo e análise, o regimento do Congresso e a programação devidamente detalhada.

BIBLIOTECA NACIONAL

Avenida Rio Branco, 219/39
Centro
20.042 - Rio de Janeiro, RJ
Fones: 240-8629 e 240-8579
Telex: 2122941 BN RJ BR

Anexos: Fichas de inscrição
Ficha de reserva de Hotel
Folheto do Hotel Sheraton

XII CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA E DOCUMENTAÇÃO

A necessidade de debater, arguir, expor e criticar inovações, mudanças, novas propostas e descobertas, dentro de uma determinada comunidade, levou os homens a programarem e se reunirem para estes debates, transformando os conhecimentos e experiências individuais em conhecimento público.

Congresso é debate, é comunicação, confraternização, é informação. Forma dinâmica de atualização, aquisição e transmissão de conhecimentos.

Os Congressos de Biblioteconomia, no Brasil, do Primeiro realizado em Recife, 1954, ao Décimo-Primeiro, em João Pessoa, 1982, caracterizaram-se por reunir uma quantidade enorme de profissionais, Bibliotecários e de áreas correlatas, para, num clima de grande profissionalismo, exporem e debaterem temas da atualidade Bibliteconômica, levando em consideração o momento da realidade brasileira.

Digitalizado gentilmente por:

Os Bibliotecários de Santa Catarina, sede do Décimo-Segundo Congresso Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação, não pretendem realizar apenas um grande Congresso. Honrados com a escolha de promotores do evento, pela FEBAB, os profissionais de Biblioteconomia e Documentação catarinenses, assumiram a realização do XII CBBD com o objetivo de propor uma nova estrutura de trabalho que oportunize o surgimento de linhas de ação, de diretrizes, de novas vertentes em nossa área, buscando propostas e soluções aos problemas e questões que afligem a classe.

INFORMAÇÃO E DESENVOLVIMENTO NACIONAL, tema central do Congresso, abordará em seus aspectos mais amplos, assuntos como: Cultura, Comunicação, Ciência e Tecnologia, o Homem, o Desenvolvimento.

Através de atividades técnicas diversificadas, serão discutidos aspectos relativos aos USUÁRIOS — educação, demanda e consumo da informação; RECURSOS HUMANOS — formação e capacitação para as atividades da informação; INFRAESTRUTURA DA INFORMAÇÃO — levantamento, diagnósticos, sistemas coperativos e INFORMAÇÃO — geração, difusão, acesso e utilização.

Os trabalhos a serem inscritos para apresentação no XII CBBD poderão ser:

— técnicos
— informativos ou de divulgação.

Os trabalhos técnicos, após seleção deverão ser apresentados nos GRUPOS DE ESTUDO, de acordo com o assunto apresentado. Os Grupos de estudo ocorrerão em horários simultâneos.

Os trabalhos informativos ou de divulgação, caracterizam-se por não apresentarem dados conclusivos, podendo tratar de pesquisas em andamento, projetos em desenvolvimento, teses em processo de elaboração e programas especiais executados a nível experimental.

Os trabalhos assim enquadrados deverão ser apresentados como COMUNICAÇÃO PRÉVIA.

Complementando a apresentação de trabalhos, serão desenvolvidos durante o Congresso diferentes tipos de atividades técnicas, buscando igual profundidade, especialistas, estudantes e técnicos da profissão.

O prazo máximo para entrega dos trabalhos será 20 de junho de 1983.

Informações: FEBAB — Rua Avanhandava, 40, conj. 110

Associação Catarinense de Bibliotecários — Caixa Postal 771
88.000 Florianópolis — S.C.

MANIFESTO DA E.B.D. DE MINAS GERAIS

A Escola de Biblioteconomia da Universidade Federal de Minas Gerais participou de todas as fases do processo de mudança curricular. No entanto, foi surpreendida pelas alterações profundas introduzidas no momento da aprovação do novo currículo mínimo de biblioteconomia. Neste sentido, quer registrar o seu protesto

Digitalizado gentilmente por:

quanto às modificações efetuadas na "Proposta de Currículo Mínimo" encaminhada pelo MEC/SESU ao Conselho Federal de Educação.

Dentre as alterações, destacam-se como as mais prejudiciais à filosofia que orientou a proposta de mudança:

1 — **Substituição da matéria de formação profissional**

"INFORMAÇÃO, BIBLIOTECA E USUÁRIO" — por "INFORMAÇÃO APLICADA À BIBLIOTECONOMIA".

a) A mateéria "INFORMAÇÃO, BIBLIOTECA E USUÁRIO", tal como havia sido proposta, pretendia fornecer a visão sincrética do campo específica de estudo da biblioteconomia.

Ementa: "Conceito de informação. O ciclo da informação cultural, científica e tecnológica. Suportes físicos da informação. A biblioteca e outros canais de transferência da informação. Caracterização e comportamento do usuário. Estudo da comunidade para adequação dos serviços bibliotecários".

O objeto de estudo da biblioteconomia se refere à relação entre conhecimento (informação), o usuário da informação e os suportes materiais (livros, periódicos materiais audivisuais, etc.), que registram esse conhecimento.

Na matéria aprovada foi eliminado um dos elementos do campo de estudo de biblioteconomia: **o usuário da informação.** A proposta original criava espaço para o estudo do usuário desde uma perspectiva individual até o estudo de comunidade, visando a identificar demandas e necessidades de leitura e informação dos diferentes grupos sócio-econômico-culturais.

b) A denominação "INFORMAÇÃO APLICADA À BIBLIOTECONOMIA" não resiste a uma análise lógica. Se a informação é um dos elementos constitutivos do campo da biblioteconomia, não se justifica sua **aplicação** a ele.

Usando uma analogia com a medicina é como se constasse de um currículo médico a disciplina "Doença aplicada à medicina".

2 — **Substituição da matéria de fundamentação geral**

"PSICOLOGIA SOCIAL" — por "HISTÓRIA DA CULTURA"

a) A Psicologia Social foi proposta porque é uma área de estudo que possibilita a análise do comportamento de grupos e comunidades em relação à formação, difusão e consumo de padrões e bens culturais, e das instituições que compõem o circuito cultural — entre as quais se inclui a biblioteca;

b) O exame da ementa da disciplina "HISTÓRIA DA CULTURA" revela claramente a manutenção das antigas disciplinas ditas "culturais" do antigo currículo mínimo, ou seja:

— Evolução do pensamento filosófico e científico
— História da Arte
— História da Literatura

Digitalizado gentilmente por:

Não se desconhece a importância da formação cultural para o bibliotecário, mas a prática do ensino dessas disciplinas, pela própria amplitude das mesmas, demonstrou uma tendência à superficialidade, desvinculação dos objetivos da biblioteconomia e concentração em aspectos ligados a gosto e preferência dos professores. A identificação desses problemas constitui uma das críticas que fundamentaram o processo de mudança curricular.

A formação cultural deveria ser objeto de cuidadoso exame por parte de cada instituição de ensino, quando da composição de seus currículos plenos, considerando as características, necessidades e recursos das diferentes regiões brasileiras.

Com as duas substituições — Informação, Biblioteca e Usuário e Psicologia Social — realizou-se a eliminação a nível de matérias básicas, de um elemento constitutivo do campo de estudo da biblioteconomia: o usuário. A colocação deste elemento apenas como um aspecto da "Administração de Bibliotecas" reforça a visão parcelada e dirigida do problema.

Conclui-se que na decisão de substituição dessas matérias prevaleceram, deliberadamente ou não, interesses de grupos na manutenção de "cátedras" já estabelecidas na área profissional, em prejuízo de um conteúdo que realmente reflete a biblioteconomia, tanto a nível conceitual quanto operacional.

Finalmente, deve-se observar que em todas as etapas de elaboração do projeto do novo currículo mínimo de biblioteconomia houve ampla divulgação da proposta a todas as instituições de ensino do país. As várias instituições tiveram oportunidade de debater e apresentar sugestões. Em contraposição à sistemática adotada durante a fase de elaboração, no exame e aprovação foram introduzidas modificações sem submetê-las à opinião nacional, nem mesmo à daquelas instituições que trabalharam mais de perto em sua composição.

ASSOCIAÇÃO RIO GRANDENSE DE BIBLIOTECÁRIOS

Resolução n.º 1/82

A Associação Rio Grandense de Bibliotecários,

— considerando ser o bibliotecário profissional de nível superior;

— considerando que ao bibliotecário cabe justa remuneração, proporcional às responsabilidades exercidas;

— considerando não existir, ainda, o salário mínimo profissional para a categoria;

Resolve recomendar:

a) salário base mensal mínimo;

— para 40 horas semanais — 9 salários mínimos regionais;

— para 30 horas semnais — 7 salários mínimos regionais;

— para 20 horas semanais — 5 salários mínimos regionais;

Digitalizado gentilmente por:

b) salário hora — 13,5% do salário mínimo regional;

c) catalogação e classificação na fonte editora por obra — 15% do salário mínimo regional;

d) referências bibliográficas (revisão)
— até 5 referências — 10% do salário mínimo regional;

e) levantamento bibliográfico por ano e por parte consultada até um limite de 10 referências:
— taxa inicial — 18% do salário mínimo regional;
— referências adicionais (cada) — 5% do salário mínimo regional.

CFB PROMOVE SEMINÁRIO

Realizou-se, nos dias 2, 27, e 28 de outubro passado o 1.º SEMINÁRIO DE FISCALIZAÇÃO PROFISSIONAL, promovido pelo CFB e com participação dos CRBs. No evento os Conselhos Regionais fizeram diversas Recomendações ao CFB, a saber:

1 — "Recomenda-se a fixação da Anuidade em valor absoluto de Cr$ 12.000,00 (doze mil cruzeiros) e/ou equivalente em MVR".

OBS.: O CFB havia fixado, anteriormente, em Cr$ 22.450,00;

2 — "Recomenda-se a Contratação, pelo CFB, de um Jurista com experiência na área de Orgãos de Fiscalização de Classe, estendendo-se os seus serviços aos CRBs";

3 — "Recomenda-se a Contratação de um Assessor de Comunicação";

4 — "Recomenda-se que com base na Lei n.º 6.834, de 30-10-80, que dispõe sobre o registro de empresas nas entidades fiscalizadoras do exercício profissional, o CFB deverá fazer estudos para normalizar os procedimentos, quanto a execução da citada Lei";

5 — "O CFB", deverá baixar Resolução os CRBs, quanto à inscrição e cobrança de anuidades e taxas de pós-graduados, especialistas e professores que atuam na área da Biblioteconomia, sem possuirem o diploma de Bacharel, no Curso".

PESQUISA SALARIAL

A Sociedade dos Usuários de Computadores e Equipamentos Subsidiários (SUCESU-S.P.) realizou uma pesquisa salarial (estrita ao Estado de São Paulo) abrangendo 380 empresas (200 das quais responderam), que foram consultadas sobre remuneração, benefícios e especificações de cargos de 12.999 profissionais de processamento, enquadrados em 32 cargos e distribuídos entre indústria e/ou comércio (36,11%), bancos e financeiras (24,17%), empresas estatais e órgãos do governo (19,72%), birôs (5%) e diversos (15%). Na tabela publicada o bibliotecário percebe como menor salário 74 mil cruzeiros, médios 108.656 cruzeiros e máximo 173.893 cruzeiros.

MACROTHESAURUS O.C.D.E.

O Centro Latino-americano de Documentação Econômica e Social, CLADES, está realizando uma pesquisa sobre os usuários latino-ameri-

Digitalizado gentilmente por:

canos do Macrothesaurus publicado pela Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico, para detectar não só as instituições que o estão usando, mas também sua forma de utilização e os problemas que sua aplicação tem levantado.

Para tanto está distribuindo um questionário que pode ser solicitado à FEBAB pelos usuários do Macrothesaurus que, assim, podem participar da pesquisa que visa oferecer um instrumento de análise adequado às necessidades da América Latina e que seja realmente representativo de sua problemática no desenvolvimento.

48.ª CONFERÊNCIA GERAL DA IFLA

Realizou-se em Montreal, no período de 22 a 28 de agosto último, a 48.ª Conferência Geral da IFLA, tendo como tema central "Redes". Durante as sessões, foram abordados os aspectos teóricos e infra-estrutura para funcionamento das redes, esclarecendo seus objetivos. Discutiu-se sobre tipos de redes, sua organização e administração, função das bibliotecas nas redes e futuro das redes e a evolução dos sistemas de informação.

Participaram do evento os colegas ANTONIO GABRIEL, presidente da FEBAB e REGINA CARNEIRO da Câmara Brasileira do Livro. Esta participou, também, do Encontro Internacional sobre Catalogação-Publicação, na Biblioteca Nacional do Canadá.

5.º CONGRESSO BRASILEIRO DE ARQUIVOLOGIA

A Associação dos Arquivistas Brasileiros, promoveu de 17 a 22 de novembro de 1982, no Centro de Convenções do Hotel Glória, na cidade do Rio de Janeiro, o 5.º Congresso Brasileiro de Arquivologia. O tema geral "A Arquivologia e a Realidade Brasileira" coincidiu com o início do amadurecimento das iniciativas pioneiras da AAB no sentido de dignificar a profissão de arquivista e valorizar o campo de atuação da Arquivologia no Brasil. Neste sentido, tornou-se oporuno discutir e avaliar os avanços da Arquivologia no Brasil. O temário desenvolvido foi o seguinte:

1 — A Evolução das técnicas e processos de Arquivologia no Brasil: Arquivo Nacional;

2 — A importância do arquivo na administração pública;

4 — Arquivista: formação e exercício profissional;

5 — Critérios de acessibilidade aos arquivos públicos e privados.

BIBLIOTECÁRIA-CHEFE DE SBC E CONSELHEIRA DO CRB-8, A CONVITE, FOI PARA OS EE.UU.

Atendendo convite do governo dos Estados Unidos, formulado através do Embaixador daquele país no Brasil, Langhorne A. Motley, Maria de Lourdes Liete, Bibliotecária-Chefe, da Divisão de Biblioteca, Documentação e Informática da Prefeitura de São Bernardo, participou de um Seminário sobre Automação de Serviços de Bibliotecas e Centros de Documentação, em Washington.

Este seminário, que se estendeu até 10 de setembro, foi também em

Digitalizado gentilmente por:

outras cidades norte-americanas. Maria de Lourdes Leite embarcou no dia 21, para os Estados Unidos, e o Seminário começou no dia 23. Todas as despesas foram subvencionadas pela Agência de Comunicação Internacional dos Estados nUidos da América e compreendem locomoção, estada e manutenção.

O governo norte-americano convidou este ano quatro especialistas em bibliotecas para participarem deste Seminário: uma da Paraíba, da Bahia, do Rio de Janeiro e de São Paulo. A paulista escolhida foi justamente Maria de Lourdes Leite.

Este convite formulado a Maria de Lourdes Leite foi uma homenagem merecida a uma colega que há 27 anos vem se dedicando às bibliotecas, em especial pelo desenvolvimento do TAUBIPE (Total Automação de Bibliotecas Públicas e Especializadas), desenvolvido internamente pela equipe por ela chefiada, pioneiro no Brasil; e ainda ao alto nível das bibliotecas públicas de São Bernardo.

PROGRAMA DA ASSESSORIA PARA A VALORIZAÇÃO PROFISSIONAL (1982/1983)

Publicação

1 — Estudo da Sindicalização da profissão (conjuntamente com a Comissão Brasileira de Documentação Jurídica — CBDJ e a Associação Paulista de Bibliotecários do Estado de São Paulo — APBESP.

Trabalhos

1 — Trabalhar em colaboração com a CBDJ e a APBESP no estudo da Sindicalização da classe;

2 — Oferecer subsídios para as demais Comissões visando trabalhos afins.

Projetos

1 — Estabelecimento de um corpo assessorial à Comissão visando o encaminhamento dos problemas da classe para melhor solução;

2 — Estabelecimento de metas visando a divulgação do trabalho Bibliotecário bem como do profissional em outras áreas de atuação conjunta.

A Comissão.

PROGRAMA NACIONAL DA CBDJ PARA 1982/83

A Comissão Brasileira de Documentação Jurídica apresentou seu programa de trabalho, a nível nacional, para o biênio 1982/83:

Publicações:

1 — Guia de bibliotecas jurídicas;

2 — Guia de obras de referência em Direito.

Trabalhos:

1 — Convênio com a Fundação Petrônio Portella, para compilação de textos legislativos;

2 — Estudo da sindicalização da profissão (com a colaboração da Comissão de Valorização Profissional).

Projetos:

1 — Trabalhar com o Conselho Nacional de Direito Autoral, no sentido de uma implantação do serviço de arrecadação de direitos autorais no

Digitalizado gentilmente por:

COMUT, numa amostragem para se verificar a viabilidade dessa arrecadação;

2 — Trabalhar com um advogado da TV Cultura, para um programa governamental (implantação) — "O Direito na TV".

XI CBBD — CARTA DA PARAÍBA

O XI Congresso Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação foi realizado na cidade de João Pessoa, Estado da Paraíba, no período de 17 a 22 de janeiro de 1982, promovido pela Associação Profissional de Bibliotecários da Paraíba — APBP.

Biblioteca e Educação Permanente constituiu o tema oficial do Congresso, desdobrado os seguintes subtemas: A Biblioteca na Educação Formal. A Biblioteca nos Programas de Alfabetização e de Educação de Adultos; A Biblioteca no Processo de Desenvolvimento; A Biblioteca e a Cultura Local e Os Meios de Comunicação de Massa e o Hábito de Leitura.

As discussões sobre o temário foram desenvolvidas em cinco painéis, cinco sessões plenárias e cinco grupos de estudo, havendo, ainda, cinco sessões onde foram apresentados comunicados sobre experiências profissionais. Os trabalhos envolveram cerca de 1.100 participantes entre inscritos e convidados.

Conforme determina o § 4.º do Art. 3.º do Art. 3.º do Regimento do XI CBBD, apresenta-se o Documento final do Congresso que engloba a síntese dos trabalhos desenvolvidos nas sessões Plenárias, Painéis e Grupos de Estudo. Este documento será denominado CARTA DA PARAÍBA.

Se recorrermos às linhas de conteúdo dominantes dos últimos Congressos de Biblioteconomia e Documentação, não é difícil detectar como os profissionais da área vêm se reposicionando em relação ao papel que devem desempenhar no contexto social, e, mais precisamente, frente aos problemas da comunidade. Esse comportamento começou a emergir no 8.º Congresso Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação; realizado em Brasília, em 1975.

Posteriormente, em Porto Alegre e Curitiba, os Congressos abriram espaço para o fortalecimento da idéia de que o profissional de biblioteconomia deva superar os limites convencionais daquelas atribuições dominantemente técnicas, uma vez que já alcançou maturidade necessária nessa área específica. Tudo indica que é chegada a hora de imprimir um sentido humano e social a essa eficiência.

Na oportunidade deste Congresso, caminha-se de forma decisiva para alcançar o consenso de que a análise dos problemas das bibliotecas brasileiras somente ganhará sentido, quando realizada em um quadro de referência em que se considere a finalidade social da biblioteconomia face às necessidades da maioria da população.

A sociedade brasileira vive o limiar de uma fase em que se retoma o processo do diálogo político, para cuja continuidade e expansão se faz necessário ampliar o debate e a participa-

Digitalizado gentilmente por:

ção de todos os segmentos da sociedade. É mais do que oportuno que, em sua área, os bibliotecários ocupem os espaços abertos, em busca desse debate e dessa participação.

Por outro lado impõe-se identificar pontos de intersecção e de afinidade com outros campos de estudos e áreas profissionais. A primeira tentativa de inter-relacionamento com a área de educação, levada a efeito neste Congresso, aponta sinais promissores de efetiva conjugação interdisciplinar. Cabe, agora, avançar o diálogo em direção a outras áreas, com a certeza de que esta visão é essencial para o desempenho da profissão.

Neste documento, usa-se a palavra Biblioteconomia na sua forma ampla, abrangendo tanto esta área em seu sentido restrito, como as outras disciplinas afins que lidam com a organização e a difusão da informação registrada em suportes convencionais e não-convencionais.

O termo biblioteca engloba todas as instituições que atuam de acordo com o objetivo acima indicado, independentemente do tipo de clientela e do nível de serviços que prestam.

A palavra bibliotecário é, portanto, usada para designar, de forma abrangente, todos os profissionais de informação, conforme o contexto acima expresso.

Educação é considerada em seu sentido mais amplo, tanto como transmissão de conhecimentos, como formação da individualidade, seja a nível da escola ou a nível das demais organizações sociais.

As discussões levadas a efeito nos trabalhos do Congresso chegaram às seguintes **conclusões:**

- A prestação de serviços de biblioteca deverá ser proporcionada de acordo com objetivos que reflitam as variações regionais e as aspirações diferenciadas das comunidades no que se refere aos anseios de bem-estar social.

- Reconhece-se a validade da atuação governamental que, ultimamente, tem sido orientada para o ordenamento e coordenação do setor. As necessidades do país exigem, porém, que esses esforços sejam acelerados e que essa coordenação se faça de forma também regional e hierarquizada em níveis de complexidade crescente, ressalvando-se sempre a oportunidade de ampla participação das comunidades de profissionais do setor e dos usuários efetivos e potenciais no planejamento e implementação dessa coordenação.

- A participação mais intensa e conseqüente da biblioteca no processo de desenvolvimento requer que a mesma esteja situada, nas diferentes estruturas administrativas, em nível de hierarquia compatível com sua importância social e integrada à área técnica competente, de modo a contribuir efetivamente para a utilização das informações que coleta e organiza.

- A participação da biblioteca no processo de desenvolvimento deverá ocorrer de modo harmônico, em todos os setores, sem detrimento da organização e difusão das informações no campo das ciências sociais. Aos bibliotecários cabe a tarefa primordial de, proporcionando um melhor aces-

Digitalizado gentilmente por:

so a informações históricas, filosóficas, econômicas, sociais e políticas, em nível de igualdade com a informação técnico-científica, contribuir para o progresso contínuo de conhecimento da realidade e de mudanças exigidas pela sociedade brasileira.

• A busca de um desenvolvimento científico e tecnológico não-dependente requer a plena utilização dos resultados de pesquisa, experiências e estudos realizados pelas instituições nacionais. A organização, difusão e acesso à informação gerada no país deverá ser incentivada e assumida pelas bibliotecas nos respectivos setores.

• No exame das relações entre a biblioteca e os leitores, estes, em sua expressão mais social que individual, deverão ser solicitados a contribuir para a definição dos objetivos das bibliotecas e a determinação de seu acervo.

• Na reforma e adequação das bibliotecas públicas às novas demandas sociais e à sua ligação com o setor educacional, ou outro setor, dever-se-á dar especial atenção em manter a identidade essencial da biblioteca pública — a saber, o atendimento, sem discriminação, de todos os setores da comunidade e todas as categorias de usuários — evitando-se que uma concepção unilateral de sua função educativa acabe por transformá-la em dependência da escola.

• Às bibliotecas públicas, especialmente sucursais em áreas periféricas ou rurais, caberá participar de programas de alfabetização e educação de adultos. Sendo esses programas de natureza interdisciplinar, devem os bibliotecários integrar-se a grupos constituídos de profissionais de diferentes áreas.

• A biblioteca pública deverá ser o ponto de encontro e de troca de informações para a comunidade, permanecendo sempre aberta para novas experiências e inovações através de seu contato com essa mesma comunidade.

• Deverão ser identifcados, apoiados e promovidos meios de manutenção de bibliotecas emergentes em pequenas comunidades que já se encontram conscientes da necessidade de serviços bibliotecários.

• Os meios de comunicação de massa, integrados no trabalho desnvolvido pela escola, pela biblioteca e também pelas organizações de manifestação sócio-culturais da comunidade, deverão atuar no sentido de desenvolver a hábito de leitura, permitindo, assim, que se ampliem os estímulos à busca de informação.

• Os bibliotecários, como mediadores entre a informação e o público, deverão favorecer o acesso amplo à informação para que o usuário possa desenvolver a sua capacidade de análise e crítica, inclusive em relação aos meios de comunicação de massa.

• O Ensino da Biblioteconomia e áreas afins, como a Ciência da Informação, deverá estar voltado para a análise crítica do contexto social, econômico e político, no qual se situam as bibliotecas e demais órgãos que lidam com a informação. Estudos de história da educação brasileira, dos movimentos de educação popular e da visão social do livro deverão ser al-

Digitalizado gentilmente por:

guns dos elementos dessa análise crítica, induzindo o aluno à pesquisa de campo, a fim de que ele se torne um conhecedor da realidade local. As expectativas desse ensino deverão estar voltadas para o desenvolvimento de uma consciência crítica dos futuros profissionais da área. A formação profissional do bibliotecário requer, tanto a nível de graduação quanto de pós-graduação, uma crescente interdisciplinaridade.

SINDICATO: SIM OU NÃO?

A Associação Rio-Grandense de Bibliotecários, durante a realização da VII Jornada distribuiu um panfleto com o título acima, que transcrevemos:

'Na plataforma da atual Presidente da ARB, quando de sua eleição em 1980, constava, entre as metas, a realização de um estudo para criação de Sindicato de Bibliotecários no Rio Grande do Sul. A proposição surgiu em conseqüência do interesse demonstrado por alguns bibliotecários durante a VI Jornada, indicado inclusive como sugestão para estudos posteriores. Assim, a Diretoria da ARB, durante esse período de sua gestão, sempre que possível, procurou discutir o assunto, possibilitando ao bibliotecário a manifestação de sua opinião. Organizou, em novembro de 1981, o Simpósio de Ent. de Classe cuja finalidade era propiciar ao bibliotecário um momento de encontro com outros profissionais e oportunizar o questionamento sobre a atuação das associações, conselhos e sindicatos. No I Encontro de Bibliotecários do Interior, realizado nos dias 12 a 14 de março de 1982 em Rio Grande, mais uma vez surgiu a proposta em relação à criação de um Sindicato de Bibliotecários. Desse Encontro resultou a decisão de se fazer um plebiscito durante a VII Jornada, aproveitando a confluência de grande número de profissionais, com o objetivo de verificar o que realmente pensa a classe em relação à criação ou não de um sindicato.

Mas antes de qualquer posicionamento, queremos chamar a atenção dos bibliotecários de que é necessário considerar alguns pontos importantes, para que a decisão seja o mais coerente possível com a situação atual do nosso movimento associativo. Um sindicato possui força legal dentro da legislação trabalhista, o que não acontece com a associação. São colocadas como prerrogativas do sindicato: representar os interesses gerais da classe ou individuais de seus filiados diante de autoridades administrativas e judiciárias; celebrar contratos coletivos de trabalho; eleger ou designar representantes da categoria; colaborar com o estado, como órgão técnico e consultivo, no estudo e solução de problemas; e impor contribuições a todos que participam da classe representada. Como deveres está previsto: colaborar com os poderes públicos no desenvolvimento da solidariedade social; manter serviços de assistência judiciária para associados a conciliação nos dissídios coletivos de trabalho; manter um assistente social com o objetivo de promover a cooperação operacional na empresa e a integração profissional na classe; fundação e manutenção de escolas de alfabetização e formação profissional; e orga-

Digitalizado gentilmente por:

nização e promoção de cooperativas de consumo e crédito. A partir disso pode-se observar que, como entidade representativa, o sindicato tem um maior campo de atuação, com invesdura legal que protege suas ações. Podem também ser suas as atividades atribuídas às associações, enquanto que o inverso não é verdadeiro. A diferença é que à associação representa os interesses de seus sócios enquanto que o sindicato representa oficialmente os interesses de toda categoria profissional, sendo que os benefícios obtidos por esta estendem-se a todos os integrantes da classe, sejam sindicalizados ou não, concordem ou não com as medidas pleiteadas. Esse poder de atuação traz também uma série de obrigações, fiscalizadas diretamente pelo Ministério do Trabalho, e o não cumprimento destas pode trazer sérias conseqüências como multas, suspensão dos diretores, intervenção, cassação da carta de reconhecimento, etc. Portanto, para o funcionamento de um sindicato, é necessário ter uma infra-estrutura que exige uma grande participação dos profissionais, principalmente numa classe pequena como a dos bibliotecários. Outro ponto de relevância é o fato de não poderem sindicalizar-se servidores do Estado e instituições para-estatais, excetuando-se empregados de sociedades de economia mista e fundações criadas pelo Poder Público, o que reduz em muito os possíveis filiados de um sindicato, uma vez que aqueles empregam a maioria dos bibliotecários que atuam no Rio Grande do Sul. Estes podem, no entanto, sindicalizar-se como autônomos, mas estarão impossibilitados de exercer cargos de administração sindical ou de representação econômica ou profissional e terão que desembolsar o valor da contribuição sindical.

Uma associação, considerada entidade de caráter privado, tem suas ações limitadas pela ausência de proteção legal, o que, entretanto, não impede que execute uma série de atividades. Em compensação esse fato lhe dá também uma maior liberdade de atuação, pois não está sujeita ao rigor da legislação sindical.

Para formar um sindicato, é preciso antes fundar uma associação profissional, congregando 1/3 da categoria, que, depois de um determinado período estará apta a requerer a carta de reconhecimento sindical. Essa associação profissional poderá ser formada tendo como base a ARB ou ter origem independente. Na segunda hipótese, as duas funcionariam sem vínculo nenhum, a ARB nos mesmos moldes atuais e a associação profissional com o único objetivo de transformar-se em sindicato. Portanto, pode-se questionar também se seria válido formar um sindicato a partir da transformação da ARB ou de uma associação profissional fundada para essa finalidade. Neste caso, seria possível sustentarmos duas entidades de classe?

Além desta, poderiam ser levantadas ainda uma série de outras questões que devem ser muito bem pesadas. Esperamos que a sua resposta no plebiscito, durante a VII Jornada, seja consciente de toda problemática, pois a responsabiildade pelo seu resultado é sua. Por isso chamamos a atenção de que seu voto é muito importante. **Com sua omissão, você estará ratifi-**

Digitalizado gentilmente por:

cando um resultado que talvez não seja do seu agrado.

Queremos também salientar que, em caso de resultado favorável à criação do sindicato, não significa que este seja imediatamente concretizado. Determinará apenas que a ARB, pela complexidade do assunto, forme uma comissão para o estudo de sua criação, o qual deverá indicar as condições e reais possibilidades de termos um Sindicato de Bibliotecários no Rio Grande do Sul".

As urnas estiveram funcionando, durante o turno da manhã, no local e dias da VII Jornada Sul-Rio-Grandense de Bibliotecários. Todos tiveram direito (e dever) de votar, independente de serem associados ou não, de estarem inscritos na Jornada ou não.

VIII Encontro Nacional de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas

LISBOA — O VIII Encontro Nacional de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas, é organizado pelos Serviços de Documentação da Universidade Nova de Lisboa, por delegação da BAD — Associação Portuguesa de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas, e tem por objetivo proporcionar o debate dos problemas profissionais — científicos e técnicos — relacionados com o funcionamento e a organização dos Serviços de Biblioteca, Arquivo e Documentação. A realização do VIII Encontro Nacional de Bibliotecários, Arquivistas, e Documentalistas é assegurada por uma Comissão Organizadora constituída pelos Serviços de Documentação da Universidade Nova Lisboa, representados pela Dra. Maria Manuela Cruzeiro.

O tema é: INFORMAÇÃO — FORMAÇÃO — INOVAÇÃO — com os subtemas: os serviços de documentação, Biblioteca e Arquivo: fontes e fatores de informação para o desenvolvimento. Organização de currículos; preparação de docentes; formação de utilizadores; a investigação; as novas tecnologias.

Podem participar do VIII Encontro todos os profissionais de Serviços de Bibliotecas, Arquivo e Documentação e ainda os interessados nestas matérias. A participação é feita mediante a inscrição a remeter ao Secretariado até 30 de janeiro de 1983. O preço da inscrição é de 500$ para os sócios da BAD e 1000$ para todas as outras pessoas, e inclui o direito de participar em todas as sessões e demais manifestações indicadas no programa, assim como receber toda a documentação produzida para o Encontro.

Todos os participantes podem apresentar comunicações, as quais deverão dar entrada no Secretariado até o dia 31 de dezembro de 1982, sem o que a Comissão Organizadora não poderá assegurar a sua prévia distribuição. As comunicações que chegaerm depois daquela data, mas antes de 15 de janeiro, serão distribuídas no dia da inauguração do Encontro. Cada comunicação deve ser datilografada a dois espaços, em papel A4 branco, com todas as margens de 2 cm, e acompanhada do respectivo re-

Digitalizado gentilmente por:

sumo em português, francês e inglês. A seleção das comunicações a discutir em cada sessão, assim como no conjunto das sessões do Encontro, é da responsabilidade da Comissão Organizadora, a qual se reserva o direito de apreciar a pertinência das comunicações apresentadas, tendo em conta os temas propostos.

Informações:
Universidade Nova de Lisboa
Serviços do Documentação
Secretariado do VIII Encontro Nacional de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas

Praça do Príncipe Real, 26
1200 Lisboa
Tel. — 36-7972 — 36-8597 — 37-0012/3/4

SEMINÁRIO DE REPROGRAFIA

Foi realizado em São Paulo, de 19 a 24 de setembro, sob promoção da FEBAB — Federação Brasileira de Associações de Bibliotecários, o 1.º Seminário Brasileiro de Reprografia. O evento, que contou com cerca de 600 participantes, teve como local o Hotel Macksoud Plaza.

Com sete diferentes comissões, o Seminário abordou através de diferentes trabalhos, vários aspectos da reprografia: Offset, mimeografia, heliografia, fotolitografia e a microfilmagem.

Conclusões — No encerramento do Seminário, o Prof. Carlos Alberto Bittar, apresentou à plateia as conclusões do encontro. Disse ele no final de sua exposição: "A primeira proposição refere-se à necessidade de conscientização de todos os usuários de obras intelectuais e daqueles que manuseiam os aparatos reprodutores — incluídas as entidades governamentais instituições de ensino e de pesquisa, empresas privadas — da existência de direitos autorais sobre as criações de espírito (literárias, artísticas e científicas), os quais devem ser respeitados nas respectivas utilizações daqueles.

Nesse sentido, dever-se-ia obter, sempre que possível, a prévia autorização do autor — ou de seu representante — para a efetivação da reprodução, ressalvado os casos de extração de uma cópia para uso privado e de utilização de cunho não econômico, em nosso Direito permitidos. A segunda diz respeito à imediata necessidade de regulamentação legal de reprografia, para que se garanta, ao menos, um mínimo de remuneração aos criadores intelectuais como estímulo às produções de espírito. Para esse efeito, considerou o Seminário mais adequado o sistema de cobrança por cópia extraída, por seu caráter geral (de aplicação a qualquer processo) e pela possibilidade de controle das cópias e de individualização do criador.

Por fim, o Seminário chama a atenção das autoridades do país e de todos os que militam no setor de comunicações para essa problemática, que está a merecer tratamento jurídico urgente, como contribuição para o desenvolvimento de nossa cultura e o conseqüente progresso geral do país, dada a estreita ligação entre cultura e desenvolvimento...

Digitalizado gentilmente por:

Anais do 1.º SRB — A FEBAB, com o apoio da Imprensa Oficial do Estado, editou e publicou os Anais do 1.º Seminário. Os interessados podem solicitar informações para:

FEBAB
Rua Avanhandava, 110
São Paulo

ASSOCIAÇÃO PROFISSIONAL DE BIBLIOTECÁRIOS DO ESPÍRITO SANTO FIXA PISO SALARIAL

De acordo com recomendação de Ministério do Trabalho e do CFB ficam os Conselhos regionais de Biblioteconomia impossibilitados de estabelecerem piso salarial para os profissionais da área. Tendo em vista a orientação recebida, a APBES em reunião de Diretoria, aprovou a RESOLUÇÃO N.º 001/82 que estabelece o salário mínimo profissional dentro dos seguintes critérios:

— Mensal — 132.864,00 por 40 ohras semanais.

— Salário-hora — $ 830,00

— Unidade bibliográfica tratada — $ 400,00

— Indexação por artigo de periódico — $ 570,00

— Levantamento bibliográfico ano e fonte consultada até limite de 10 referências — 400,00

— A cada referencia adicional ao item acima, haverá um acréscimo de $ 25,00

— Os valores acima não se aplicam a tratamento de coleções especiais ou raras

— a presente tabela está sujeita a reajuste, de acordo com o tempo de serviço e/ou o SMR vigente, dentro dos níveis estipulados pelo Governo Federal

Digitalizado gentilmente por:

Resenha

DOCUMENTALISTE — SCIENCES DE L'INFORMATION, Paris, ADBS, v. 19 (4-5) jul./out., 1982.

Este número especial da revista da Associação Francesa dos Documentalistas e Bibliotecários Especializados (ADBS) é inteiramente dedicado à formação de documentalistas.

Na apresentação, feita pela Presidente da Comissão de Ensino da ADBS, Françoise Blamoutier, coloca-se a questão: "A formação de documentalistas: que formação? Para que função?" A autora salienta a necessidade de meditarmos sobre a adaptação do ensino à evolução tecnológica. Mas, aprender a usar uma nova técnica não é difícil; o difícil, e mais importante, é saber o que a mudança tecnológica traz em seu bojo — modificações comportamentais, mudanças nos agentes e participantes, implicações financeiras etc.

Nesse campo movediço, só nossa faculdade de adaptação e nossos objetivos podem nortear as ações reguladoras de situações cujas determinantes são múltiplas e nos escapam fa-

Digitalizado gentilmente por:

cilmente, já que teremos de apoiar-nos mais nas pessoas do que nas técnicas. Os documentalistas e bibliotecários especializados (no Brasil, por força legal, com uma só nomenclatura - bibliotecários especializados) devem exercer, com a maior eficácia possível, as funções documentárias junto ao usuário. Essas funções, aparentemente fáceis de definir, englobam uma variedade de ações, qualidades e aptidões difícil de atingir.

Como formar bibliotecários aptos a desempenharem suas múltiplas funções? O conjunto de artigos insertos na Revista, redigidos por membros da Comissão de Ensino da ADBS, reflete a diversidade de pontos de vista expressa por docentes, ex-alunos, dirigentes e empregadores, possibilitando uma análise mais profunda das diferentes facetas do problema.

Dessa análise, sobressaem duas idéias fundamentais:

a) produtores, usuários, agentes intermediários e agentes de decisão devem formar um todo coerente; exige-se, portanto, uma formação que atinja a todos, pois qualquer modificação verificada no sistema de documentação reflete-se em todos os participantes do Sistema. Daí, a importância que se dá à formação do atual e do futuro usuário;

b) a formação de bibliotecários é uma formação profissional global e não, um acúmulo de saberes independentes ou sequer um aprendizado mecânico de técnicas. Daí, a maior preocupação em analisar "quem ensina" e "como ensina", do que em analisar ou propor um determinado conteúdo programático.

O campo de trabalho imenso e diversificado que se oferece ao bibliotecário recém-formado exige um corpo básico de conhecimentos técnico-humanísticos, a ser transmitido pela Escola, que o capacite a desembaraçar-se eficazmente nas diferentes situações e ambientes onde será chamado a agir, sempre com a preocupação de lhe **ensinar a aprender,** em função das necessidades que se lhe apresentem.

A leitura dos artigos desse número especial, para os que se interessam pelos rumos do ensino da Biblioteconomia no Brasil (onde se exagerou a importância da mudança de currículo, a nosso ver) pode tornar-se em instrumento de trabalho, elemento de informação, ponto de partida para um debate inteligente e, principalmente, em apelo à reflexão sensata.

Digitalizado gentilmente por:

Abstracts

MATTOS, Doroty Francischelli

Microform indexation

It has been evident the utilization and acceptance of microfilming as a mean for the storage, retrieval and transmission of the information. The most important aspect of assuring the success of a microfilm system, is the choice of the indexing system to be used. Without a well defined, properly indexing method, we cannot realize the full potential of our investment in microfilm.
The indexing and the codification of the microform are presented, not only as a mean of storage and retrieval of the information but also as a link of documentation between the documents and their users.

CHARATZ, Janeta Zaidman, SARTI, Rosa Maria e **BASTOS, Luiza Espindola**

PAICE: Integrated action process on Culture / Education

This work intends to transmit a living experience of an integrated action on Culture / Education,

Digitalizado gentilmente por:

covering the conceptual phasis, the preparation of didactic material, its practical application and the evaluation of results.

OLIVEIRA, Silas Marques de

Bibliometric Analysis of scattered literature about Macadamia

Studies the tendency of the literature about macadamia, using abstract services of the agricultural area since 1950 for the bibliographic research. Bradford's law of literature scatter's applied to identify the existence of a representative nucleous of periodicals that publisher papers about macadamia. The periodicals, "California Macadamia Society Yearbook", Hawaii Farm Science and Queensland Agriculture Journal are indispensable to libraries looking forward the development of a collection specialized in macadamia. The literature published in Hawaii shouldn't be overlooked. A small number of periodicals are responsible for more than half of the papers published in this area.

Bibliometrics/Bradford/Scatteroof Literature/Macadamia.

ALMEIDA, Orlando e NEVES, Teodora M. G.

The Librarian and corresponding professional entities

This work intends to show the institutions — specially from Rio de Janeiro — which are outstanding for the constitution and consolidation of the professional Librarian, and to offer an overall picture of what is happening in the Brazilian biblioteconomic field, since the creation of the first course, in 1911, in the National Library.

CARNEIRO, Regina

Recommendations from the International CIP Encounter

This work presents the recommendations of the Catalogation International Encounter — in Publication — effected in Ottawa, in August 1982, emphasizing some specifically important points for everyone's understanding.

Digitalizado gentilmente por:

Guia aos Colaboradores

1 — INFORMAÇÕES — INSTRUÇÕES

1.1 — *Finalidade da Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação.*

A RBBD é órgão oficial da Federação Brasileira de Associações de Bibliotecários (FEBAB) e tem a finalidade precípua de publicar trabalhos sobre biblioteconomia, documentação e área afim, e registrar a legislação nacional corrente da área em vista à atualização profissional.

1.2 — *Tipos de Colaboração*

1.2.1 — A 1.ª Secção da RBBD é constituída de ARTIGOS ORIGINAIS, ENSAIOS, COMUNICAÇÕES TÉCNICAS, REVISÕES E TRADUÇÕES;

1.2.2 — Outras Secções:

1.2.2.1 — LEGISLAÇÃO: referenciação (leis, decretos, portarias, etc.), seguida de emenda e resumo. Sempre que necessário, a espécie legislativa será publicada na íntegra e comentários serão feitos. O arranjo será por descritores;

1.2.2.2 — REPORTAGEM E ENTREVISTAS: pessoas e fatos em evidência de interesse ao fascículo em foco;

1.2.2.3 — NOTICIÁRIO: notícias diversas sobre as associações estaduais e regionais, conselhos, grupos de trabalhos, organismos nacionais e internacionais, congressos, cursos, etc.;

1.2.2.4 — RESENHAS: livros relevantes, teses, publicados nos últimos 5 anos; conforme normas próprias da RBBD;

1.2.2.5 — LEVANTAMENTOS BIBLIOGRÁFICOS: assuntos de interesse da área, conforme PNB - 66/1970.

1.3 — *Escolha da matéria dos fascículos*

Sempre que possível a matéria dos ítens 1.2.1, 1.2.2.3, 1.2.2.4 e 1.2.2.5, será encomendada pelo Editor e haverá uma coerência na escolha dos temas. Cerca de 30% da matéria (1.2.1 e 1.2.2.3) estará sob a responsabilidade de um Estado ou região, através do respectivo Correspondente.

2 — REGULAMENTO

2.1 — *Artigos originais, ensaios, comunicações técnicas, revisões, traduções.*

Devem ser entregues em duas vias (um original e uma cópia) endereçados ao Editor Carminda Nogueira de Castro Ferreira, Federação Brasileira de Associações de Bibliotecários (FEBAB), Rua Avanhandava, 40, conj. 110, São Paulo, SP - CEP 01306.

2.1.2 — A matéria deve ser inédita e destinar-se exclusivamente à RBBD, não sendo permitida a publicação simultânea em outro periódico.

2.1.3 — Os conceitos emitidos são de inteira responsabilidade dos autores.

2.1.4 — Os trabalhos recebidos são submetidos à apreciação de, pelo menos, dois Relatores do Conselho Editorial, dentro da especialidade destes. Caberá ao Conselho decidir sobre sua publicação.

2.1.5 — Os trabalhos não aceitos ficarão à disposição dos autores, pelo prazo de um ano.

2.1.6 — Os trabalhos aceitos e publicados tornam-se propriedade da RBBD, vedada tanto a reprodução, mesmo que parcial, como a tradução para outro idioma, sem a devida autorização do Editor ouvido antes o Conselho Editorial.

2.1.7 — O parecer do Conselho Editorial, sob anonimato, será comunicado aos autores. Ao Conselho é reservado o direito de devolver os originais quando se fizer

Digitalizado gentilmente por:

necessária alguma correção ou modificações de ordem temática e/ou formal.

2.1.7.1 — A RBBD se reserva o direito de proceder a modificações de ordem puramente formal, ortográfica e gramatical realizada por Revisores especializados, no texto dos artigos que porventura exigirem tais correções, antes de serem encaminhados à publicação. De tais modificações ("copidescagem") será dada ciência ao autor.

2.1.8 — Os autores recebem somente a primeira prova para correção.

2.1.9 — As colaborações a cada fascículo obedecerão: 1) à programação encomendada pelo Editor-Responsável; 2) à data de entrega da matéria adicional.

2.1.10 — A cada trabalho serão reservadas 10 separatas, entregues ao autor ou primeiro autor.

2.2 — *Traduções*

Devem ser submetidas à apreciação do responsável pelas Traduções, ouvido, se for o caso, o Conselho Editorial. Cópia de autorização do autor original deve ser encaminhado ao Editor, junto com a tradução.

2.3 — *Reportagens, noticiário, resenhas e levantamentos bibliográficos*

O planejamento editorial destas Seções, para cada fascículo, é feito em conjunto com o Editor, mas a coleta e organização da matéria é de responsabilidade do respectivo encarregado de cada Secção.

3 — NORMAS DE APRESENTAÇÃO DOS ARTIGOS

Os artigos devem:

3.1 — limitar-se a 20 páginas datilografadas para os artigos originais; 5 páginas para comunicações técnicas e 60 para ensaios e/ou revisões e traduções;

3.2 — ser datilografados, em espaço duplo, numa só face de folhas tamanho ofício, mantendo margens laterais de aproximadamente 3 cm. Todas as páginas devem ser numeradas consecutivamente em algarismos arábicos, no canto superior direito;

3.3 — ser escritos em língua portuguesa;

3.4 — conter somente nomenclaturas, abreviaturas e siglas oficiais ou consagradas pelo uso. Inovaçes poderão ser empregadas, desde que devidamente explicitadas;

3.5 — conter dois resumos, datilografados em folhas separadas, um em português e outro em inglês. No máximo constituído de 300 palavras, devem expressar os pontos relevantes ao artigo, e serem acompanhados de Descritores que traduzam as facetas temáticas do conteúdo. Obedecer as recomendações da NB-88/ABNT. À Comissão de Redação, sempre que for necessário, é reservado o direito de fazer modificações para fins de indexação.

3.6 — apresentar à parte uma página de rosto, na qual contenha:

a) símbolo de classificação bibliográfica (CDU);

b) título do artigo (e subtítulo, se necessário) seguido de um asterisco;

c) autor ou autores, seguidos de dois asteriscos;

d) data, de apresentação do artigo à Redação.

e) no rodapé da página devem ser apresentadas informações sobre o trabalho e credenciais do autor(es).

Exemplo:

ANTES QUE AS MÁQUINAS CHEGUEM*
D. J. Simpson**

*** Do artigo "Before the machines come", publicado em Aslib Proceedings 20 (1): 21-33, 1968. Traduzido pelo Prof. Eduardo José Wense Dias, da Escola de Biblioteconomia da UFMG;**

**** Bibliotecário e Diretor do Media Resources of The Open University Library, Inglaterra.**

3.7 — apresentar as tabelas, quando for o caso, seguindo as "Normas de Apresentação Tabular" estabelecidas pelo Conselho Nacional de Estatística. *V. Revista Brasileira de Estatística*, 24:42-60, jan./jun. 1963). Devem ser numeradas consecutiva-

Digitalizado gentilmente por:

mente, em algarismos arábicos, e encabeçadas por um título;

3.8 — apresentar as ilustrações numeradas consecutivamente, em algarismos arábicos, e suficientemente claras para permitir sua eventual redução.

Os desenhos devem ser feitos a tinta nanquim preta e as letras traçadas com normógrafo ou letras decalcáveis (tipo *letraset*);

3.9 — devem ser feitas as citações de texto, por uma chamada numérica, que corresponderá às respectivas referências bibliográficas. Estas devem ser apresentadas no fim do texto, em ordem alfabético-numérica. As chamadas no texto, são numeradas em função desta numeração prévia, não seguindo, portanto, ordem consecutiva.

Comunicações pessoais, entrevistas, trabalhos inéditos ou em andamento, poderão ser citados quando necessário, mas apenas serão citados no texto ou em nota de rodapé. Se um manuscrito estiver em via de publicação, poderá ser incluído na lista de referências-bibliográficas, com indicação do título do periódico, ano e outros dados disponíveis;

3.10 — as legendas das ilustrações e tabelas devem vir todas datilografadas em folha à parte, com indicações entre parênteses que permitam relacioná-las às tabelas ou ilustrações (fotos ou desenhos) respectivos;

3.11 — seguir as normas de referenciação bibliográfica, pela ABNT: P-NB 66/1970. Os títulos dos periódicos devem ser apresentados por completo e seguidos do local de publicação. À Comissão de Redação é reservado o direito de uniformizar o aparato bibliográfico dos artigos, quando se fizer necessário.

Exemplos:

1 — *Livros:*

GARCIA, Othon M. *Comunicação em prosa moderna.* 2. ed. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 1969. 502p. Biblioteca de Administração Pública, 14).

2 — *Traduções:*

FOSKETT, Douglas John. *Serviço de informação em bibliotecas.* Information services in libraries. Trad. Antonio Agenor Briquet de Lemos. São Paulo, Polígono, 1969. 160p.

3 — *Parte de obra:*

AZEVEDO, Fernando de. A escola e a literatura. In: COUTINHO, Afrânio. *A literatura no Brasil.* Rio de Janeiro, Ed. Sul Americana, 1955. v. 1, t. 1, p. 129-53.

4 — *Artigos de periódico:*

CAMARGO, Nelly de. Comunicação: uma nova perspectiva no campo das ciências do comportamento. *Revista da Escola de Comunicações Culturais USP.* São Paulo, 1(1):152-8, 1968.

3.12 — seguir, sempre que for possível, as normas da ABNT:PNB-69, para a numeração progressiva do artigo;

3.13 — usar notas de rodapé, através de asteriscos, somente quando indispensáveis;

3.14 — apresentar os agradecimentos a pessoas ou instituições, quando necessário, no fim do artigo, logo após o resumo em inglês.

Digitalizado gentilmente por:

cm 1 2 3
Digitalizado gentilmente por:
Scan System Gerenciamento de Informação
FEBAB
11 12 13

Pede-se acusar o recebimento a fim de não ser interrompida a remessa

Please acknowledge the receipt, so that the remittance may not be interrupted

Recebemos a R. Bras. Bibliotecon. e Doc. v. 15 n.º 3/4, jul./dez. 1982

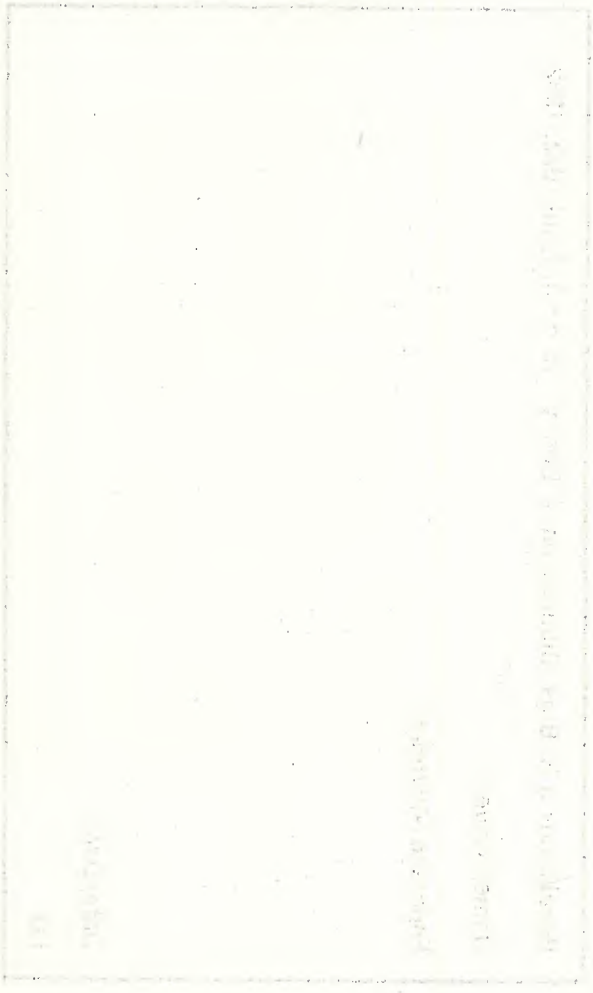
Nome/*Name:*

Endereço/*Address:*

Data/*Date:*

(a)

Digitalizado gentilmente por:



Digitalizado gentilmente por:

A Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação é indexada por:
Information Science Abstracts (ISA),
Library and Information Science Abstracts (LISA) e
Library Literature (LL).

REVISTA BRASILEIRA DE BIBLIOTECONOMIA E DOCUMENTAÇÃO
(Federação Brasileira de Associações de Bibliotecários)
São Paulo, 1, 1973 - **10**, 1977;
N. Ser. **11**, 1978.

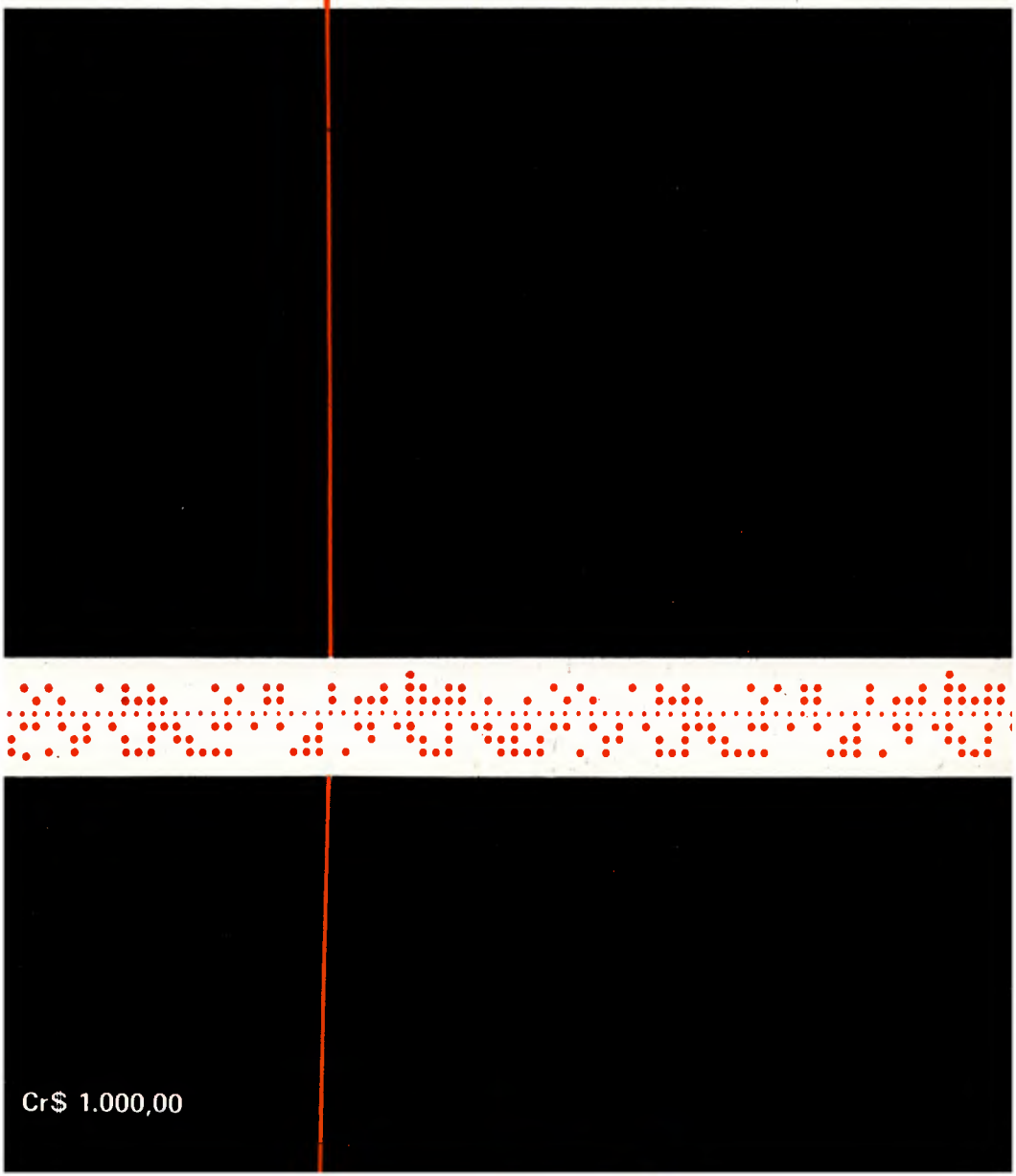
Cont./ de BOLETIM da FEDERAÇÃO BRASILEIRA de ASSOCIAÇÕES de BIBLIOTECÁRIOS, **1**, 1960/**26** (5/6), 1972.

1973/77, **1—10**
1978, **11** (1/4)
1979, **12** (1/4)
1980, **13** (1/4)
1981, **14** (1/4) CDU:02:061.25(81) (05)
1982, **15** (1/4)

Composição:
lymac composições gráficas ltda.
tel.: 826-2891

Impressão e Acabamento:
grafistyl editora gráfica ltda.
tel.: 66-0220
são paulo - sp

Digitalizado gentilmente por:



cm 1 2 3
Digitalizado gentilmente por:
Scan System
Gerenciamento de Informação
FEBAB
11 12 13